

REBELDIA CAMPONESA:

REFORMA AGRÁRIA E AGROECOLOGIA NO BRASIL



VIA CAMPESINA BRASIL
&
REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

EXPEDIENTE

EQUIPE DE PESQUISA:

Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pará

Aparecido Luiz de Souza. Bacharel em filosofia e teologia

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Santa Catarina

Justina Cima. Agricultora e dirigente nacional do MMC

Zenaide Collet. Professora e dirigente estadual do MMC

Federação de Estudantes de Agronomia (FEAB), Mato Grosso

Mariel Fernanda Camargo. Agrônoma e membro da coordenação regional da FEAB

Wilker Souza Melo. Agrônomo

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ceará

Celina Moreira Lima. Geógrafa

Cleide da Luz. Setor de saúde do Assentamento Santana e Direção Regional do MST

Silvana Lúcia da Silva Lima. Dra. em Geografia

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

Mônica Dias Martins Martins. Dra em Sociologia e Professora da UECE

ELABORAÇÃO DO MATERIAL:

Coordenação: Mônica Dias Martins

Edição: Maria Luisa Mendonça

Assessoria de Comunicação: Daniela Stefano

Mapa "Localização das Experiências Estudadas": Elen Karine Forte Pessoa

Fotos: Arquivo da equipe de pesquisa.

Diagramação: Fábio Carvalho

ISBN 978-65-87389-50-9

Março de 2026

SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
INTRODUÇÃO	6
1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
2. RETRATO DO BRASIL AGRÁRIO	8
3. CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES	10
4. GESTÃO COLETIVA NO SERTÃO NORDESTINO: A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SANTANA, CEARÁ	12
5. DO LATIFÚNDIO À PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS: ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA, SANTA CATARINA	34
6. NOVAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO, MATO GROSSO	54
7. DEMARCAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ, PARÁ	58
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
BIBLIOGRAFIA	82

PREFÁCIO

Entre os campos da história e da resistência, cada página desta obra vai além de uma mera compilação de dados ou análises sobre a reforma agrária no Brasil. Ela brota do chão da história, do suor e da resistência daqueles que nunca aceitaram a concentração fundiária. Trata-se de um registro da rebeldia que floresce na terra, cultivada pela luta dos camponeses. Somos convidados a mergulhar nas experiências de resistência da verdadeira "rebeldia camponesa", que se revela não apenas nas marchas e ocupações, mas, sobretudo, na construção concreta do coletivo.

Há mais de duas décadas, uma investigação pioneira foi realizada no interior do Brasil, unindo vozes de movimentos populares, comunidades tradicionais e estudiosos, em um esforço coletivo para documentar, analisar e, acima de tudo, aprender com as experiências de resistência e rebeldia camponesa. O livro *Rebeldia Camponesa: Reforma Agrária e Agroecologia no Brasil* é fruto desse trabalho cuidadoso e engajado, e sua relevância permanece mais viva do que nunca, testemunhando a materialização de um projeto de sociabilidade que desafia, em sua essência, o modelo agrário capitalista – o agronegócio – assim como a ideologia da "reforma agrária de mercado" do Banco Mundial.

Os dados coletados decorrem da análise das iniciativas de resistência camponesa observadas em 2003 e 2004, as quais continuam a se expandir e permanecem relevantes para o debate agrário contemporâneo no Brasil. Mesmo após 23 anos da pesquisa inicial, realizada pela Rede

Social de Justiça e Direitos Humanos, em parceria com a Via Campesina, o trabalho não se limitou a descrever realidades – ele as transformou em ferramentas de luta e esperança.

Ao visitar assentamentos de reforma agrária no Ceará, Mato Grosso e Santa Catarina, e comunidades quilombolas no Pará, a equipe – composta por membros da CPT, FEAB, MMC e MST – construiu um painel rico e complexo da resistência popular contra o avanço do agronegócio e da chamada "reforma agrária de mercado" promovida por instituições como o Banco Mundial.

Os resultados apresentados aqui transcendem o academicismo. Eles revelam histórias de transformação concreta: terras degradadas convertidas em fontes de vida, cooperativas que substituíram a lógica individualista, escolas que formam cidadãos críticos e agroecologias que curam tanto o solo quanto as relações sociais. Santana, Conquista na Fronteira, Antônio Conselheiro e Oriximiná não são apenas nomes de lugares – são símbolos de que outro mundo é possível, mesmo em contextos de opressão histórica, seca, analfabetismo e monocultivo dominante.

O que estes territórios nos ensinam é que a rebeldia camponesa não se resume à negação; é, sobretudo, uma afirmação criativa de alternativas. Gestão coletiva, diversificação produtiva, educação popular, equidade de gênero e raça, preservação ambiental e alianças solidárias são alguns dos pilares desse novo paradigma agrário que este livro documenta e celebra.

Passados vinte anos, a disputa territorial e ideológica no campo brasileiro não apenas persiste – ela se intensificou. Os modelos aqui descritos continuam a oferecer respostas urgentes para crises que se aprofundam, como a concentração de terras, a devastação ambiental, a fome e a exclusão social. A rebeldia que ecoa nestas páginas não é um evento do passado; pelo contrário, é um chamado para o presente e um roteiro para o futuro.

Esta obra é, portanto, mais do que um registro – é uma ferramenta de luta para militantes, pesquisadores, estudantes e todos aqueles que

acreditam que a justiça social e ambiental começa no chão que pisamos. *Rebeldia Camponesa* oferece inspiração e método. Que estas palavras fortaleçam a convicção de que a reforma agrária popular e a agroecologia não são sonhos distantes, mas realidades em construção e sementes de um Brasil mais digno, democrático e humano.

Em síntese, *Rebeldia Camponesa* é mais do que um relato da luta histórica do campo: é uma convocação para que todos nós nos unamos em defesa de um modelo de sociedade mais justo, solidário e sustentável.

Com esperança e determinação,
as organizações e movimentos que tornaram este
livro possível!

Clarice Rodrigues
*Dirigente estadual do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST-CE,
membro da Executiva Nacional do Setor de Produção pela Região Nordeste e
assentada da Reforma Agrária no Assentamento Palmares em Crateús.*

INTRODUÇÃO



“Eu me orgulho de ser um ribeirinho. Sou um filho da terra e da mesma raça, descendente de negros da escravidão. Meus avós foram escravos e fugitivos, construíram famílias e por este motivo, tenho sangue e não nego a minha geração”.
(Manoel Viana – Mimi)

Após 20 anos da pesquisa aqui apresentada, realizada pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos em conjunto com a Via Campesina, continuam relevantes as conquistas obtidas pelas comunidades quilombolas e assentamentos rurais estudados face aos reiterados esforços para silenciar a rebeldia camponesa no Brasil. Rebeldia emergente diante de impasses relacionados às questões agrárias e ambientais, que persistem com a necessidade da organização constante em defesa da reforma agrária e da agroecologia como políticas centrais para a garantia de direitos no Brasil.

O trabalho de campo foi realizado entre julho de 2003 e novembro de 2004 em comunidades quilombolas no Pará e em assentamentos de reforma agrária no Ceará, Mato Grosso e Santa Catarina. A equipe de pesquisa foi formada por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A participação dessas entidades garantiu um caráter abrangente à investigação e possibilitou um intercâmbio de aprendizado e de formação. Todo o processo de pesquisa foi coletivo, desde a

definição dos objetivos, do conteúdo, do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos, até a seleção das áreas de estudo, levantamento e interpretação dos dados, redação do texto e comunicação dos resultados.

O objetivo desta investigação foi analisar situações concretas de resistência à agricultura capitalista e à chamada “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial. O estudo inclui intercâmbio de experiências e proposição de políticas públicas para comunidades rurais. A pesquisa dá sequência às avaliações críticas que mostram os efeitos negativos dos projetos “Cédula da Terra” na Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco (Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Rede Brasil, 2000/2001), e “Banco da Terra”, no Espírito Santo e Rio Grande do Sul (Rede Social, 2002). Tais avaliações revelam impactos negativos destes projetos, como privatização da terra e dívidas econômicas, sociais e ambientais.

Esta investigação traz elementos mais detalhados sobre a realidade local em seus múltiplos aspectos: ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos. Estes exemplos continuam atuais e revelam a urgência de uma ampla reforma agrária popular para consolidar a democracia no Brasil.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa nasceu da necessidade de identificar, documentar e disseminar as estratégias de luta e organização dos movimentos sociais do campo diante dos desafios da conjuntura nacional e internacional. A partir desta análise, o estudo apresenta alternativas com base nos processos de organização e formação. Foram selecionadas quatro áreas nos estados do Ceará, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina com características diferenciadas e representativas da diversidade do campo brasileiro, contemplando questões de gênero e etnia. Tal procedimento permitiu um exame mais detalhado da realidade local e contemplou os seguintes aspectos:

- Proteção ambiental
- Sistemas de propriedade e uso da terra
- Organização do processo produtivo
- Uso de tecnologias
- Formas de cooperação
- Educação e formação
- Juventude e gênero
- Participação na sociedade
- Emprego rural
- Qualidade de vida
- Repercussão no município

A coordenação da pesquisa promoveu três encontros para definir os passos metodológicos, por exemplo, a relação subjetividade-objetividade no processo de conhecimento. É necessário combinar a perspectiva atenta de quem indaga sobre a experiência e busca encontrar pistas e si-

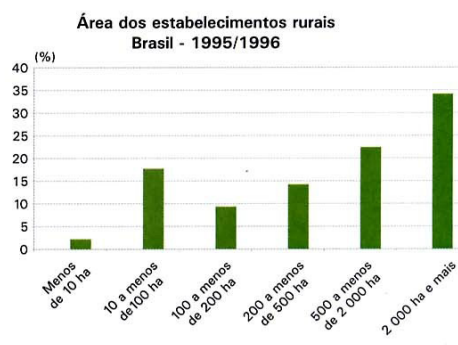
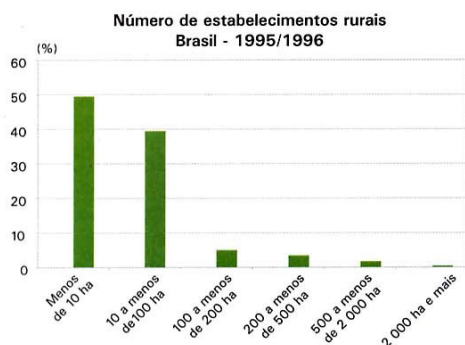
nais, com a percepção que as pessoas das comunidades manifestam de sua própria vivência em comum. Assim, torna-se possível o esforço de contrastar informações mais objetivas sobre a realidade com outras mais subjetivas, pois o conhecimento nunca é imparcial ou neutro. Para obter maior riqueza de dados, a equipe utilizou procedimentos metodológicos complementares como pesquisa documental, entrevistas e observação direta para compreender a prática social dos trabalhadores, sua visão do mundo, as estratégias de resistência e a diversidade de suas propostas.

A pesquisa incluiu materiais de arquivo e entrevistas. No geral, a equipe ressaltou a relação de confiança com as pessoas entrevistadas como principal fonte de informação. A pesquisa incluiu 110 pessoas entrevistadas nas comunidades e nos municípios. Durante as entrevistas, as equipes conviveram com as comunidades em momentos informais e fizeram observações sobre o ambiente escolar, o relacionamento familiar, as reuniões e assembleias. A observação direta permitiu conhecer uma diversidade de experiências. A análise dos dados incluiu temas como: mudanças nas práticas produtivas, tecnológicas, culturais e de consumo; dinâmica das relações entre os movimentos sociais e o governo; tendências das alianças sociais no campo e do campo com a cidade. O estudo de textos que tratam da comunidade de resistência e de superação (Horácio Martins), das condições materiais para desenvolver formas de produção coletiva (Claus Germer) e da ideologia do Banco Mundial (Mônica Martins) ajudou a identificar aspectos relevantes das experiências alternativas de reforma agrária. O debate sobre a conjuntura nacional trouxe avaliações sobre os programas do Banco Mundial “Cédula da Terra” e “Banco da Terra”. Estes programas têm o objetivo de privatizar a terra e capitalizar os latifundiários.

2. RETRATO DO BRASIL AGRÁRIO

Um traço marcante na formação da sociedade brasileira é o monopólio da posse e uso da terra, usualmente mediante atos de violência. A concentração fundiária está associada a graves problemas nacionais: pobreza, fome, desigualdade social e regional, dominação política, êxodo rural, desemprego e subemprego, degradação ambiental, entre outros. A persistência do latifúndio ocorre através de políticas que beneficiam o agronegócio.

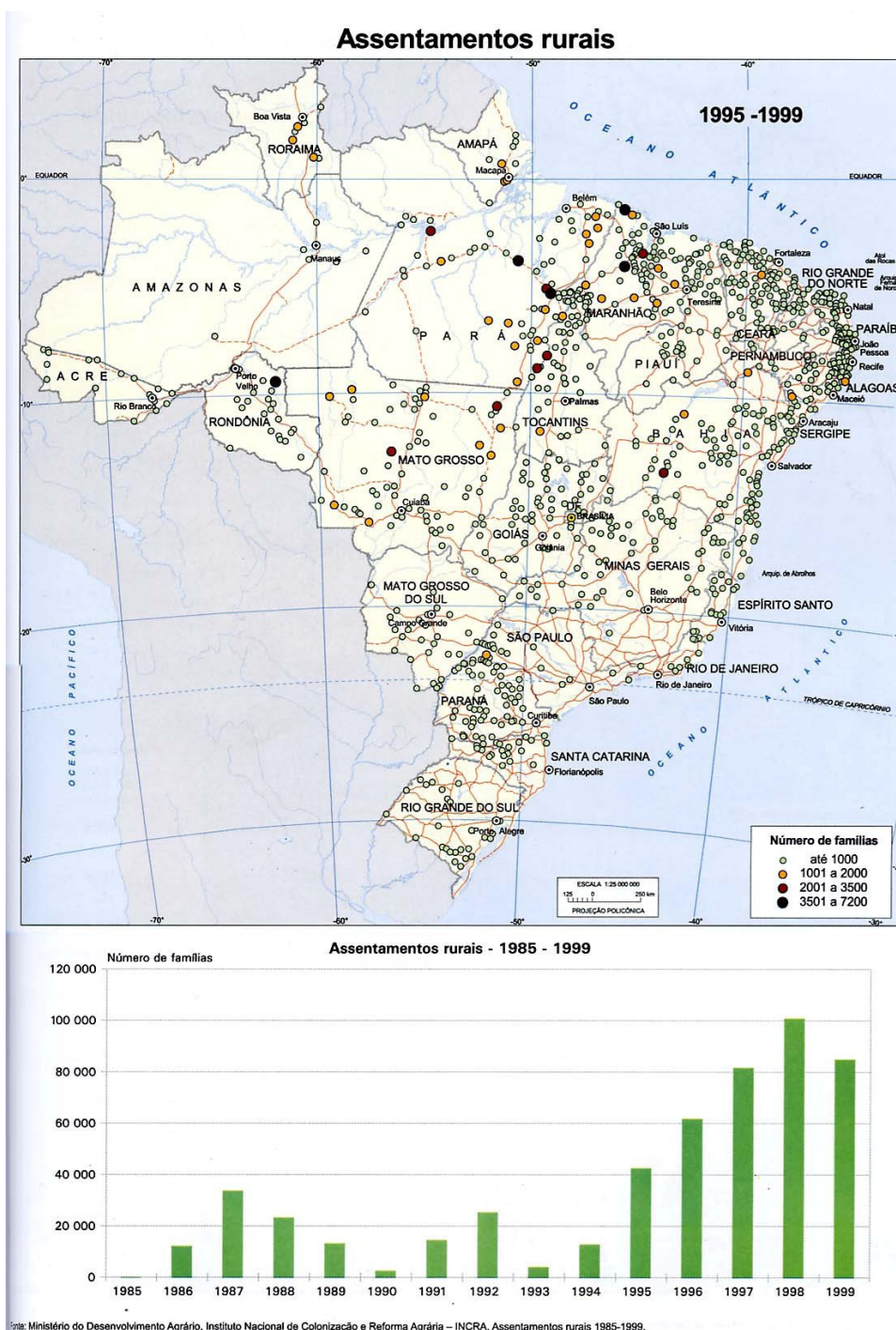
Em 1995, uma década após a promulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, dos 4.838.183 estabelecimentos rurais existentes no país, 1% era maior de 1.000 hectares, ocupando 45% da área total; enquanto os menores de 10 hectares representavam 50% e detinham apenas 2% da área (IBGE, 1995/6). O mapa abaixo ilustra a concentração fundiária no Brasil.



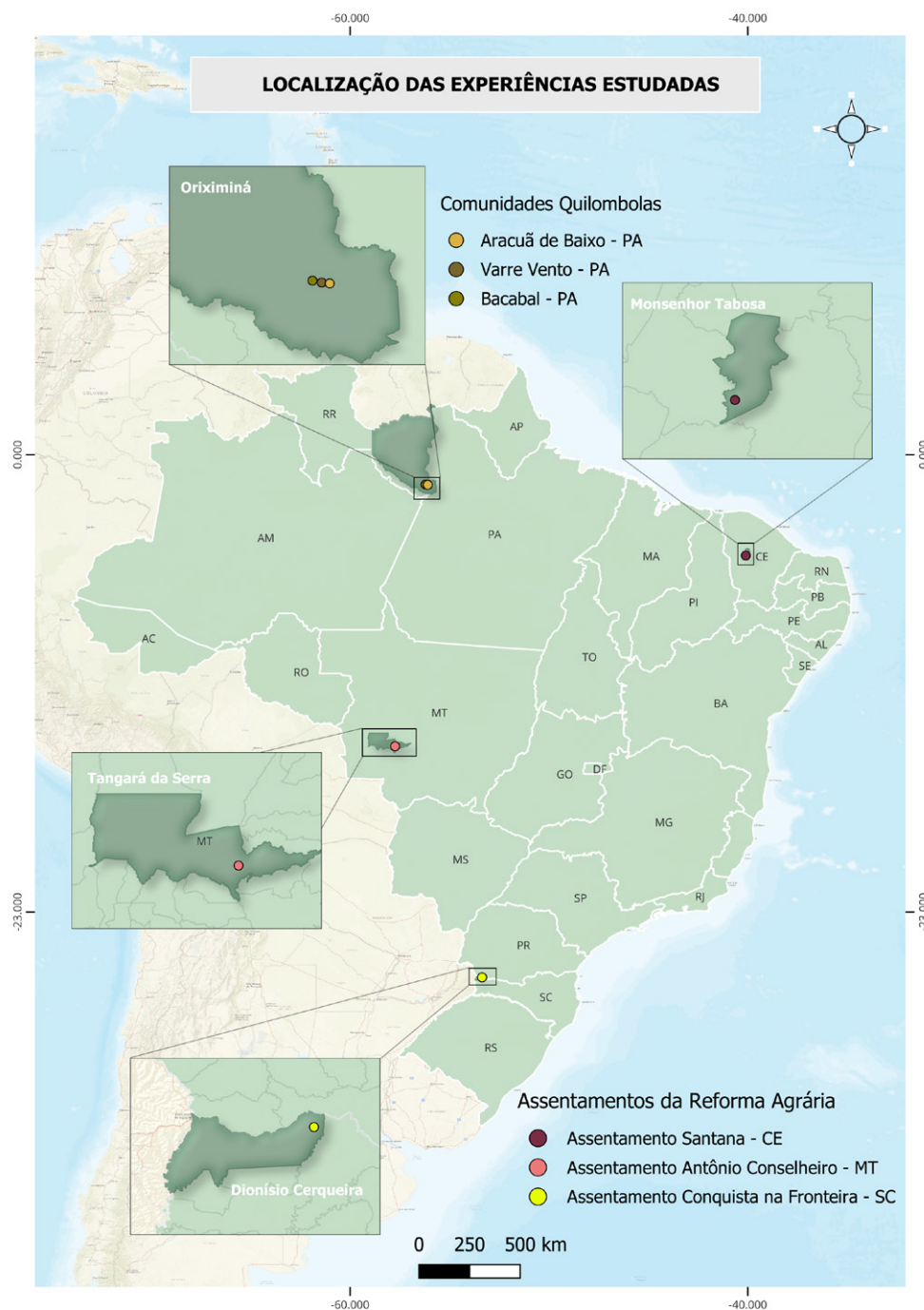
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-1996.

Nunca houve uma política ampla de reforma agrária no Brasil. As lutas dos movimentos sociais continuam árduas e diversificadas. A ocupação de terra tem sido a estratégia mais eficiente dos movimentos para obrigar o Estado ao cumprimento do preceito constitucional que instituiu a função social da terra. As ocupações de terra estão na origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como instrumento de pressão por reforma agrária. O número de famílias sem terra que participam das mobilizações cresceu desde 1988. No período entre 1996 e 2000, estiveram envolvidas, em média, 70.000 famílias a cada ano, de acordo com informações registradas pela CPT no Caderno "Conflitos no campo: Brasil 2002".

Os assentamentos rurais são conquistas das organizações de trabalhadores sem terra. Segundo estatísticas apresentadas no mapa Assentamentos Rurais do INCRA, o número de famílias assentadas no Brasil durante os dez primeiros anos de implementação do PNRA não havia ultrapassado 30.000 por ano. Este número triplicou no período em que se intensificaram as ocupações de terra. Porém, a concentração fundiária é agravada com a expansão do agronegócio, que recebe enormes subsídios para monocultivos que causam desemprego no campo, destruição ambiental e uso crescente de agrotóxicos.



3. CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES



Elaboração: Elen Karine Forte Pessoa.

Quadro resumo das comunidades pesquisadas

Experiência	Ano	Fam. (Nº)	Área (há)	Organização	Município	Estado/Região
Assentamento Santana	1986	76	3.213	Cooperativa	Monsenhor Tabosa	CE/NE
Assentamento Conquista na Fronteira	1988	60	1.198	Cooperativa	Dionísio Cerqueira	SC/SU
Assentamento Antonio Conselheiro	1997	998	37.258	Associações	Tangará da Serra	MT/CO
Assentamento Quilombolas	1997	94	80.877	Associação	Oriximiná	PA/NO

Fonte: Relatório de pesquisa, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.

NORDESTE: assentamento Santana, município de Monsenhor Tabosa, Ceará.

O assentamento Santana, com uma área de 3.213 hectares e 76 famílias, localiza-se no sertão dos Inhamúns, no semiárido cearense. A fazenda foi desapropriada em 1986, fruto da mobilização dos seus moradores e de jovens das comunidades próximas, com apoio da CPT e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa. A gestão coletiva da terra, do trabalho e da produção é de responsabilidade do conjunto das famílias assentadas. Estas integram os setores produtivos e sociais da Cooperativa de Produção Agropecuária - COPAGUIA, criada em 1990. As principais atividades são a pecuária leiteira, a apicultura, o consórcio de milho e feijão. O assentamento está estruturado em forma de agrovila e dispõe de açudes, estábulos, fábrica de queijo, casa do mel, armazém, bodega comunitária, escola, creche, posto de saúde, estação de tratamento de água, aterro sanitário.

CENTRO-OESTE: assentamento Antonio Conselheiro, município de Tangará da Serra, Mato Grosso.

O assentamento Antonio Conselheiro, com uma área de 37.258 hectares e 998 famílias, localiza-se no sudoeste do Mato Grosso, entre os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. A desapropriação da fazenda Tapirapuã ocorreu em 1997, após um ano de ocupação pelo MST. A terra foi dividida em lotes familiares, que variam de 25 a 38 hectares. As principais atividades produtivas são o plantio de banana e arroz, a criação de bovinos de leite e de corte, o cultivo de milho, feijão, mandioca, verduras, entre outros. Existem em funcionamento três escolas, sendo que uma delas possui o 2º grau completo. As famílias assentadas dispõem de infraestrutura como luz, água, transporte para os alunos e assistência técnica.

SUL: assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira, Santa Catarina.

O assentamento Conquista na Fronteira, com uma área de 1.198 hectares e 60 famílias, localiza-se nas proximidades da fronteira do Brasil com a Argentina. A fazenda Tracutinga foi desapropriada em 1988, por pressão de famílias acampadas e organizadas pelo MST de Santa Catarina. A Cooperativa de Produção Agropecuária do Oeste – COOPERUNIÃO possibilitou o surgimento de novas alternativas econômicas. Hoje, todas as famílias assentadas participam da cooperativa e a terra e o trabalho são coletivos. Como atividades estratégicas destacam-se a produção de leite, a avicultura, a piscicultura, a erva-mate, o reflorestamento e a lavoura de grãos. A organização do assentamento transformou o latifúndio em terra produtiva, incentivando a preservação da biodiversidade, a produção de alimentos, a igualdade de gênero e a geração de renda.

NORTE: comunidades quilombolas de Arancuan de Baixo, Bacabal e Varre Vento, município de Oriximiná, Pará.

Arancuan de Baixo, Bacabal e Varre Vento, com um total de 94 famílias, localizam-se no alto do Rio Trombetas, na região amazônica. Estas comunidades lutaram pela demarcação de suas terras e formaram a Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Oriximiná (ARQMO). O título coletivo, entregue em 1997, corresponde a uma área comum de 80.877 hectares. As principais atividades são o extrativismo da castanha-do-pará, a pesca, o cultivo e beneficiamento da mandioca, entre outras. A Associação trouxe benefícios materiais e sociais, como embarcações, caminhões, armazéns e escolas; e favoreceu a autoestima e uma maior consciência cultural.

4. GESTÃO COLETIVA NO SERTÃO NORDESTINO: A HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO SANTANA, CEARÁ

Resistir na terra conquistada é um desafio para movimentos camponeses que enfrentam o latifúndio. A resistência camponesa tem se manifestado em diversas ações: nas marchas, ocupações, organização por educação de qualidade, participação nos sindicatos e na opção pela terra e pelo trabalho coletivo. Em 2005, o assentamento Santana completou 18 anos de resistência pela democratização da posse e uso da terra. Localizado no semiárido cearense, o assentamento está na macrorregião Sertão dos Inhamuns, ao sul do município de Monsenhor Tabosa. A região é propícia ao fenômeno da seca, com intensa concentração fundiária e, ao mesmo tempo, apresenta o maior número de áreas de reforma agrária do Ceará.

O assentamento Santana é um espaço produzido coletivamente, sendo um exemplo de organização. A comunidade faz contraponto com a realidade local e ensina que o caminho para superar as dificuldades é o gerenciamento coletivo da terra, da produção e dos frutos do trabalho, destinados a abastecer as famílias assentadas. A riqueza deste trabalho está na fala de cada entrevistado com histórias de vida diferentes. Alguns sofreram com as dificuldades de um passado injusto e muitas vezes cruel, como Virginia, Almir, José Mamede e Antônio Ludugero. Entre outros, eles foram os primeiros responsáveis pelo sonho realizado do assentamento Santana. Há os que chegaram ainda criança ou jovens como Maria Gorete, Zilda da Conceição, Rosa Luze e Maria Elizene. No assentamento, estudaram, constituíram famílias e persistiram na luta. O terceiro grupo é formado por aqueles que são frutos diretos de uma nova vida. Seus pais, mesmo no sofrimento, tiveram visão ampla para romper as cercas da opressão. O engajamento de cada um comprova que o trabalho de formação foi eficaz. Os jovens que nasceram no assentamento - Paulo

Sergio, Maria José, Eurilene e Cleide - dão continuidade à sua construção. As entrevistas refletem essa diversidade. No total foram entrevistadas 23 pessoas. Destas, 17 eram assentadas, sendo nove mulheres e oito homens, cinco lideranças que residem no município e um professor em visita ao assentamento.

CONTEXTUALIZAÇÃO MUNICIPAL E ESTADUAL

O município de Monsenhor Tabosa, criado em 1951, possui 886,30 km². A população em 2003 era de 15.744 habitantes, dos quais 52,14% estavam na zona rural. No âmbito da estrutura fundiária 51,93% dos imóveis possuem menos de 50 hectares, mas só ocupam 10,27% da área rural de Monsenhor Tabosa; 17,83% dos imóveis pertencem à classe de área com mais de 50 a 100 hectares, ocupando 9,97% da área total; 30,24% dos imóveis possuem mais de 100 hectares com 79,76% da área, revelando a intensa concentração fundiária no município (IPECE, 2002/2003).

A realidade acima apresentada manifesta a necessidade de mudanças estruturais nas formas de uso e apropriação do espaço. No município existem nove assentamentos de reforma agrária, no entanto é um número inexpressivo frente à urgência de alterar a estrutura fundiária municipal, regional e estadual¹. No Sertão dos Inhamuns², localizado na zona oeste do Ceará, observamos o poder de pressão e opressão do latifúndio. Esta realidade não difere muito do restante do Ceará. Apesar de ser um dos estados brasileiros com “maior incidência de assentamentos rurais e o maior número de terras negociadas com os trabalhadores rurais” (Sampaio, 2000-2001, 64), o latifúndio persiste, gerando expropriação, miséria e violência.

¹ Em Monsenhor Tabosa foram implantados nove assentamentos federais (Santana, Paulo Freire, Margarida Alves, Xique-Xique, Poços, Orange, Bargado, Curitiba, Cachoeirinha) e cinco imóveis dos programas de mercado de terras sob responsabilidade do governo estadual (Boa Hora, Santa Isabel, Diamante de Padre Cícero, Boa Esperança e Monte Alegre).

² A macrorregião Sertão dos Inhamuns é constituída por nove municípios: Independência, Crateús, Ipueiras, Nova Russas, Poranga, Tamboril, Monsenhor Tabosa e Ipaoranga. A população estimada para 2003 era de 270.857 habitantes. Monsenhor Tabosa, onde está localizado o assentamento Santana, possui estreitas relações sociais e financeiras com a sede do município de Boa Viagem, localizado no Sertão Central.

O Ceará possui uma superfície territorial de 146.817 km² (14,6 milhões de hectares), sendo 93% deste total localizado na zona semiárida, o que aumenta a dificuldade de sobrevivência dos agricultores e agricultoras. Com uma população de 7.430.661 habitantes, 5.315.318 são moradores das zonas urbanas, ou seja, 71,5%, e 2.115.343 estão nas áreas rurais, o que corresponde a 28,5% do total (IPECE, 2002/2003).

No espaço rural cearense existem 134.672 imóveis cadastrados, com 9.343.170 hectares. Destes, 29,45% possuem áreas inferiores a 10 hectares, ocupando apenas 2,03% da área total, enquanto 15,17% é ocupada por imóveis que possuem entre 10 e 50 hectares, o equivalente a 40,64% do total de imóveis. Os percentuais referentes ao número de imóveis cadastrados são superiores aos percentuais de área total, evidenciando a pressão por terra por pequenos proprietários (IPECE, 2002/2003). À medida em que o estrato de área cresce, diminui o número de proprietários e aumenta a extensão da área ocupada. Os imóveis entre 50 e 100 hectares somam 14,94% do total estadual e 15,38% da área total e aqueles que possuem mais de 100 hectares, ou seja, 15,98% dos imóveis dominam 67,42% da área total (IPECE, 2002/2003).

As políticas dos governos anteriores possibilitaram ao Ceará acumular o maior número de açudes e de perímetros irrigados do Nordeste que, conforme o DNOCS, atenderia aos pequenos e médios produtores. Entretanto, “o poder forte dos grandes proprietários de terra e as secas climáticas que ocorreram no estado forneceram o quadro de mando e de miséria a que está submetida uma parte da população rural do Ceará. A seca, se por um lado, reforça o poder dos grandes proprietários de terra, em uma base tradicional, por outro, aumenta o nível de miséria dos trabalhadores rurais, sem terra ou com pouca terra” (Barreira e Alencar, 2001).

No âmbito da pauta comercial, sobressaem as culturas do arroz, feijão, banana, mandioca, cana-de-açúcar, castanha de caju e milho, sendo crescente a fruticultura irrigada. Destacam-se também a produção animal de aves e ovos, carne bovina e leite. A cera-de-carnaúba e o carvão vegetal completam o extrativismo vegetal (IPLANCE, 2001).

Os resultados socioeconômicos da política neoliberal aumentaram a pobreza. Por outro lado, no período entre 1985 e 1999, a agricultura cresceu 17,42%, a indústria 96,09% e o setor de serviços 53,83%. O município de Monsenhor Tabosa possui um IDH de 0,628, considerado pelos órgãos avaliadores como de médio desenvolvimento, sendo a educação, mais precisamente o número de matrículas efetivadas, a principal responsável pela elevação do IDH³.

Ao mesmo tempo em que a fruticultura para exportação se expande através dos campos irrigados nas melhores terras dos vales úmidos, a maioria dos agricultores continua a enfrentar problemas decorrentes das secas e dos entraves para acessar crédito agrícola. Os dados referentes ao trabalho assalariado no Ceará revelam que as políticas de geração de emprego e renda são, prioritariamente, direcionadas para as zonas urbanas e ineficientes para o mundo rural. Dos 5.934.807 assalariados, apenas 24,64% vivem na zona rural e nem sempre desenvolvem atividades ditas rurais. Destes, 55,4% recebem entre meio e dois salários-mínimos, sendo a maioria composta por homens (IPECE, 2001).

Em síntese, a expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as dificuldades no acesso a terra e ao crédito rural, a manutenção do latifúndio e de relações de trabalho injustas, contribuem para aumentar a pobreza tanto no meio rural quanto no urbano, evidenciando múltiplas contradições.

³ O IDH é medido a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Regiões com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; aquelas com índices entre 0,500 e 0,799 são caracterizadas como de médio desenvolvimento humano; as com IDH maior que 0,800 apresentam desenvolvimento humano considerado alto.

A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO ASSENTAMENTO SANTANA

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. (Paulo Freire)

A trajetória de vida de cada sujeito histórico e os motivos que levaram cada família a se integrar à luta por um território coletivo são muito mais significativos do que as datas de emissão do laudo de vistoria ou da desapropriação. Nos depoimentos, cada assentado e assentada reviveu, através da memória, a forma como seu espaço foi organizado e como ocorreu a transformação em sujeito definidor de sua própria história.

A vida dos atores sociais desta história

Conhecer a situação vivida antes e depois da implantação do assentamento nos possibilita uma análise comparativa com a realidade atual. Todos os entrevistados falaram de uma vida com muitas dificuldades, principalmente pela condição de *sem terra*. Mas isso se transformou em conquista. A ausência de elementos básicos da sobrevivência como terra, água, alimento, saúde e escola aparecem como necessidades mais frequentes nas entrevistas:

Antes, “eu morava no Tourão e lá a gente tinha dificuldade de trabalhar nas terras dos outros, pagando renda (...) faltava leite, água encanada e luz” (Antônio Ludugero, agricultor).

“Não estudei porque não deu para aprender (...) Antes as coisas eram diferentes demais. Tínhamos dificuldades de tudo” (Antônio Almir, 42 anos).

“Acho que nasci em Curimatá, Tamboril (...) A gente vivia como morador, ganhava pelo serviço e só dava para comer” (Elizene, 36 anos).

“Nós morávamos na terra do patrão, num lugar onde não tinha energia, longe do comércio, da escola e passávamos muitas dificuldades financeiras. A gente vivia da roça e trabalhava para o patrão” (Rita da Conceição, 27 anos).

“Não é bom a gente nem lembrar como era antes lá na Cacimba do Meio. Os filhos trabalhavam numa fazenda distante a uma légua, chegavam ao meio-dia e seguiam mais uma légua para a escola. As vezes não dava tempo nem de almoçar. Só tinha sofrimento” (Virgínia da Luz, 76 anos).

A condição de *sem-terra*, a situação de morador de condição ou rendeiro aparece na fala de oito dos entrevistados, principalmente dos mais velhos. A oferta de serviços básicos, sempre distante dos lugares de moradia, dificultava o acesso e a vida, como nas falas: *“passava a noite esperando por água” (Rosa da Luz), “a água era salgada” (Antônio Ludugero), “andava muito com o pote na cabeça” (Virgínia da Luz), “vivía na pobreza e a escola era muito longe” (Elizene)*. Dois dos entrevistados fizeram referência à ausência da organização política; dois afirmaram já ter passado fome; e um citou a distância do comércio e o fato de não ter energia. Contudo, as dificuldades cotidianas não os impediram de dar continuidade ao processo de construção de um sonho – a vida no coletivo como forma de superação.

Da Fazenda ao Assentamento Santana

A fazenda Santana, com 3.213,47 Km² era, segundo o Sr. Sebastião Messias, agricultor e sindicalista entrevistado, *“uma terra abandonada; o proprietário morava na serra da Ibiapaba (em São Benedito, oeste do Estado do Ceará) e lá os moradores não tinham as mínimas condições necessárias e faziam reivindicação constante ao INCRA pela desapropriação”* e ao sindicato contra a exploração vivenciada pelos trabalhadores.

De acordo com o Laudo de Vistoria e Avaliação realizado pelo INCRA em março de 1987, havia no imóvel, em condições precárias de conservação, quatro casas de alvenaria, incluindo a casa sede, cinco casas de taipa, dois açudes (um dos quais com a parede parcialmente destruída) e doze quilômetros de cercas de arame farpado e madeira (Barquete, 1995).

Nas palavras de Francisca de Souza (Agricultora, 76 anos), *“era uma terra que não tinha serventia, de um lado mata seca e de outro tudo devastado pelo gado. A água para beber era pouca e os moradores tinham que ir buscar muito longe.*

A água do rio era salgada, não servindo para o consumo humano. Quando a prefeitura municipal enviava, o carro pipa enchia os tambores, caso contrário, os moradores tinham que andar oito quilômetros para pegar água. Era muito sofrimento e exploração”.

Segundo Barquete (1995), “residiam no imóvel 13 famílias que, juntamente com 41 famílias das circunvizinhanças, produziam milho, feijão e algodão, de forma precária, sem recursos e assistência técnica, levando as famílias a um nível de extrema pobreza”. Os moradores viviam do arrendamento. Os vaqueiros cuidavam do reduzido rebanho do fazendeiro e, juntamente com os arrendatários, não podiam criar seu próprio gado de leite, que seria a garantia de alimento para seus filhos. Eles plantavam o milho, mas só tinham direito ao legume, pois a pastagem destinava-se a alimentar o gado do proprietário que muitas vezes era levado ao pasto antes de se completar a colheita do milho.

Em geral os agricultores que moravam dentro e nas proximidades da fazenda Santana eram completamente desprovidos de terra ou eram minifundistas *“que trabalhavam nas terras do patrão, pagando renda”* (Antônio Ludugero e Virgínea da Luz). Como afirma Paulo Francisco, presidente da COOPÁGUIA (42 anos), *“as terras eram poucas para a quantidade de filhos, então a gente morava na nossa terra, dos nossos pais e trabalhava nas terras dos patrões”* vivendo de arrendamento.

Como nos demais latifúndios, os agricultores *“tinham a responsabilidade de cuidar da cerca da propriedade, limpavam a roça (...) pagavam a renda de cinco para um, de cada cinco quilos, pagavam um (...) era uma relação muito injusta. [Este] foi um dos motivos para enfrentarmos essa luta por terra suficiente para produzir”* (Paulo Francisco).

Trabalhadores *“Sem terra que participam das CEB’s e pastorais da Igreja Católica de Crateús, ouvidores do bispo e do profeta Dom Antônio Batista Fragoso, foram entendendo seu direito a terra, iam sentindo-se herdeiros da promessa da terra. Então surgem as conversas em relação ao*

latifúndio conhecido como fazenda Santana” (Damascano, 1999).

As famílias Lourenço e Machado⁴, moradores da fazenda Santana e que atuavam em atividades sindicais e religiosas ligadas as Pastorais da Terra e da Juventude Rural, foram orientadas a elaborar um documento-denúncia sobre a situação de abandono da terra e de exploração dos trabalhadores, reivindicando a desapropriação da fazenda. O contato entre as paróquias viabilizou a articulação das famílias de outras comunidades (Cacimba do meio, Tourão, Sítio e Santana dos Domingos). Em 1984 as duas famílias foram assentadas em outro município e a CPT e o movimento sindical deram prosseguimento ao trabalho de formação e organização. No ano seguinte, a fazenda Santana entrou na lista para vistoria e desapropriação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. A desapropriação ocorreu em novembro de 1996. Naquele momento, a CPT e o STR fizeram um mutirão de organização das famílias. Em maio de 1987 saiu a emissão de posse.

“No dia 24 de maio de 1987 foi ocupada a casa sede, mas a gente foi mesmo para dentro da terra. Construímos um barracão na beira do rio, [ponto de apoio para os trabalhadores] que iam construindo as cercas, os roçados. As mulheres só vinham para as reuniões e os homens só iam à casa uma vez por semana (...) éramos todos jovens, 18, 20 25 anos”, afirmou Maria Gorete (coordenadora, 40 anos).

Entretanto, a emissão de posse do assentamento não significou o fim dos conflitos com o fazendeiro. Os setes primeiros meses foram de organização e resistência contra o proprietário que insistia em permanecer na fazenda. Os assentados tiveram que conviver com os animais do proprietário no pasto e com o vaqueiro. Em meio a sua arrogância, o antigo fazendeiro passou muito tempo para aceitar que a propriedade não era mais dele. Fatos como este nos fazem perceber como a reforma agrária é muito mais do que luta por terra, mas uma possibilidade concreta de redução do poder dos latifundiários e das elites dominantes, tornando o desafio ainda maior.

4 Em 1983 as famílias Lourenço e Machado foram assentadas na fazenda Saco do Belém, no município de Santa Quitéria, Ceará, antes da desapropriação da fazenda Santana.

Paralelamente, participaram do chamado *Plano dos 100 Dias* do governo do estado⁵: os trabalhadores assentados formaram seis comissões de trabalho (Agricultura, Pecuária, Infraestrutura, Agroindústria, Transporte e Comercialização) entre as 67 famílias para recuperar os açudes e as cercas de todo o perímetro do assentamento. Os recursos foram oriundos dos créditos de implantação (Alimentação, Fomento e Habitação), com as decisões e o trabalho de execução feitos coletivamente. A alimentação era garantida pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) através de cestas básicas.

Como as casas ainda não tinham sido construídas, a alternativa foi montar um barracão para alojar os homens, enquanto a maioria das famílias permanecia nos seus antigos lugares de moradias. A permanência no barracão e a realização das tarefas tornaram-se mecanismos de luta contra a permanência do fazendeiro na sede. Orientados pelo STR e pela CPT e PJR, as famílias entraram na justiça e, após várias apelações ao INCRA, a situação foi resolvida. Em setembro de 1987 foi dado um ultimato ao antigo proprietário: *“ou ele retirava o seu gado em 24 horas, ou os assentados iriam soltar os seus no pasto, sob pena do proprietário perder muitos animais”* (Paulo Francisco). No dia 4 de setembro ele retirou o gado e no dia seguinte foi realizada a festa da vitória. Essa data até hoje é comemorada.

O primeiro ano foi praticamente de seca e os assentados e assentadas foram contemplados com o programa de assistência do governo do Estado, através da secretaria de agricultura – as frentes de serviços. Mediante a figura do secretário Eudoro Santana, um lutador do povo, fomos beneficiados com mão-de-obra externa bastante significativa [que, através dos cursos de gestão e cooperativismo, ajudou a pensar o processo de gestão coletiva] e estimulou o mutirão. Recebemos também as cestas básicas do governo federal (...) Por um período de aproximadamente seis meses colocamos na poupança os recursos dos créditos fomento e alimentação e o pouco rendimento da poupança era dividido com as famílias. Isso foi equilibrando a situação. Depois nós fomos obtendo crédito e trabalhando. Assim, no período

de três anos [já percebíamos] uma mudança muito significativa” (Paulo Francisco).

As várias entrevistas mostram que a trajetória de cada pessoa foi se somando a história do outro para se tornar a história da comunidade, que construiu um projeto de vida no assentamento. O projeto de assentamento Santana ultrapassou os limites da burocracia institucional e, sob orientação técnica, foi materializado na perspectiva dos sonhos de cada família. Um sonho que se tornou, mediante o trabalho coletivo, uma realidade.

O novo olhar e a nova vida da Comunidade Santana

No resgate da trajetória das famílias assentadas em Santana é importante ressaltar a não linearidade dos acontecimentos. É necessário identificarmos a vida como um conjunto de relações e processos com recuos e avanços, perdas e conquistas, desânimo e coragem, vontade de desistir e, ao mesmo tempo, perseverança. As pressões sociais, políticas e econômicas não foram eliminadas. Porém, as pessoas contam que tudo melhorou com a vivência no assentamento e o trabalho coletivo. Outros pontos importantes foram o acesso à escola, casa própria e água encanada nas residências, melhoria no transporte e proximidade do comércio, equipamentos coletivos, acesso ao lazer e a vida social e política coletiva.

Na fala dos entrevistados, a conquista da terra tem uma relação permanente e sólida com o trabalho coletivo, que foi uma condição fundamental para superar as dificuldades e para viver melhor. Neste contexto, o assentamento ganha outro sentido que vai além da terra conquistada. É uma nova possibilidade de superar as condições de isolamento. A materialização do cotidiano vivido coletivamente confere ao processo de conquista um significado distinto.

“Hoje é muito melhor porque agora a gente vive no assentamento, onde todos trabalham juntos, todos lutando juntos por um só objetivo” (Eurilene, 15 anos). Para Rosa da Luz (agente de saúde, 33 anos) que já passou fome e chegou no assentamento sem nada, a conquista principal foi

⁵ O primeiro governo do Ceará, eleito após a redemocratização do país, montou uma estratégia de impacto: o “plano dos 100 dias”. Na Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária foram escolhidos dez assentamentos, entre eles o Santana, que passaram a receber diversos serviços públicos.

o trabalho: *“aqui conseguimos trabalhar participando da organização. Hoje temos quatro filhos e não passamos grandes dificuldades e nem passamos fome”*.

José Mamede (44 anos), fala sobre a mesma questão: *“hoje a gente se sente melhor porque uma coisa a gente já conseguiu, a terra. Ser assentado e depois desenvolver, ter uma situação melhor. O nosso sonho também era trabalhar dessa forma coletiva baseada nas experiências de outros assentamentos individuais que não deram certo”*.

As perguntas sobre o que significa ter qualidade de vida foram baseadas nas conquistas efetivadas. A garantia de alimentação diária é a questão central, assim como acesso a água tratada, moradia, saúde, estudo, lazer, vestuário e calçados para a família:

“A qualidade de vida tem muitos fatores, pelo menos os fatores básicos: higiene, tratamento da água e do lixo. O meio ambiente as famílias fazem parte dele, da vida e em seguida melhorar a qualidade da alimentação, [ter] bons estudos e participação” (Maria Araújo, 42 anos).

“A qualidade de vida começa pela alimentação saudável, tendo pelo menos quatro refeições diárias. No assentamento Santana, eles conseguiram. É ter uma renda...” (Sebastião Messias, 46 anos).

“É ter alimento na sua mesa, ter estudo e ter lazer também. Antes de vir para cá não tinha. Lá eu trabalhava muito, mas não tinha o que eu tenho aqui” (Antônio Ludugero).

“Ter qualidade de vida é ter estudo, ser formada, estar informada da realidade e da religião. É ter boa alimentação, casa para morar e terra para trabalhar (...) Antes apenas sonhávamos” (Gorete Fernandes, 40 anos).

Quando perguntamos se antes tinham qualidade de vida, todos responderam que não, explicando que não tinham alimentação adequada; havia dificuldade em conseguir água, tendo que transportá-la por longas distâncias; o comércio e a igreja também ficavam longe; as casas eram distantes uma das outras e pouco se contava com os vizinhos; a energia era um sonho; não existiam condições financeiras, nem para brocar a roça; a escola era muito distante e por isso só os irmãos mais velhos estudavam.

Para as famílias acampadas e assentadas “os assentamentos significam a esperança, que produzem mais e melhor do que os antigos imóveis desapropriados. Representam uma opção ao problema da fome e da miséria nacional; a possibilidade concreta de apoio e segurança alimentar; uma redução do êxodo rural e [da dependência] dos serviços urbanos; uma opção de geração de emprego e renda” (Alencar, 2000: 91).



Vista Panorâmica do Assentamento Santana. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

Este estudo incluiu uma abordagem sobre as formas de gestão do assentamento Santana, buscando entender como e em que condições históricas isso foi estruturado. A gestão coletiva do uso da terra, do trabalho e dos frutos da produção constitui o elemento mais importante desta experiência de reforma agrária. Nesta perspectiva, o objetivo é a democratização da terra e a socialização dos meios de produção e das relações sociais.

Horácio Martins (2004, p.41) esclarece que é necessário ter clareza dos nossos adversários políticos e das estratégias nesta luta pela transformação da realidade. Tendo em vista tais questões, fomos buscar, além da trajetória, a forma atual de organização política, territorial, produtiva e social da comunidade, apresentada a seguir. Na sequência, mostramos a planta baixa do assentamento, que nos permite visualizar o espaço construído e facilitar o entendimento deste processo.

PLANTA DO ASSENTAMENTO SANTANA



Casas (□) ; Alojamento dos técnicos e visitantes (■) ; Área verde (V)

- 1 – Sede da COPÁGUIA – Cooperativa de Produção Agropecuária Água;
- 2 – Bodega Comunitária;
- 3 – Centro de Abastecimento e Centro de Abastecimento;
- 4 – Lanchonete *Pouso da Água*;
- 5 – Armazém Comunitário;
- 6 – Armazém (desativado);
- 7 – Borracharia;
- 8 Galpão de máquinas;
- 9 – Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco;
- 10 – Posto de Saúde *O Povo no Poder*;
- 11 – Igreja São Francisco;
- 12 – Anexo da Escola São Francisco – Creche Chapeuzinho Vermelho (manhã) - Anexo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (tarde e noite);

- 13 – Antigo Posto Telefônico - Anexo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (tarde e noite);
- 14 – ETA – Estação de tratamento de Água Santana;
- 15 – Aprisco;
- 16 – Campo de Futebol;
- 17 – Açude Grande – água para o consumo humano;
- 18 – Estábulo e Silos;
- 19 – Casa do Mel;
- 20 – Fábrica de Queijos Comunitário;
- 21 – Parque de Vaquejada.

(a) – Entrada do assentamento – saída para o distrito de Barreiras e a sede do município

(b) – Acesso para o assentamento Bargado e Cachoeirinha, Monsenhor Tabosa

A estrutura territorial do assentamento Santana reflete a história de como os sujeitos organizaram social, produtiva e politicamente o seu espaço, fruto do processo de planejamento gradativo e maduro. O assentamento possui três espaços distintos: a área social, a área de produção coletiva e os lotes familiares.

Área Social: foram construídas 77 casas na área central – implantando o primeiro sistema de agro-
vila do Ceará; um posto de saúde (10); uma creche (12), que funciona em um prédio anexo à escola; uma escola municipal de ensino fundamental com quadra de esporte (09); um anexo da escola

estadual de ensino fundamental e médio (09 e 13); uma lanchonete (04); um campo de futebol (16); uma estação de tratamento de água (14); uma igreja (11) e um parque de vaquejada (21). A praça está projetada no centro da área social indicada na planta. Ainda em termos de infraestrutura social, o assentamento possui alojamento para técnicos e visitantes. As casas possuem energia elétrica, banheiro interno e água encanada. A água é proveniente de um açude de grande porte (17), passando pela estação de tratamento (14). O lixo é coletado semanalmente pelo caminhão da COOPÀGUIA, cujo destino é o aterro sanitário em área afastada do assentamento.



ETA - Estação de Tratamento de água. Fotos: Silvana Lima, Maio/2004.

Área de Produção e Uso Coletivo: esta área encontra-se bastante estruturada, contando com diversos equipamentos. Existem sete açudes de pequeno porte, dois de médio porte e um de grande porte. O açude grande é destinado à irrigação, piscicultura e ao abastecimento doméstico. O banho só é permitido na época em que está sangrando e no sangradouro. Há também três silos (ao lado do estábulo) com capacidade para 80 toneladas;

um estábulo coletivo (18), a casa do mel (22), uma fábrica de queijo (20) e outra de confecções, uma borracharia e um armazém comunitário (07), um centro comercial formado pela bodega comunitária e o armazém de mercadorias (03), um galpão (08) para caminhões e ferramentas e o prédio sede da COOPÀGUIA (01) para reuniões da cooperativa. O espaço destinado às assembléias do assentamento ou reunião do Fórum dos Assentados é a igreja.

Lotes Familiares: localizados no entorno da área social, os lotes têm tamanhos diferenciados que variam entre 1 e 10 hectares. Inicialmente, cada família dispunha apenas de 1 hectare sem considerar as diferenças do tamanho e das necessidades familiares. Com o passar dos anos, o processo ensinou o coletivo a percebê-las e entendê-las. Com isso, o tamanho do lote foi sendo ampliado, segundo aprovação em assembléia e de acordo com a solicitação e capacidade produtiva de cada família, chegando a 10 hectares. Esta flexibilidade em relação aos lotes individuais faz parte do processo de aprendizagem da organização.

Organização Político-Administrativa

O processo de formação política foi fundamental na definição da estrutura organizacional. Das dificuldades enfrentadas nasceu o aprendizado e os camponeses concluíram que a organização coletiva poderia transformar suas vidas. Foram criados seis grupos de trabalho entre as 67 famílias e uma comissão para elaborar as normas e o projeto produtivo do assentamento. Assim, o Estatuto foi resultante de um trabalho gradual e coletivo.

"Tinha um grupo, formado por cinco companheiros⁶, que era uma espécie de diretoria que ia pensando e levando para o grupão discutir. A gente tinha a missão de propor as normas e o projeto para o assentamento. Quanto à moradia, nós elaborávamos as propostas até chegar a uma definição na base do voto. À medida em que a comissão ia elaborando as propostas estatutárias, a comunidade ia analisando, nós fazíamos as devidas reformulações e todos votavam" (Paulo Francisco).

Tudo era levado para a assembléia, cujo espaço de encontro era à sombra das árvores, como explica Paulo Francisco: *"convocávamos o pessoal em um determinado local, numa árvore. Lá fomos deliberando e escrevendo as normas internas, a questão da moradia, a sistemática da produção e uma proposta de que a terra seria coletiva"*. O assentamento foi concebido como uma unidade de produção coletiva. A terra e o gado foram assim tratados. O resultado foi altamente satisfatório e apenas duas famílias desistiram da caminhada. O trabalho coletivo tem um significado especial na reconstrução das vidas das famílias, como conta Virgínia Pereira Luz, de 72 anos, que sempre contribuiu com a organização:

"Antes a gente sofria muito para criar os filhos, sem poder dar educação. Trabalhava nas terras dos outros e sofria muito para ir a escola, era de 2 a 3 léguas. E quando os meninos chegavam corriam para o roçado para ajudar os pais, se não, não sobreviviam. Era muito difícil (...) Se não fosse a organização da comunidade..., tem muita gente que custa a entender que precisa se organizar e trabalhar sempre o coletivo".

⁶ A tarefa era árdua e alguns foram substituídos. Da equipe inicial, hoje, dois estão assentados no Santana, o atual presidente da COPÁGUIA, Paulo Francisco e o companheiro Chico Sales, aposentado.

COPÁGUIA: a cooperação como forma de resistir na terra

Acreditamos que só é possível resistir na terra com a cooperação
(Paulo Francisco – presidente da COPÁGUIA)



Sede COPÁGUIA. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

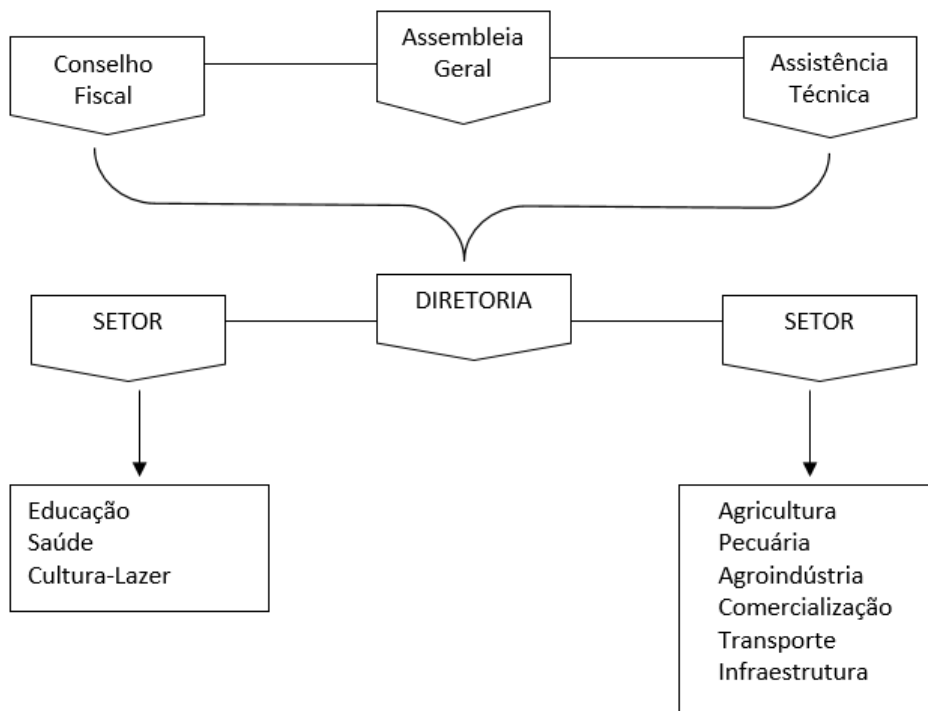
O sistema cooperativista dos assentados em Santana é um modelo de organização produtiva que funciona de forma participativa e democrática, garantindo o abastecimento alimentar e de qualidade de vida para cada família. Nos primeiros anos de organização, os assentados sentiram a necessidade de se organizar coletivamente. Tal fato não foi somente uma descoberta dos trabalhadores frente a suas experiências de vida, mas também diante das questões ambientais do semiárido nordestino.

Para formalizar a organização, foi fundada a Associação Geradora de União e Imenso Amor – ÁGUIA, com 110 sócios. Através dela conquistaram os primeiros créditos, realizaram a primeira experiência de alfabetização e montaram a bodega coletiva. Como afirmou José Mamede, os

prédios que existem hoje foram construídos pelo conjunto dos assentados. A preocupação inicial foi com a agrovila, construída em 1986 em regime de mutirão. Depois construíram o prédio da bodega comunitária, um pequeno grupo escolar, a fábrica de queijo, o armazém, a lanchonete e a borracharia.

Era necessário fortalecer a gestão coletiva e por isso foi criada a cooperativa, que substituiu a associação. A reestruturação aconteceu para dar continuidade à eficiência econômica, fortalecendo o caráter democrático de seu funcionamento. Em 16 de dezembro de 1990 a ÁGUIA se transforma em COPÁGUIA - Cooperativa de Produção Agropecuária Águia. A estrutura da COPÁGUIA pode ser observada no seguinte organograma:

ORGANOGRAMA DA COPÁGUIA



Instâncias e setores da COPÁGUIA

- **Assembléia Geral:** instância máxima, onde se definem as orientações para os grupos de trabalho e são aprovados os projetos. Segundo os entrevistados, representa momentos de festa e encontro no assentamento.
- **Conselho Fiscal:** constituído por três membros da cooperativa, eleitos juntamente com a diretoria.
- **Diretoria:** formada pelo presidente, dois secretários e dois tesoureiros, com mandato de dois anos.

Além das instâncias apresentadas acima, existem oito núcleos de famílias, seis grupos de trabalho e dois setores: social e produtivo. Os núcleos de famílias, com um coordenador e uma coordenadora, aprofundam os pontos da pauta para as assembleias e têm papel fundamental no fortalecimento da democracia. Os grupos de trabalho têm um caráter mais prático para atividades como o mutirão e o coletivo. Como as famílias dos núcleos também estão nos grupos de trabalhos, eles se combinam. O setor social é composto por três coletivos: educação, saúde e cultura e lazer. O setor de produção é formado por coordenadores e trabalhadores (motoristas, balconistas,

mecânicos, entre outros) dos coletivos de pecuária, agricultura, agroindústria, comercialização e infraestrutura. Cada coletivo é composto por um coordenador que participa das reuniões com a diretoria. Estrutura dos coletivos:

- **Pecuária:** formado por dois vaqueiros e um coordenador, escolhido entre os vaqueiros, que têm dedicação exclusiva a sua atividade.
- **Agricultura:** formado por um coordenador e oito grupos de trabalho envolvendo todas as famílias associadas.
- **Agroindústria:** formado por um coordenador, quatro apicultores e pessoas envolvidas com a produção de queijo, que é temporária e depende da capacidade produtiva de leite.
- **Comercialização:** formado por dois coordenadores e dois balconistas, um da bodega e outro da lanchonete, ambas comunitárias. Este setor é o coração do sistema de produção coletivo do assentamento.
- **Infraestrutura:** formado por um coordenador que conversa com todos os grupos e faz vistoria, levantando as necessidades de reforma ou recuperação na estrutura social e produtiva do assentamento.

É importante enfatizar que todos os associados têm a responsabilidade de participar dos trabalhos produtivos na roça (suporte de forrageiro)

e dos mutirões. Estão dispensados destas tarefas os vaqueiros e os balconistas da bodega e da lanchonete que realizam atividades específicas.



Dia Mutirão – conserto da cerca. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

A bodega comunitária é um estabelecimento comercial criado no início do assentamento com recursos do crédito de implantação (alimentação, fomento e habitação). Os balconistas da bodega e da lanchonete são eleitos em assembléia para um período de dois anos, assim se garante que

não haja monopólio nesta função. A experiência da bodega comunitária foi trazida pelos assentados que vieram da comunidade do Tourão, onde o projeto alcançou bons resultados, com garantia de alimentação mais barata.



Bodega Comunitária. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

A comercialização da produção pelo coletivo é a atividade central da COPÁGUIA. *“Cada sócio tem sua produção e ao colherem vendem para o comércio [Posto Agrícola e Centro de Abastecimento da COPÁGUIA]. Assim por um preço melhor, porque livra dos atravessadores. Ali [os sócios] trocam os produtos e a gente faz um preço melhor”* (Paulo Sérgio).

Organização da Produção Agropecuária

O assentamento Santana é uma unidade de produção mista, coletiva e orientada para a diversificação de alimentos onde, acima de tudo, garante o abastecimento das famílias. Cada família assentada dispõe de, no mínimo, um hectare para a produção familiar, sendo completamente livre a definição do tipo de cultura. A agricultura, a pecuária e a apicultura são as principais fontes de renda dos cooperados, sendo que alguns contam com uma renda complementar de atividades ligadas ao setor social (educação e saúde) e produtivo (motorista, secretária, balconista, serventes) no próprio assentamento ou de aposentadorias e programas assistencialistas do governo. A produção agropecuária do assentamento garante o sustento das famílias e possibilita o pagamento dos créditos agrícolas.

A produção agrícola coletiva é principalmente de capim elefante e sorgo, para garantir a alimentação do rebanho e, no período chuvoso, de milho e feijão. O grupo da agricultura prepara o terreno (passa o trator e o arado) e depois todas as famílias trabalham. Outras atividades coletivas são o manejo do gado (individual e coletivo), a apicultura e a comercialização. Na pecuária há mais de 3.000 cabeças de gado, representando 5% do total do município. Do total de animais do assentamento, 10% correspondem a bovinos e 90% é constituído por eqüinos, ovinos e caprinos.

O coletivo de agroindústria coordena duas fábricas de queijo e a casa do mel. A fábrica de queijo só funciona na quadra chuvosa, período em que há garantia de pasto para o gado e aumento na produção de leite. Na estação seca, o leite produzido coletivamente é destinado exclusivamente ao consumo interno, particularmente para as famílias com lactantes e idosos.

A casa do mel funciona de acordo com a produção da apicultura. *“É uma alternativa na área de produção e uma atividade recuperadora do meio ambiente”* (Paulo Francisco). Esta atividade tem a função de proteção e recuperação das matas, além de ser fonte de renda importante. O assentamento possui 250 colmeias com perspectiva de sua rentabilidade superar a da pecuária.



Curso de Apicultura, 2003. Foto: Arquivo COPÁGUIA.

A comercialização é o centro do processo coletivo. A força do coletivo, mediante a comercialização centralizada, livra os assentados dos atravessadores e da relação de exploração. A produção excedente dos sócios é vendida ao setor comercial da COPAGUIA, sendo uma parte negociada para a

bodega comunitária e a outra fora do assentamento, ganhando preço e estabilidade no mercado. Os principais centros consumidores dos produtos do assentamento são Fortaleza, São Benedito e as sedes dos municípios de Monsenhor Tabosa e de Boa Viagem, mercados potencialmente em expansão.



Posto Agrícola e Centro de Abastecimento. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

A distribuição dos resultados da produção é feita da seguinte maneira: 80% dividido entre os sócios; 10% destinados ao fundo da Associação; 5% destinados ao fundo de sementes e 5% destinados ao fundo de reserva dos sócios que poderá ser usado no momento de pagamento de dívidas junto aos bancos.

No sistema familiar, cada uma define individualmente o que deseja plantar. O roçado é indi-

vidual e atende ao consumo interno das famílias, ficando um excedente para ser comercializado na bodega comunitária. Lá ocorre a troca por outros produtos ou por dinheiro. Segundo Virginia da Luz (76 anos) *“tem que vender para comprar os remédios, vender milho, feijão e ficar para comer. A gente tem que trabalhar para viver e graças a Deus tem muita terra para trabalhar e o que gente trabalha [produz] é da gente”*.

A maioria dos entrevistados cultiva milho e feijão. Alguns cultivam no inverno a melancia e o jerimum, como afirma Zilda da Conceição (diretora da escola): *“produzimos milho, feijão e abóbora. Uma parte a gente guarda para ir comendo*

e aquilo que a gente vê que vai sobrar, vende (...) Sempre guardamos dois tambores porque ninguém sabe como vai ser o próximo dia. Se não chover, tem quantidade de sobra para nós e até para arranjar para os vizinhos”.



Feijão, após colheita familiar. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

Quanto à participação familiar no trato cultural da roça, na época do cultivo toda a famílias é envolvida, inclusive pessoas que desenvolvem atividades de setores sociais (educação, saúde, lazer). *“Na época do inverno lá em casa só ficam os dois meninos pequenos, os dois de menor. Todos nós vamos trabalhar na roça”* (Rosa da Luz, agente de saúde). Maria José (15 anos) explica que, *“na minha casa quem realiza a produção é meu pai, juntamente com meus irmãos. Eu ajudo no tempo da colheita”.*

Como se realiza a produção no assentamento

A produção é também um processo de mudança para as famílias. Os adubos orgânicos subs-

tituem os produtos químicos e a comunidade entende a necessidade de proteger o meio ambiente para garantir colheitas futuras. A escola também tem essa tarefa de conscientização. Antônio Ludugero afirmou que para adubar a plantação *“só usa o esterco de gado e de criação”.* Quanto aos instrumentos de trabalho de uso freqüente no assentamento, observamos a foice, o machado, a enxada, o cultivador, o arado ao lado do trator e da desbulhadeira de feijão e milho. Os equipamentos mais simples são de posse das famílias e o trator e a desbulhadeira de uso coletivo através da COPÁGUIA, que construiu um galpão de máquinas. A COPÁGUIA também dispõe de outros equipamentos de uso coletivo como um caminhão e duas motos que atendem necessidades administrativas e de comercialização da cooperativa.

As sementes utilizadas vêm, em geral, da própria produção. Mesmo assim, há reivindicação para a inclusão dos assentados no programa de sementes do governo estadual. Todas as pessoas entrevistadas afirmaram produzir o suficiente para comer, comercializar e guardar sementes para o ano seguinte. A COPÁGUIA mantém um banco de sementes e incentiva o sistema de troca entre os agricultores, como forma de reduzir a dependência dos programas governamentais. Segundo José Mamede, por várias vezes já receberam *“as sementes da Ematerce, no entanto o milho que vem do governo é de baixa qualidade”*. Para Sebastião Messias (sindicalista e sócio da COPÁGUIA), *“difícilmente os assentados compram sementes, eles usam as sementes produzidas no assentamento, selecionadas pelo critério da qualidade do grão”*.

Sobre a questão ambiental, todos os entrevistados são conscientes sobre a importância de proteger os recursos naturais. Maria Araújo (educadora, 42 anos) disse que todos sabem *“que o solo tem problema de erosão e por isso estamos pensando em fazer um reflorestamento. Já começamos dentro da vila. Em outras partes a erosão cavou buracos”*. Para Zilda da Conceição (diretora da escola, 27 anos), *“Devemos fazer uma campanha para que o assentamento seja mais limpo. Tem também a questão da arborização, tem muita árvore, mas precisa de mais, principalmente na escola, no posto de saúde e nos locais que aglomeram muita gente”*.

Segundo Paulo Francisco (presidente da COPÁGUIA, 42 anos) *“é possível recuperar uma área e fazer ela voltar a ser verde, fazendo o plantio correto, recuperando nosso solo com adubação orgânica e preservando nossas matas para nossa qualidade de vida”*.

Estrutura e Organização do Setor Social

A estrutura do setor social do assentamento Santana reflete a história de luta de seu povo para melhorar a qualidade de vida. O presidente da COOPÁGUIA, Paulo Francisco, explica que *“a qualidade de vida tem que abranger diversos aspectos econômicos e sociais. As famílias com a casa bonita, os filhos adquirindo consciência, saúde, lazer e esporte”*.

Formação e Educação

No âmbito da formação técnica e política, os assentados e assentadas do Santana participaram de diversos cursos sobre educação, gestão, formação política, corte e costura, apicultura, técnicas agrícolas, inseminação artificial, pecuária, manejo com animais, educação ambiental, agricultura orgânica, produtos transgênicos, informática e inglês.

Dona Virgínia (76 anos) contou que *“tiveram muitos cursos, de como a gente deve se alimentar, a respeito da saúde, do uso de plantas medicinais e outros. Já fui a curso em Crateús pelo STR. Fui na reunião dos técnicos pela CPT. Era curso de como zelar a terra, de como eram as florestas e de como plantar”*. Eurilene (15 anos), contou que *“o MST oferece alguns cursos de formação. Tem gente aqui no Santana que é formado na área de saúde pelo MST (...) Já houve cursos sobre os núcleos de base, encontro de jovens. Eu participei de vários deles”*. Os vários cursos de formação e a estrutura organizacional do coletivo de educação tornaram-se uma referência. Em Santana, até as festas juninas são gestadas coletivamente.

Coletivo de educação e o papel da escola no assentamento

O coletivo de educação constitui um dos setores mais dinâmicos do assentamento. Internamente, é formado por todos os educadores do assentamento, os auxiliares da educação (diretores, coordenadores, secretária, merendeira e o pessoal da limpeza) e as famílias dos educandos. Externamente, conta com a orientação de representantes do setor de educação do MST. Além da função pedagógica, a escola tem uma função política e cultural muito importante, contribuindo na organização de eventos, festas, reuniões e manifestações políticas da comunidade.

“A escola promove eventos, reuniões e fazem palestras com agentes de saúde” (Margarida, 17 anos). *Lá é o espaço da festa (...) quando a gente precisa assistir uma fita de vídeo se reúne lá.”* (Rosa Luz, agente de saúde). No que se refere aos espaços educativos específicos, o assentamento tem

uma boa infraestrutura conquistada por mobilizações. A creche Chapeuzinho Vermelho funciona no anexo da escola municipal, no antigo posto telefônico, com 22 crianças do assentamento.

Conta com duas educadoras e uma merendeira. As crianças dispõem de mesas e cadeiras adequadas a sua idade e brinquedos educativos.



Creche Chapeuzinho Vermelho – Anexo da Escola São Francisco. Foto: Silvana Lima, Maio/2004..

Sobre a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco, a diretora Zilda da Conceição (27 anos), explica que são “204 alunos matriculados, sendo 154 filhos de assentados e uma faixa de 50 alunos de fora do assentamento [Bargado, João Lopes, Para Sempre, Tourão, Velho

etc]; são 10 turmas, incluindo a creche e a pré-escola”. A diretora afirmou que conta com recursos tecnológicos como “TV e vídeo, um aparelho de som e um computador. A escola tem também uma biblioteca disponível para os alunos e para a comunidade, além de uma quadra esportiva”.



Educadores e Educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco. Foto: Silvana Lima, Maio/2004.

As turmas de Ensino Médio funcionam no anexo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Vicente Ribeiro do Amaral, cuja sede fica no distrito Santana dos Domingos. São 58 alunos, 25 matriculados no 1º ano e 23 alunos no 2º ano. *“Os alunos são daqui do assentamento e de outras comunidades como o assentamento Bargado (...) quando não tem carro, nós ministramos as aulas no assentamento Bragado, aí em vez de 15 alunos virem para cá, nós vamos para lá”* (Maria Araújo, educadora do ensino médio). Neste caso os professores se revezam e a escola funciona nos assentamentos Santana e Bargado. No âmbito da Educação de Jovens e Adultos, o assentamento conta com cinco salas de aula.

As escolas têm uma importância fundamental no município. Todas as crianças e jovens do assentamento e da circunvizinhança estudam nas escolas do assentamento, sendo que as de fora contam com transporte escolar da prefeitura. Nas palavras de José Mamede (agricultor, 44 anos): *“a gente vê que ela está organizada em vários setores [turmas], que tem o coletivo de educação que planeja e discute (...) Nós trabalhamos o método Paulo Freire”*. As educadoras possuem cursos de capacitação específica na área que atuam. *“Os professores são escolhidos pelo assentamento em assembleias geral”* (José Mamede); Elizene (36 anos) explica que *“como no assentamento já tem muita gente formada, a questão é a vocação”*. Tais procedimentos diminuem as imposições burocráticas da prefeitura e aumentam as possibilidades de comprometimento dos educadores com a realidade local. O material didático vem do Ministério da Educação. No entanto, segundo Zilda da Conceição (diretora) e Maria Araújo (educadora), a escola faz um planejamento na perspectiva de se construir uma relação mais concreta com a realidade, com os princípios do assentamento e suas potencialidades geoambientais, conferindo liberdade e autonomia na ação pedagógica dos educadores e educadoras.

A chegada das famílias ao assentamento Santana veio acompanhada da necessidade de garantir escola para as crianças e os jovens. Frente a tal questão, a Associação colocou o debate sobre educação como questão central. O desafio era dar continuidade ao processo de conquista através da educação de qualidade. Não dava mais para permanecer percorrendo longas distâncias para chegar até a escola. A luta inicial foi pela ins-

talação de uma escola de 1º grau (Ensino Fundamental). Em seguida, houve a implantação do Telecurso 2000, em nível de ensino Médio e, depois, o Supletivo.

A primeira iniciativa foi organizar o retorno dos educadores do assentamento Santana. Isso gerou um grande trabalho de mobilização pela escola estadual (de Ensino Médio) do próprio assentamento. Foi elaborado o projeto para a SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Ceará), CRED (Conselho Regional de Educação) e Secretaria de Educação do Município. A batalha durou alguns meses, mas teve resultados satisfatórios. Os professores voltaram aos seus postos de trabalho e conquistou-se a primeira escola de ensino médio em áreas de Reforma Agrária no Ceará.

Inicialmente, o Ensino Médio era cursado na sede do município, a 42 km, ou no distrito de Barreira. Em função das lutas, em 2001, as primeiras salas de aula de ensino médio regular foram transferidas para o assentamento Santana. Outras importantes reivindicações foram sobre transporte, hospedagem e alimentação dos educadores que faziam o curso de Pedagogia. Frente às dificuldades, o coletivo entrou em contato com a Secretaria de Educação do município, que por sua vez, contou o reitor da UVA e conseguiu um abatimento de 30% nas mensalidades. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município contribuiu cedendo um lugar para os acadêmicos dormirem. Nos finais de semana os educadores voltavam para casa. Atualmente, todos os educadores do ensino médio são formados em Pedagogia e já concluíram os cursos de especialização.

Um olhar sobre a juventude

Os jovens constituem uma parcela significativa do assentamento Santana, estudam no próprio assentamento e estão envolvidos com inúmeras atividades produtivas, políticas, sociais e culturais. *“A participação dos jovens no assentamento é muito importante, é parte fundamental, os jovens são o futuro, o amanhã. Eles participam das assembleias, de todo o trabalho do assentamento, inclusive dos objetivos da cooperativa e da direção”* (José Mamede, 44 anos). *“Os jovens participam e contribuem com as atividades do assentamento. Eu participo das reuniões e contribuo com os eventos”* (Margarida Oliveira, 17 anos).

A juventude do assentamento Santana se organiza em dois espaços permanentes de participação social e política: a COPÁGUIA e o Grupo de Jovens. A participação dos jovens no cotidiano da COPÁGUIA não é ocasional, mas amparada pelo estatuto que permite aos jovens com mais de 18 anos se associarem, independentemente da família, com direitos e responsabilidades no voto, no financiamento, nas atividades produtivas e na divisão dos frutos do trabalho coletivo. Isto permite autonomia financeira no próprio assentamento. As atividades produtivas desenvolvidas pelos jovens, sócios e não-sócios, são balconista (da bodega comunitária e da lanchonete), motorista da COPAGUIA, agricultores, vaqueiros, na apicultura, na educação e agentes de saúde. Além disso, participam e coordenam grupos de jovens, mantêm uma banda musical e contribuem com o MST em nível estadual, regional e local.

Para Gorete Fernandes (coordenadora do Crisma, 40 anos), *“os jovens participam da organização do assentamento, encaminham eventos e estudam para compreender a realidade”*. No Grupo de Jovens eles debatem seus sonhos, planejam as festas, discutem os problemas e definem suas reivindicações. O assentamento conta ainda com um grupo musical que anima as festas e com uma lanchonete que é um espaço de lazer, para quadrilhas juninas, festivais e manifestações culturais do Nordeste.

Sobre os sonhos da juventude apresentamos as falas dos próprios jovens. Segundo Paulo Sérgio (balconista da bodega comunitária, 21 anos), *“o sonho particular de vida é ficar no lugar dos meus pais, já que um dia eles vão se aposentar. Eu sonho em ficar no lugar deles e dando minha participação. Meu sonho é me formar, ser técnico agrícola, trabalhar no assentamento e não sair para trabalhar fora”*. Os depoimentos de Margarina (17 anos) e Maria José (18 anos) destacaram que seus sonhos são *“ingressar na faculdade, no mercado de trabalho e continuar vivendo aqui no Santana sem precisar sair”*. No âmbito dos projetos mais imediatos, há necessidade de cursos de música, teatro, artesanato e de melhorar a quadra de esporte (Zilda da Conceição, diretora da escola). A presença da juventude é central na vida social, econômica e política do assentamento.

O papel das mulheres trabalhadoras rurais

“É um direito das mulheres serem sócias da COPÁGUIA [independentes da família] e na medida do possível se inserir na atividade produtiva (...) A maioria das mulheres se insere em atividades domésticas e colabora com a atividade agrícola. Contribuem também com a educação, que é remunerada e na administração. É preciso priorizar a presença das mulheres no setores da comercialização e da saúde” (Paulo Francisco). Um elemento destacado foi a necessidade de intensificar a participação das mulheres nas assembleias e nas atividades produtivas.

As companheiras entendem que o processo de emancipação e de organização das mulheres é fator preponderante para uma sociedade mais justa: *“A participação das mulheres na organização do assentamento é muito importante. Elas têm vez e voz”* (Eurilene, 15 anos). Também é importante ressaltar a participação das mulheres nas manifestações políticas, sociais e religiosas do assentamento e dos movimentos sociais, como nas jornadas de luta e romarias da terra.

Virgínia da Luz (76 anos) explica, *“participo da organização do assentamento desde o começo. É um direito que a gente tem. Assim, a gente sabe tudo como fazer. Eu trabalho na horta e crio galinha. As mulheres também ajudam na organização. Podem ser tesoureira, secretária, líder dos movimentos, líder sindical. Está completando 22 anos que eu participo desta caminhada tão longa e difícil. Já fui a nove romarias da terra; assembléia dos deputados, ao Cambeba [Centro Administrativo do Estado do Ceará]. Eu acho que através do povo junto, unido e organizado é que a gente adquire as coisas”*.

O Coletivo de Saúde

O coletivo de saúde conta com quatro agentes de saúde do assentamento. No que se refere à infraestrutura, o assentamento dispõe de um posto de saúde que recebe a visita do médico e de uma enfermeira a cada 15 dias, e do dentista uma vez por mês.

A agente de saúde Rosa da Luz (33 anos) explica que faz parte da equipe do Programa Saúde da Família (PSF) da Secretaria de Saúde do Município, cuja orientação é desenvolver a saúde preventiva baseada nos princípios da medicina alternativa: *“Em casa a gente sempre tem uma planta medicinal. A gente se apega aos remédios caseiros e orienta as pessoas a usarem”*. No entanto, o médico continua com sua medicina tradicional, priorizando remédios químicos. As auxiliares de agentes de saúde fizeram cursos de formação pelo MST e seu trabalho ultrapassa a questão da saúde, pois atuam na formação política. A realidade socioeconômica no assentamento Santana é um diferencial frente à situação vivida pela maioria dos sertanejos e agricultores do Ceará.

IMPACTOS LOCAIS E REGIONAIS DO ASSENTAMENTO SANTANA

O assentamento Santana tem construído uma ampla e sólida relação com a vida social, política, cultural e econômica no município de Monsenhor Tabosa, tornando-se uma referência na região dos Inhamuns, no Ceará. Na sequência, destacamos as contribuições do assentamento para a sociedade:

1. O assentamento Santana é a principal referência e modelo de gestão política e econômica para os assentamentos da região. Suas lideranças são convidadas frequentemente para palestras e organização de novos acampamentos. *“Eu conheço a experiência. Conheci numa época em que era comum se organizar caravanas de assentados para conhecer a experiência do assentamento Santana”* (professor de economia da UFS). *“O assentamento Santana contribui com a vida política. Nós temos o Fórum dos Assentamentos no município. Temos a obrigação de colaborar com os outros trabalhadores assentados e não assentados de outros municípios, proferindo palestras, cursos de capacitação na atividade produtiva e organizacional. A gente tem esse papel multiplicador da organização dos trabalhadores”* (Paulo Francisco, presidente da COPÁGUIA).

2. Muitos assentamentos estaduais e federais sugeriram a partir do Santana. Seus filhos e filhas, após constituírem famílias, deram continuidade ao processo de luta e conquista da terra, como

acampados e formando novos assentamentos em um amplo território de luta pela reforma agrária. *“A gente costuma dizer que o Orange e o Bargado são filhos do Santana. A maioria dos assentados é filho de assentados aqui do Santana”* (Cleide da Luz, filha de assentado, direção regional do MST).

3. A longa distância no trajeto de casa até a escola é um dos principais problemas para os educandos na zona rural. Quando as aulas acontecem à noite o problema se agrava. A escola de Ensino Fundamental e o anexo da escola de Ensino Médio do assentamento evitam que os alunos percorram longas distâncias e atendem toda a população estudantil da zona rural do distrito de Barreiras. *“Os alunos de fora do assentamento vêm do assentamento Bargado, Tirateima, e da localidade Santana dos Domingos e de toda vizinhança, não é só o povo daqui”* (Antônio Almir, 42 anos).

4. O Posto de Saúde também presta serviços a toda a comunidade, dentro e fora do assentamento.

5. Garantir lazer nos assentamentos é um desafio e Santana tem contribuído, promovendo eventos religiosos (terços e celebrações eucarísticas), políticos (manifestações), sociais e culturais (grupos de jovens, festas, vaquejadas, quadrilhas juninas) dentro e fora do assentamento, dinamizando a vida de toda a comunidade. O parque de vaquejada reforça a tradição dos vaqueiros e é fonte de renda para os agricultores no período de festa. A lanchonete comunitária também é um local de diversão e ponto de encontro de lazer. O grupo musical anima as festas. *“Tem jovens aqui que ensinam religião, preparando outros para a primeira comunhão e Crisma. Eles também ajudam na organização de festas, quadrilhas e vaquejadas”* (Virgínia da Luz, 76 anos).

6. No âmbito da economia, Santana é um importante produtor de alimentos e consumidor do mercado municipal de Monsenhor Tabosa e Boa Viagem: *“Somos importantes na agricultura, pecuária, mel e feijão, produção de caprinos e ovinos. Inclusive o mel já foi vendido para outros estados e até para a Itália”* (Jose Mamede, agricultor e dirigente, 44 anos). *“O milho e o feijão são transportados para Guaraciaba do Norte, para o município e outras cidades vizinhas”* (Paulo Sérgio, 21 anos, balconista da bodega comunitária).

7. Por sua estrutura social e produtiva, o assentamento é o mais importante gerador de emprego e renda no sul do município, com a uma significativa

presença de profissionais (agricultores, professores, agentes de saúde, motoristas, mecânicos e balconistas), cuja qualificação é complementada por cursos oferecidos pelo MST, CPT e STR.

8. Garante qualidade de vida para os aposentados (ver item qualidade vida).

9. O assentamento gera receitas que dinamizam os mercados formal e informal dos municípios de Monsenhor Tabosa e de Boa Viagem. *“Fazemos nossas compras no comércio do assentamento e compramos fora as roupas e calçados”* (Margarida, 17 anos). *“A bodega compra os alimentos em Boa Viagem e parte das miudezas em Fortaleza. Como chega mais barato, podemos vender mais barato para os sócios”* (Paulo Sérgio, 21 anos, balconista da bodega comunitária).

10. As mobilizações organizadas pelo MST, CPT e STR estimulam a participação social. *“Nós temos o dever de participar. Quando tem as marchas, a gente vai e exige os nossos direitos. Também ajudamos os companheiros nas lutas”* (Antônio Ludugero). *“Eu já participei de marchas pelo MST. Lá no INCRA participei de mobilizações por melhorias para os assentamentos. Participo também dos eventos da igreja e do sindicato”* (Paulo Sérgio, 21 anos).

11. A influência do assentamento Santana é significativa. No âmbito da política sindical, todos os assentados são sócios do STR e alguns assumiram cargos na diretoria do sindicato. *“O STR é o órgão dos trabalhadores rurais e temos uma participação efetiva, inclusive com dois quadros na direção do sindicato”* (Paulo Francisco, 42 anos). *“A maioria dos assentados são sócios e participam do sindicato. Tem o Edilson e o Juraci que fazem parte do coletivo do sindicato”* (Eurilene, 15 anos). *“Eu participo do STR e sou coordenador sindical daqui do Santana”* (Antônio Ludugero).

12. A maioria absoluta dos votantes é filiada ao Partido dos Trabalhadores, conferindo um peso significativo durante o processo eleitoral municipal. Os assentados decidem coletivamente, em assembleia, qual candidato o assentamento irá apoiar. *“O assentamento passou por uma definição política e a maioria dos assentados é filiada ao PT (...) A definição de partido e candidato é tomada coletivamente.”* (Paulo Francisco, presidente da COOPÁGUIA)

13. A juventude e a militância se envolvem nas campanhas eleitorais, orientando novos eleito-

res sobre a urna eletrônica. *“A gente contribui na questão eleitoral e orienta nas votações”* (Gorete Fernandes, 40 anos).

14. Alguns companheiros do assentamento são membros da direção dos movimentos sociais como MST, CPT e STR. *“Eu já trabalhei na coordenação regional do MST, aqui em Crateús e participei na ocupação do assentamento Xiquexique.”* (Jose Mamede, 44 anos). *“O MST conta com filhos de assentados no Santana. Dois são dirigentes estaduais, três estão na direção regional e três são coordenadores regionais”* (Cosma Luz, dirigente regional). *“As lideranças do Santana tiveram uma formação inicial na igreja progressista. Com 18 anos eu comecei a luta sindical e representava a CPT na região, somando com o movimento sindical”* (Paulo Francisco, 40 anos).

O olhar da sociedade sobre Santana

“O assentamento Santana é referência no município Monsenhor Tabosa. O sindicato tem o Santana como espelho e destaque. O Santana é conhecido até fora do país pela sua experiência de organização” (Sebastião Messias, presidente do STR do município de Monsenhor Tabosa).

“O assentamento Santana é bem organizado em tudo, no lazer, na festa, no banho de açude, vem gente de todo o município” (Carlos Alberto, 32 anos, do distrito de Nossa Senhora do Livramento).

“Na organização traz uma experiência incomparável com outros assentamentos e foi um dos primeiros do nosso município. Na produção você vê o resultado concreto na maneira como as famílias vivem.” (Luiza de Canuto, 45 anos).

“Um assentamento deste porte trás muito benefício em termos de agricultura, de geração de emprego e renda e em termos de política” (Wellington, 23 anos, Nossa Senhora do Livramento).

As conquistas sociais, políticas e econômicas do Assentamento Santana têm beneficiado não só os assentados, mas o conjunto dos camponeses do município e da região Nordeste. A contribuição é material, mas principalmente de força de trabalho humana politicamente responsável e comprometida com a organização dos camponeses.

5. DO LATIFÚNDIO À PRODUÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS: ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA, SANTA CATARINA

Este trabalho foi desenvolvido no assentamento Conquista na Fronteira, município de Dionísio Cerqueira – SC. Foram entrevistadas 35 pessoas, sendo 22 residentes do assentamento e 13 residentes na sede municipal (autoridades políticas, lideranças religiosas, populares, comerciantes, entre outros). Inicialmente, relatamos dados sobre o contexto nacional/regional/municipal e apresentamos as pessoas entrevistadas. Trabalhamos os seguintes pontos: a) situação antes e depois do assentamento; b) organização e tomada de decisões; c) sistema de produtividade e uso da terra; d) organização interna da cooperativa; f) práticas agrícolas; g) renda; h) gênero e juventude; i) educação e formação; j) qualidade de vida; l) contribuição do assentamento para o município, estado e país; m) influência do assentamento no sindicato, câmara de vereadores, prefeitura e conselhos municipais; n) participação do assentamento na sociedade; o) Banco da Terra ou reforma agrária.

Buscamos identificar aspectos importantes sobre desenvolvimento e repercussão política, social, econômica e cultural no município, a partir da organização do assentamento. O processo de

organização do assentamento transformou o latifúndio improdutivo em terra fértil, que produz alimentos e cria condições de trabalho, saúde, educação, além de um projeto de vida e de sociedade baseado em princípios coletivos.

CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

O povo brasileiro vive em um país marcado pela desigualdade. Segundo dados do IBGE (2000), existiam cerca de 14.532.780 pessoas entre 12 e 24 anos no meio rural. Dessas, aproximadamente 6.850.435 são do sexo feminino e 7.682.345 do sexo masculino. Nos últimos anos sente-se uma mudança de comportamento de parte da juventude rural que vem ampliando sua participação social e sua responsabilidade com a manutenção familiar.⁷

As consequências econômicas, políticas, culturais e sociais do modelo neoliberal fizeram com que aumentasse a exploração de trabalhadoras e trabalhadores. Por outro lado, dados do IBGE (1995/6) comprovam que são as pequenas propriedades que garantem a produção de alimentos no Brasil, como é possível observar nas tabelas a seguir.⁸

TABELA 1: PRODUÇÃO AGRÍCOLA

PRODUÇÃO	PEQUENA PROPRIEDADE	MEDIA PROPRIEDADE	GRANDE PROPRIEDADE
Arroz	38,9%	42,7%	18,4%
Batatinha	74%	20,7%	5,3%
Cana de açúcar	19,8%	47,1%	33,1%
Feijão	78,5%	16,9%	4,6%
Fumo	99,5%	0,5%	

⁷ Projeto juventude. Documento de Conclusão, Instituto da Cidadania, 15/08/2004. p. 69.

⁸ Dados do Censo Agropecuário do IBGE 1995/6 organizados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *Curso sobre a terra*, CPT, Curitiba, 09 a 10/07/04.

Mandioca	91,9%	7,3%	0,8%
Milho	54,4%	34,8%	10,8%
Tomate	76,4%	18,5%	5,1%
Trigo	60,6%	35,2%	4,2%
Leite	71,5%	26,6%	1,9%
Soja	34,4%	43,7%	21,9%

TABELA 2: PRODUÇÃO DE ANIMAIS

PRODUÇÃO	PEQUENA PROPRIEDADE	MEDIA PROPRIEDADE	GRANDE PROPRIEDADE
Bovinos	37,7%	40,5%	21,8%
Cabritos	78,1%	19,2%	2,5%
Coelhos	93,1%	6,4%	0,5%
Suínos	87,1%	11%	1,7%
Aves	87,7%	11,5%	0,8%

FONTE: Censo Agropecuário do IBGE 1995/6.

Segundo o INCRA, as pequenas propriedades ocupam apenas 29,2% da área agrícola e representam 91,9% dos imóveis rurais.⁹ Estes dados mostram a importância da reforma agrária e o significado da produção das pequenas propriedades. A experiência do Assentamento Conquista na Fronteira revela tais dados. Antes da desapropriação do latifúndio, o fazendeiro possuía algumas cabeças de gado. Com o assentamento, centenas de pessoas produzem e consomem leite, aves, grãos, frutas e verduras, além de ter casa, energia elétrica, água encanada, entre outros benefícios.

O assentamento também se opõe ao sistema de “integração” de pequenos produtores com empresas que exigem a entrega de toda a produção. Neste modelo de dependência, as famílias recebem insumos, ração, animais, (como matrizes de suíno, gado e aves) e assistência técnica. As empresas financiam o processo de produção, mas mantêm os agricultores em permanente dívida. Ao mesmo tempo, as empresas determinam o que pode ou não existir na pequena propriedade. Por exemplo, é proibido produzir galinhas caipiras¹⁰ e outros animais, grãos, hortaliças e frutas, criando

⁹ Dados do INCRA organizados por Ariovaldo Umbelino Oliveira. Cartilha: *Desmascarando o latifúndio*, gabinete da Deputada Federal Luci Choinacki – PT/SC, Brasília, junho de 2004, pg. 05.

¹⁰ Galinhas “crioulas” são produzidas de forma tradicional pelas famílias, sendo também chamadas de galinhas “caipiras”.

um ciclo de dependência. Essas famílias vivem expostas ao contato com agrotóxicos exigidos pelas empresas, trazendo sérios danos à saúde e ao ambiente. Neste sistema prevalece o monocultivo e muitas famílias abandonam a produção para seu sustento, acreditando na propaganda das empresas. Por outro lado, as famílias camponesas resistem mantendo parte da produção para auto sustento, muitas vezes de forma clandestina.

Os camponeses desempenham um papel fundamental na produção de alimentos para toda a sociedade. Nesta conjuntura, a reforma agrária com distribuição de terra e de renda é central. Este processo inclui a construção de novas relações entre as pessoas e com a natureza, garantindo a sustentabilidade do planeta, que deve ser a casa de todos. Neste sentido, para a vida digna das famílias rurais, se coloca um grande desafio – a construção de um novo projeto popular de agricultura que garanta a autonomia e valorização das pessoas e da biodiversidade.

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O município de Dionísio Cerqueira está localizado no limite entre os estados de Santa Catarina e Paraná, na fronteira do Brasil com a Argentina. Em 1903 foi inaugurado o Marco das Três Fronteiras, onde é possível ter um pé em Santa Catarina, o outro no Paraná e esticar o braço no território Argentino.

Dionísio Cerqueira começa a pertencer ao estado de Santa Catarina com o fim da Guerra do Contestado, em 1916. Até o recenseamento geral do Brasil em 1940, a região tinha 900 habitantes. Em 1950, ainda pertencente ao município de Chapecó, havia 2.710 habitantes, incluindo migrantes gaúchos que vieram impulsionados pelo comércio e pela exportação de madeira. Em 14 de março de 1954, o município foi emancipado. Com uma área de 376,37 km², está situado à altitude de 830m acima do nível do mar. Distante de Florianópolis 760 km, conta com uma população de 14.250 habitantes, sendo 8.603 residentes na área urbana e 5.650 na área rural¹¹.

Em relação à agropecuária municipal, o efetivo de bovinos chega a cerca de 23.300 cabeças, o de suínos 11.430 cabeças, o de aves 93.400 cabeças. Além disso, em menor proporção, o município conta com rebanhos de ovinos, caprinos, coelhos, codornas, entre outros.¹² No setor agrícola, há produção de milho, soja, fumo, leite e, em menor quantidade, feijão, trigo e mel.

A cidade possui o único Porto Seco do Mercosul, sendo a principal rota entre as metrópoles do Mercosul. A rota internacional de comércio teve início em 1919, com o ciclo da erva mate e o transporte de mulas. A passagem internacional ligava Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Yrigoyen na Argentina. Depois da erva mate vem o ciclo da madeira e, juntamente com a produção, aumenta o fluxo de pessoas, oficializando o Porto de Fronteira entre Brasil e Argentina.¹³ O município de Dionísio Cerqueira realiza dois grandes eventos culturais durante o ano. Em março, a Festa da Integração por ocasião do dia do município e, em junho, o Arraial da Fronteira.

ENTREVISTAS PARA A PESQUISA

O assentamento Conquista na Fronteira conta com 215 habitantes. Foram entrevistadas 22 pessoas: 4 jovens, 10 mulheres e 8 homens. Também foram entrevistadas 13 pessoas do município de Dionísio Cerqueira: 5 comerciantes, 2 agentes de pastoral, 4 lideranças políticas, 1 funcionário público e 1 líder sindical. No total foram entrevistadas 35 pessoas.

Praticamente todas as pessoas assentadas participam da organização interna da cooperativa e do MST, com reuniões de núcleos e assembleias. Quanto à escolaridade, a maioria tem o ensino fundamental, sendo que doze pessoas estudaram até a 4ª. série, quatro estudaram entre a 5ª e a 8ª. série, três concluíram o ensino médio e três estão cursando ou concluíram o ensino superior. Em relação aos entrevistados na sede municipal, dois concluíram o ensino fundamental, oito concluíram o ensino médio e três o ensino

¹¹ Os dados referentes à população e área geográfica foram extraídos do IBGE, 2000.

¹² IBGE – cidade Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, p. 1-2.

¹³ Apostila sobre a história do município da Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira, 1997-2000.

superior. O assentamento organizou as moradias no sistema de agrovila e a distância de sua sede até a cidade de Dionísio Cerqueira é de 35 kms.

SITUAÇÃO DAS PESSOAS ANTES E DEPOIS DO ASSENTAMENTO

Antes do assentamento Conquista na Fronteira, a maioria das pessoas entrevistadas (ou seus pais) era formada por arrendatários, peões de fazenda, prendas do lar e trabalhadores sem terra. Duas pessoas eram pequenos agricultores, mas lembram as dificuldades e exploração que sofriam, produziam individualmente, pagavam renda diferenciada como a meia¹⁴, ou a terça parte. Os instrumentos de trabalho eram a enxada, a junta de bois e o arado. As terras eram bastante *dobradas*¹⁵ e difíceis de trabalhar. Toda a produção se destinava para o sustento familiar, sem investimento para melhorar as condições de vida.

Miquelina Fuziker, 60 anos, trabalhou como arrendatária muitos anos: *"Agora a vida melhorou. Antes a gente trabalhava só para o patrão, pagava a terça parte. Ele tinha uma bodega e a gente pagava até o que não comprava"*. Carlos Sistherrenn, 34 anos, lembra que: *"trabalhava com o pai, tinham pouca terra, muitos irmãos. Hoje trabalho no coletivo, tem terra, estrutura para produzir, tem uma cooperativa que ajuda na compra e venda e tem uma organização"*. Angélica Dreyer, 20 anos, recorda que: *"antes de vir para o assentamento a vida era difícil. Hoje tem mais possibilidade de viver melhor, ter tudo o que temos aqui seria impossível em outro lugar, temos possibilidade de estudar"*.

Da fazenda Tracutinga para o assentamento Conquista na Fronteira

Na fazenda Tracutinga, de 1.198 hectares e hipotecada ao Banco do Estado do Rio de Janeiro

ro/BANERJ, havia *grama*¹⁶ e potreiro, algumas estruturas como chiqueiro, galpão, casas dos peões/capatazes. Ao todo eram três famílias, algumas cabeças de gado, erva mate e poucas árvores. Hoje é uma área planejada e organizada com respeito à natureza, preservação da biodiversidade, produção e renda. Esta área hoje garante o trabalho e o sustento de 60 famílias.

Lurdes Gindana, 39 anos, relata que no assentamento são desenvolvidas *"muitas atividades, como: frigorífico, aviário, açudes, gado de leite e corte, lavoura, reflorestamento, pomares, hortas, agrovila, miudezas, estábulo, armazém, ciranda infantil, escola, escritório, cooperativa, alojamento, pavilhão, churrasqueira, todo o patrimônio, caminhão câmara fria"*.

Nesta área não houve ocupação. Foi uma área desapropriada em 1988 pelo INCRA, com a organização das famílias acampadas e do MST de Santa Catarina. A constituição do assentamento incluiu um acordo entre o MST, o INCRA, o Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Prefeitura Municipal. Parte das famílias assentadas deveriam ser residentes no município de Dionísio Cerqueira. Ao consolidar o assentamento, os movimentos foram construindo um debate para superar os limites culturais, políticos, econômicos e propor alternativas. Aos poucos, conseguiram consolidar uma experiência de cooperação.

As pessoas entrevistadas no município lembram que a fazenda pertencia ao médico Tito Vieira de Andrade, que perdeu a terra para o Banco BANERJ. Na fazenda havia criação de algumas cabeças de gado, grama, capim, 3 famílias, um pouco de mato, lavoura e erva mate. Hélio Daltoé, 46 anos, relata: *"era uma área improdutiva, só tinha capim. Ao todo moravam 3 famílias. Não conseguiam criar gado pela péssima qualidade do capim"*.

Outra dificuldade era a falta de moradia. Inicialmente as famílias abrigavam-se nos galpões dos animais ou em barracos de lona. Faltava assistência à saúde, transporte, escola, e alimentação.

¹⁴ Renda a meia, quer dizer 50% da produção para o proprietário da terra e 50% para quem plantou.

¹⁵ *Terras dobradas*: terra montanhosa, morro, de difícil acesso e manejo para o trabalho na agricultura.

¹⁶ *Grama*: pastagem verde para gado.



Construção da primeira casa – 1989.

Em 1989, para amenizar o problema de moradia, o grupo resolveu desmanchar os galpões e construir algumas casas, comprometendo-se a buscar recursos para viabilizar ao menos uma casa por ano, até que todas as famílias tivessem sua casa. Assim as casas foram sendo construídas aos poucos, atendendo as famílias mais necessitadas.

No início do assentamento, a principal preocupação era transformar a grama e o capim em roça. Os instrumentos de produção para os trabalhos na roça eram insignificantes diante das necessidades das famílias. Somente uma família possuía uma junta de bois. Era preciso conquistar crédito para a lavoura e viabilizar a produção para o consumo dos assentados. Parte do dinheiro do crédito foi investido no pagamento de máquina/trator para lavrar a terra. Na safra seguinte, o tra-

tor foi adquirido pelos assentados e, aos poucos, começaram a melhorar e diversificar a produção.

ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

De modo geral, as pessoas entrevistadas acompanharam o processo de organicidade do assentamento e da cooperativa. As decisões eram debatidas nos núcleos de discussão e nas comissões. Depois, eram apresentadas na assembleia geral. Todos os anos era realizado o planejamento da cooperativa. Maria Salete da Silva Gonçalves, 41 anos, diz: *"por exemplo, a decisão sobre investimento a direção encaminha para os núcleos e eles discutem e decidem em assembléia"*.

Criação da Cooperativa

Após um longo processo de debate, em 1990 foi criada a Cooperativa de Produção Agro-

pecuária do Oeste Ltda/COOPERUNIÃO, com 41 sócios. Atualmente a cooperativa conta com 108 associados de todo o assentamento.



Logomarca COOPERUNIÃO - 01/10/1990.

O uso da terra e o trabalho são desenvolvidos de forma coletiva. Isso propiciou às pessoas o desafio de construir novos valores, de pensar coletivamente o rumo de suas vidas e da produção. Eliane Froza, 32 anos, destaca que: *"na cooperativa é realizado um planejamento para 3 anos e todo ano é avaliado, se precisa mudar, se faz a mudança"*.

Jamili Inês Issa, 35 anos, revela sua admiração pela experiência dos assentados: *"sobre o relacionamento entre as famílias, eles têm formação, disciplina e princípio. Eles se respeitam, se valorizam. É bem diferente, isso precisava para a sociedade toda. Eles discutem tudo em grupo. Eles falam do trabalho e da vida com amor e garra. Eu admiro muito, o entrosamento é bonito, qualquer coisa que acontece fazem reuniões, refletem e tomam decisões"*.

Organização da Cooperativa

Desde o início do assentamento, a organização interna passou por várias mudanças. Foi um processo desafiador construído a partir da realidade das famílias assentadas, respeitando o princípio do trabalho coletivo. Nesta experiência, as pessoas vão se construindo como sujeitos, avaliam, propõem, criam e decidem formas de organização e atuação do grupo. A cooperativa tem a seguinte organização¹⁷:

- a) **Assembleia Geral:** instância máxima de decisão. Todos os membros se reúnem a cada quinzena para debater, aprovar ou para informes gerais, e anualmente para a assembleia ordinária, onde se trata de assuntos referentes à Cooperativa.

¹⁷ MATT, Luiz Adilson. Os desafios enfrentados pelo frigorífico de aves Terra Viva. (Pág. 9 a 12).

b) **Conselho Diretor:** formado por cinco pessoas, que coletivamente administram a cooperativa.

c) **Conselho Social e Político (coordenação):** composto por dez pessoas, os seis coordenadores de núcleos de base e os coordenadores das três comissões (comissão de saúde, esporte e educação), e uma pessoa do conselho diretor. Sua função é garantir a formação dos assentados, a organização interna, a execução do planejamento e o bom funcionamento da cooperativa.

d) **Conselho Fiscal:** composta por cinco pessoas, com a função de fiscalizar o funcionamento e o patrimônio da cooperativa.

e) **Núcleo de Discussão:** seis núcleos, entre oito e dez famílias organizadas a partir da proximidade de vizinhos. Estes têm a tarefa de discutir, avaliar e propor sugestões para o andamento da cooperativa, além de desenvolver estudos de formação.

f) **Comissões:** três comissões de Educação, Saúde, Esporte e Lazer, formadas por oito pessoas com a responsabilidade de sugerir e encaminhar planos para estes setores.

g) **Setores:** garantir o funcionamento administrativo da cooperativa e da produção.

- **Setor de Pesquisa e Comércio:** pesquisa para compra e venda comercial.
- **Setor de Finanças:** administração das finanças da cooperativa.
- **Setor de Controle e Custos e Contabilidade:** faz os controles e custos dos setores da cooperativa, desenvolve análises econômicas para diminuir custos e faz a contabilidade da cooperativa com um contador contratado.
- **Setor de Produção:** organizado em sete equipes de trabalho e formado pelos coordenadores de cada equipe. Sua tarefa é planejar a mão-de-obra e executar o planejamento de produção da cooperativa.
- **Equipe de Trabalho 01:** responsável pelo gado leiteiro.
- **Equipe de Trabalho 02:** responsável pelo cuidado das aves de corte e de postura, suínos, peixes e apicultura.
- **Equipe de Trabalho 03:** responsável pela

produção de grãos, máquinas agrícolas, armazém, gado de corte e pelos trabalhos práticos da escola.

- **Equipe de Trabalho 04:** tem como função abater aves, suínos, gado e também é responsável pelo frigorífico.
- **Equipe de Trabalho 05:** responsável pela alimentação básica para o consumo interno da cooperativa, pela horta e ciranda infantil.
- **Equipe de Trabalho 06:** responsável pela erva-mate, reflorestamento, pomar, viveiro e lenha.
- **Equipe de Trabalho 07:** responsável pelas construções na cooperativa.

1. **Regimento Interno:** Para manter a organização foi criado o Regimento Interno com normas gerais.

2. **Avaliação:** A cooperativa proporciona momentos específicos de avaliações nos setores e equipes de trabalho.

3. **Trabalhos:** De segunda a sexta-feira, o tempo para os trabalhos é de 8 horas. Aos sábados e domingos o tempo é dedicado para reuniões, atividades de lazer e trabalhos das famílias. Cada pessoa tem direito a quatro dias por mês para fazer seus negócios particulares e 20 dias de férias por ano. Forma de remuneração: em assembleia é decidido o percentual da renda a ser investido na cooperativa e o percentual a ser dividido com cada pessoa do assentamento de acordo com as horas trabalhadas. Homens e mulheres recebem o mesmo valor pelas horas trabalhadas. A partir dos 17 anos os jovens recebem 100% do valor pelas horas trabalhadas.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Há uma grande diferença em relação às práticas agrícolas antes do assentamento e agora. Antes do assentamento, a maioria trabalhava como arrendatário e recebia na safra, ou seja, quando colhiam os produtos. Hoje as famílias do assentamento recebem por horas trabalhadas, ou seja, o lucro é dividido com todos, seguindo a distribuição aprovada em assembleia. Além disso, a cooperativa garante para todos a educação, o material escolar, esporte, atendimento à saúde e alimentação.

Antes os instrumentos de trabalho eram mais simples. Todos se recordam da máquina manual de plantar milho, da carroça, do arado de boi, da foice, do machado, da trilhadeira, do motor com quebrador de milho, entre outros. Teresinha Vedovato, 35 anos, lembra que: *"tínhamos arado de tração animal, foice, enxada, saraquá¹⁸ e pagávamos algumas horas de trator. Hoje, toda a produção é mecanizada"*.

Marcus Antonio Dreyer, 48 anos, cita os instrumentos de trabalho que a cooperativa possui: *tratores e todos os equipamentos, uma colheitadeira, secador de cereais, pequena indústria de ração, borracharia, oficina mecânica, frigorífico de aves, abatedouro de gado, suíno e peixe para o consumo interno, batedor de cereais, carroça*. Desta forma, dificilmente o assentamento necessita de mão de obra externa, com exceção de alguns momentos

na colheita. Estes instrumentos fazem parte das equipes de trabalho de acordo com o setor.

Quanto a financiamentos, antes da ocupação eram poucos. Dos entrevistados, 11 nunca fizeram financiamento, 5 fizeram custeio para a lavoura, 4 realizaram empréstimo com a empresa de fumo e 1 para investimento. Hoje no assentamento os financiamentos são definidos em assembleia e realizados através da cooperativa de forma coletiva.

Antes da ocupação as sementes eram compradas, principalmente as sementes de milho, soja e fumo. As sementes de feijão e arroz eram guardadas de uma safra para outra. No assentamento iniciaram um bom trabalho de produzir as sementes como milho, feijão, arroz, soja, pipoca, sementes de cobertura do solo, parte das sementes para o viveiro e parte das sementes de hortas.



Horta comunitária, 1989.



Produção de alfafa (pasto forrageiro para gado)

¹⁸ *Saraquá*: máquina manual de plantar milho, feijão e soja.

Destino da produção

Antes do assentamento a venda da produção era individual e dependente da Cooper Alfa, do bodegueiro, da empresa de fumo, do patrão, dos atravessadores e comerciantes. Hoje a produção é transformada e garante o consumo interno. O excedente é comercializado nos mercados da região como: o leite é industrializado no

laticínio TERRA VIVA dos assentados; o frango é abatido no assentamento e entregue aos mercados no município e região; a erva mate vai direto ao soque, e parte do milho é transformado em alimento para os frangos e para o gado de leite. Lurdes Gindana, 39 anos, explica que, *"o leite vai para a cooperativa TERRA VIVA. O frango para os mercados e o milho, soja, feijão é para o consumo interno e transformados em ração"*.



Frigorífico, Outubro de 2000.



Caminhão para transporte de frangos, 2000.

Impactos ambientais

Com o assentamento, houve muitas mudanças ambientais na fazenda. Eliana Froza, 32 anos, lembra que, *"quando era de um fazendeiro tinha 3 famílias, hoje somos 60 famílias que temos uma vida mais adequada, falta ainda, mas está*

melhor". Marcus Antonio Dreyer, 48 anos, conta sobre o *"reflorestamento, pomar, flores, jardins, sede da comunidade, duas agrovilas, açudes, produção"*. Com o assentamento a mata foi preservada e recuperada, e também cuidam e protegem as fontes de água. Foi planejado o espaço para a roça, potreiro, erva mate, mata nativa, espaço para lazer, moradia e estrutura.



Viveiro de mudas.

Opinião da sociedade: mudanças com a organização do assentamento

As pessoas entrevistadas sobre as mudanças que ocorreram no município com a organização do assentamento destacaram três aspectos:

1º. Importância da organização: o assentamento é visto como exemplo de organização, com a compreensão sobre o trabalho coletivo e motivando o surgimento de vários grupos de cooperação entre os agricultores. Alberto Hedert, 44 anos, lembra que *"foi uma mudança fantástica na organização e na participação da sociedade, nos movimentos e internamente. Eles têm um exemplo fantástico"*.

2º. Contribuição econômica: como geração de emprego e renda com a produção. Antes a terra

era improdutiva e hoje vivem 60 famílias, garantindo emprego, melhor poder aquisitivo, produção para sustento e para comercialização com produtos de qualidade no comércio e na feira. Os assentados também fazem compras no comércio local e conquistaram a confiança da sociedade. Mauro Ivam Cruz, 27 anos, gerente de supermercado, explica: *"Os assentados só trouxeram benefícios, aumentaram a produção. Mostraram unidade, organização e incentivo para outros que isso funciona. Eu me criei assistindo na TV uma coisa sobre os sem-terra, invadindo terra e na realidade é bem diferente. A produção de frangos é uma mostra que dá certo. Eles têm produção de peixes, gado de leite, grãos"*. Altair Cardoso Rithes, 44 anos, Prefeito do Município, observa que *"de uma terra improdutiva passou a ser produtiva. As famílias*

melhoraram o poder aquisitivo, compram no comércio local, contribuem com sua organização no município especialmente na saúde e educação". O assentamento trouxe benefícios econômicos, políticos e sociais para o município.

3º. Formação e valores: o conhecimento, o ânimo, a confiança, a união, o jeito de celebrar. Na fala de Alice Follmann, 50 anos, agente pastoral, *"o povo está aceitando a organização das famílias com a compreensão do trabalho coletivo e o jeito de celebrar. Eles celebram a vida. Jamili Inês Issa, 35 anos, comerciante, disse: Eu acho maravilhoso. São muito unidos. É uma cooperativa que deu certo. Eles têm amor por aquilo que fazem. São meus clientes e são ótimos. São certinhos nas contas. A prática do assentamento revela valores importantes.*

FONTE DE RENDA

A principal fonte de renda vem dos cinco setores da cooperativa: leite, frangos, peixes, erva mate, reflorestamento e a lavoura de grãos. A produção no assentamento ganhou uma nova concepção buscando garantir em primeiro lugar o autossustento das famílias, bem como produzir o excedente para a venda no mercado. Marcus Antonio Dreyer, 48 anos, explica: *"nós temos cinco setores estratégicos: leite, frangos, peixes, erva mate e reflorestamento e a lavoura de grãos, como milho e soja. Além disso temos todos os produtos de subsistência. No último ano produzimos 28 tipos diferentes de alimentos, horta, verduras, amendoim, morango, abóbora, pipoca, mandioca, melancia, batata doce, batatinha, frutas, cítricos, pêssego, figo, caqui, pêra, milho, feijão e arroz".*

O milho e a soja são transformados em ração para o gado de leite e para a criação de frangos, que são abatidos no frigorífico do próprio assentamento. Nas entrevistas, as pessoas listavam o que produziam no coletivo: milho, peixe, aves, leite, frutas, trigo, soja, feijão, arroz, mel, verduras, carne suína e de gado. Produzem também sementes para o viveiro de mudas e erva mate. Lurdes Gindana, 39 anos, diz: *"Hoje se produz feijão, milho, soja, todas as miudezas (produtos para consumo), batatinha, cebola, alho, mandioca, cana de açúcar, hortas e verduras, arroz, batata doce, carnes, melancia, frutas, pipoca. A principal fonte de renda vem da cooperativa na*

produção do leite, frangos e peixes, mas a erva mate ajuda na renda".

Dona Lourdes explica que a cooperativa, além do trabalho produtivo, recebe outras contribuições: *"a mão de obra liberada como a professora e outras lideranças depositam o dinheiro na cooperativa e repartem igual como todos. Além disso cada família tem 3 vacas que a família cuida e o leite é vendido para a cooperativa. O pasto é coletivo. O leite das vacas e a renda são individuais. A cooperativa tem outras vacas".*

Algumas famílias possuem outras rendas vindas dos direitos adquiridos como os benefícios previdenciários, aposentadoria e benefícios temporários como o salário maternidade.

GÊNERO E JUVENTUDE

Como as mulheres participam

As mulheres trabalham meio período e recebem o valor das horas trabalhadas. Elas compõem os setores de trabalho, na lavoura, no leite, no frigorífico, na escola, entre outros. Segundo Maria Salete da Silva Gonçalves, 41 anos, *em todos os setores têm mulheres trabalhando. Menos nos tratores, mas tem mulher que quer aprender.*

Algumas mulheres coordenam equipes e setores de trabalho. A fala de Jacir F. Strapassom, 38 anos, é clara: *tem mulheres que participam de todas as instâncias, menos no conselho gestor. Segundo Terezinha Vedovato, 35 anos, as mulheres têm tarefas com gado de leite, frango, apicultura, erva-mate, lavoura em geral. Clarice Chiquelero, 30 anos, lembra de outras atividades que normalmente as mulheres exercem no assentamento: professoras, ciranda infantil, liturgia, animação. Todas as mulheres participam de acordo com o tempo para o trabalho coletivo. Além disso, assumem o trabalho da casa.*

As dificuldades que as mulheres enfrentam estão ligadas à resistência em assumir lideranças e tomada de decisão. Outra dificuldade para as mulheres é a falta de uma cozinha comunitária, forçando a mulher a ficar em casa meio período para organizar o almoço e outros trabalhos. Neste trabalho a mulher não é remunerada, só quando vai para o trabalho coletivo. O trabalho doméstico como cozinhar, lavar e limpar é uma necessidade de todos e deveria fazer parte do trabalho coleti-

vo, mesmo que cada mulher desenvolva-o na sua residência. É preciso aprofundar esta concepção de trabalho.

As mulheres entrevistadas apontaram duas dificuldades. Uma se refere à educação que receberam, fruto da sociedade patriarcal, capitalista e machista, impondo tarefas no espaço privado e dificuldade em assumir o espaço público. Suas falas revelaram: *o medo de assumir, o receio, medo de se desafiar, medo de encarar as tarefas, medo de não dar conta das tarefas, de achar que os homens devem assumir e o apego ao trabalho doméstico*. Neste sentido, Irma Bruneto, 43 anos, observa que *as mulheres precisam superar o limite da participação nas direções*. A segunda dificuldade se refere à necessidade de ter algo próprio, individual. Esta prática aumenta a sobrecarga, especialmente para as mulheres, porque normalmente o trabalho de tirar o leite é tarefa da mulher. Junto com isto vem a falta de companheirismo, embora já tenha melhorado bastante.

Opinião da sociedade sobre a participação das mulheres

As pessoas entrevistadas de modo geral disseram: *trabalham unidos e percebem que há divisão de tarefas*. Mauro Ivan Cruz, 27 anos, comenta: *Na área do trabalho dividem bem as tarefas, vê o grupo harmonioso e com unidade. São sempre as mesmas pessoas que vendem e trabalham com o gado, isso mostra organização*. Outros destacaram valores pessoais e coletivos: *as mulheres são mais valorizadas, inclusive as crianças, há igualdade, companheirismo, respeito. É uma sociedade com valores, é exemplo para o município, é assegurado espaço para as mulheres participarem e é incentivado*. Jamili Inês Issa, 35 anos, afirma: *Bom relacionamento. O trabalho é bem dividido. Ali eles são unidos. As mulheres me contam das reuniões, são firmes pelas suas idéias, opiniões e pelos seus direitos*.

Alice Follmann, 50 anos, diz: *Participam das atividades do Movimento de Mulheres Agricultoras, no trabalho de produção e renda, também na saúde alternativa e ervas caseiras é forte a participação*. As pessoas conhecem as mulheres do assentamento atuando nos movimentos sociais, nos conselhos, nas pastorais. Osmar de Souza, 50

anos, percebe que as mulheres se destacam: *são participativas. Tem opiniões e são organizadas*.

Como os jovens participam

A partir dos 17 anos, o jovem recebe 100% do valor pelas horas trabalhadas. Em primeiro lugar para os jovens é garantido o estudo, mas também contribuem nos diferentes setores da cooperativa como reuniões, assembleias e formação. Os que não estudam estão nas direções, nas coordenações de núcleo e na coordenação geral. Adriano Chagas, 19 anos diz: *os jovens participam nas coordenações. Também assumem tarefas que as equipes delegam, como fazendo o controle de algum produto. É nossa tarefa ajudar a garantir o cumprimento do planejamento mensal*. Os jovens realizam todas as atividades organizadas nos setores, como na organização das místicas, diversões, esporte, eventos e trabalho voluntário.

Uma das dificuldades que enfrentam é desafiá-los a assumir mais, ganhar mais espaço. Maritania Lautério, 18 anos, diz: *A escola do município é tradicional. Hoje estou na escola do movimento e vejo a diferença nas ideias e métodos*. Jacir Strassmann, 38 anos, explica que, *o jovem vive o dilema de ficar ou sair do assentamento. Isto é próprio da idade influenciada pela sociedade de consumo. A cooperativa criou todas as condições de estudo, mas parece que há dificuldade de compreender a história de luta pois nasceram aqui e acharam tudo pronto*. O assentamento enfrenta o problema de alguns jovens buscarem outras formas de emprego na cidade. A grande dificuldade é a questão financeira ou o sonho da renda maior. Parece que falta para o jovem compreender que vivemos numa sociedade de classes, com interesses diferentes. Lurdes Gindana, 39 anos, explica que *a maior dificuldade é segurar o jovem no assentamento. Normalmente ficam até se formar. Depois vão procurar emprego. Uns se dão bem, outros voltam*.

Opinião da sociedade sobre a participação dos jovens

A sociedade observa a participação dos jovens de forma positiva e, no geral, os entrevistados apontaram o incentivo e a valorização do

estudo. Os assentados têm o estudo como algo fundamental na formação das pessoas e destacaram que os jovens estudam, são bem preparados, participativos e criativos. Jamili Inês Issa, 35 anos, comerciante, diz: *Tem umas jovens que me contam que estudam em Veranópolis/RS. Que estudam e aplicam o que aprendem. Eu vejo que são bem preparadas. Quem dera que meus filhos tivessem isso. A educação assim deveria ser acessível a todas as pessoas.*

Além disso, apontaram a participação dos jovens na produção e nas decisões internas. Segundo Alberto Hedert, 44 anos, *os jovens participam na produção e nas discussões e decisão. Eles têm poder de opinar onde atuam.* Os jovens participam também nas mobilizações, eventos e organização. Se destacam na compreensão de novos valores, fruto da experiência coletiva das famílias. Alice Follmann, 50 anos, comenta que *no encontro da crisma eles têm uma compreensão grande da partilha, consciência sobre a ajuda. São diferentes dos outros jovens.*

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Uma das preocupações dos assentados está relacionada à educação. Desde o início, buscaram

organizar a escola de 1ª a 4ª série e, posteriormente, a ciranda infantil para atender as crianças do assentamento. É importante registrar que nunca foi negado acesso à escola para crianças de famílias vizinhas ao assentamento, mas devido à sua localização geográfica, atualmente a escola atende ao todo 29 crianças e apenas duas são de uma família residente na comunidade vizinha Linha Brasil.

A escolha das professoras foi um longo processo de reflexão e debate com a administração municipal. A administração tinha uma prática de escolha dos professores através do teste seletivo e os assentados tinham uma proposta de educação a partir da realidade e dos princípios da educação popular. O objetivo dos assentados é desenvolver a educação valorizando a experiência do assentamento, orientando-se pelos princípios de Paulo Freire. Os conteúdos pedagógicos partem de temas discutidos em assembleia com o assentamento. A escola é organizada em uma cooperativa mirim chamada “Construindo caminhos”, com equipes de trabalho como: pedagógica, limpeza, viveiro, jardinagem, reciclagem e subsistência. Todas as sextas-feiras fazem assembleia para dividir as tarefas e decidir sobre os trabalhos com a cooperativa, o uso de ferramentas, adubos e outros. É desafiante romper com a cultura patriarcal também na Cooperativa Mirim como escola alternativa e construir novas relações de gênero.



Atividade educativa – simulação de um acampamento pelas crianças da escola 1998.



Alojamento e reuniões – 1999.



Inauguração da ciranda infantil no pavilhão - 1997.

Na escola as crianças desenvolvem a prática da mística. Segundo a professora Iraci Chiqueleiro, 30 anos, os conteúdos são os mesmos do currículo *"sempre a partir da vivência, com tema gerador de Paulo Freire, escolhido com o conjunto do assentamento"*. Na entrevista, o Prefeito Altair Cardoso Rithes, 44 anos, destaca: *"na escola tra-*

balham com um tema gerador, com organização e fazem suas próprias reivindicações, por exemplo, para reivindicar ônibus". Flávio Ruschel, 45 anos, disse: *"O município inaugurou no mês passado a primeira creche e no assentamento já faz cinco anos que tem. A criança é educada desde pequena. A educação parte da realidade"*.

O material didático utilizado vem do município, do MST, da vida do assentamento e de cartilhas da escola. Outros materiais como caderno, lápis, caneta, livros, borrachas, dicionários, entre outros, no geral são garantidos pela prefeitura. No caso de faltar, a cooperativa dispõe para estudante. O espaço físico da escola, além das aulas, é utilizado para reuniões com os pais, visitantes, catequese, ciranda infantil e pré-escola, que também trabalha com o tema gerador a partir da compreensão das crianças. Domingos Bruneto, 45 anos, lembra da relação da comunidade com

a escola: *tem ligação desde a ciranda. Tem uma comissão de educação que acompanha os educandos da ciranda até o 2º grau. A cooperativa fornece todo o material aos alunos.*

No assentamento são realizados cursos de formação profissional, pessoal, política e social. Foram desenvolvidos diversos cursos de capacitação profissional sobre saúde, horticultura, manejo do gado de leite e corte, reflorestamento, costura, pintura, corte de cabelo, produção de sementes crioulas, conservas de frutas e verduras, formação para o trabalho em equipe, entre outros.



Fábrica de costura, 1994.

Sobre a formação política e social, os entrevistados destacaram cursos de relacionamento pessoal e coletivo, gênero e classe, relações humanas, formação de lideranças, planejamento, cuidado com a terra, cooperação agrícola, conjuntura, identidade do MST, formação política. De modo geral, todos tiveram a oportunidade de participar dos cursos, porém dos cursos profissionalizantes participaram as pessoas que diretamente assumem o setor. As lideranças têm consciência de que a formação não pode faltar por sua importância para o coletivo. Pedrinho Miotto, 45 anos, afirma que: *aprendi muito com os cursos. Foi a maior escola que eu tive.*

A educação do ponto de vista da sociedade

É de conhecimento da sociedade do município que a educação é fundamental para o assentamento. Segundo Henrique Muller, 48 anos, *ensinam a prática do associativismo. Todos estudam e incentivam muito o estudo para os jovens. Eles têm uma educação voltada para a realidade da roça. É uma educação diferente do MEC, voltada para a agricultura e com a metodologia de Paulo Freire, com organização por setor, deliberações coletivas. Serve de modelo.* Percebe-se que a escola desenvolve o senso crítico nos estudantes. Destacaram

também o grupo de teatro, a capacidade de representar e apresentar, e os momentos de mística sobre a vida na roça. A experiência de ensinar a partir do tema gerador tem contribuído com a Secretaria de Educação do município.

As pessoas entrevistadas destacaram a participação dos assentados em atividades no município, como conferências, seminários, festas e atividades esportivas. Segundo Elio Daltoé, 56 anos, os eventos estão ligados à vida do assentamento como *a data da ocupação, datas de formatura e outras atividades para a população em geral*.

QUALIDADE DE VIDA

Todos os jovens entrevistados apontaram como qualidade de vida o acesso à moradia, lazer e educação. Também destacaram o acesso à alimentação, terra e produção. Maritânea Lautério, 18 anos, entende que qualidade de vida, além de acesso aos direitos básicos, é *ter um local para viver, terra, ter o necessário para viver, trabalho, moradia, estudo e buscar outras pessoas para defender seus direitos*.

As mulheres entrevistadas foram unânimes em dizer que qualidade de vida é *ter uma boa alimentação, sem químicos e sem transgênicos, ter saúde, lazer e educação*. Destacaram outros aspectos como convivência social: *um bom relacionamento com as pessoas, estar de bem com a vida*. Em relação ao trabalho destacaram: *trabalhar no que gosta, sentir estímulo de viver aqui, ter a profissão de agricultora, vida digna, água boa, ter o necessário para viver*. Para a maioria dos homens entrevistados qualidade de vida é *ter o principal para viver, saúde, alimentação, moradia, estar de bem com a família, com a comunidade e com um país melhor*. Foram apontadas outras questões como *luz, água, trabalho, férias, formação, estudo e organização*. As concepções de qualidade de vida envolvem condições materiais, valores e princípios. É pensar a vida de forma integral, no conjunto de relações e condições que favoreçam uma vida mais feliz.

Conquistas pessoais com o assentamento

Na visão da juventude, entre as conquistas pessoais com o assentamento, em primeiro lugar

está a formação através de cursos profissionalizantes, o estudo e a valorização. Para Angélica Dreyer, 20 anos, a conquista é *a qualidade de vida, como espaço para estudo, discutir e propor*. Ela explica que precisa *estudar mais e junto com o coletivo construir um espaço maior para os jovens e as mulheres*. As mulheres destacaram como conquistas *a terra, escola, educação, moradia, armazém, saúde, luz e valorização*. Em seguida, apontaram *vida digna, liberdade, conhecimento, autoestima, frigorífico, solidariedade, estradas*.

Eliane Froza, 32 anos, diz: *Melhorei na autoestima, no valor do ser humano, na compreensão do coletivo. Cresci na solidariedade e me sinto como uma grande família. O que produzimos é para nós e não para o patrão. Os problemas são resolvidos entre nós. Os homens aqui dão mais valor para a mulher, mas tem ainda o machismo. Nós mulheres temos facilidade de ir para cursos, porque as vizinhas cuidam das crianças, tiram o leite das vacas. A cooperativa ajuda as líderes participarem do Movimento de Mulheres Agricultoras no município. Quando vou para uma reunião ou curso representando o assentamento, ganho o dia de trabalho e as passagens. Todos são assim. Isso mudou mesmo*. Iraci Chiqueleiro, 30 anos, professora, fala sobre as conquistas pessoais: *me construí como pessoa e profissional. A minha formação era que eu sabia e o aluno vinha aprender. Hoje eu sei que há troca de saberes. Me sinto bem de estar participando de um projeto onde as pessoas são sujeitos*.

Os homens entrevistados destacaram como conquista pessoal o *próprio assentamento e o trabalho coletivo*. Como diz Hélio Dreszevski, 32 anos: *em primeiro lugar, viver de uma forma diferente, em uma comunidade que valoriza a pessoa*. Além disso, apontaram a conquista da terra, o espaço na sociedade, vida digna, projeto de investimento, pintura das casas, valorização e confiança. Domingos Bruneto, 45 anos, afirma: *conquistar a terra. Conquistar um espaço na sociedade. Hoje a gente existe. É sujeito, capaz de decidir. Participo mais no município, na política pra mudar a sociedade. Tenho uma vida mais digna*. Questionados sobre o que falta conquistar destacaram: *contribuir na transformação da sociedade, mais renda, todos com vida digna e justa igual a nós, bem como melhorar a moradia*. Os assentados destacaram conquistas econômicas, formação pessoal e coletiva, e projeto de sociedade.

CONTRIBUIÇÕES DO ASSENTAMENTO

Para o Município

Na opinião da juventude, o assentamento tem contribuído com o município através da solidariedade. Maritanea Lautério, 18 anos, conta sobre as *doações de produtos para o hospital e famílias do bairro, doação de sangue e participação nas lutas por direitos. A própria cooperativa se torna um exemplo de organização e motivo de receber muitas visitas no assentamento. Além das discussões relacionadas aos movimentos populares e a renda*, fruto do trabalho do assentamento. Para as mulheres entrevistadas, o assentamento teve influência no Partido dos Trabalhadores mudando o rumo das eleições municipais, elegendo vereador e prefeito em defesa das causas populares.

Apontaram também a contribuição para o município através dos impostos, além de outras ações de solidariedade como *doação de alimentos para escolas e pessoas carentes e valorização do trabalho coletivo*. Eliana Froza, 32 anos, diz: *"O assentamento contribuiu na eleição de um prefeito de esquerda e fizemos cesta básica para pessoas carentes do município. Hoje o município tem uma cooperativa dos assentados, produzimos e geramos renda"*. Os homens entrevistados destacaram a participação política na conquista *"de um poder democrático popular e um sindicato combativo"*. Apontaram a contribuição através dos impostos e a *experiência da educação a partir da realidade, a doação de alimentos para escolas, creches e a organização da cooperativa"*. Carlos Sistherem, 34 anos, confirma: *"A forma de fazer a educação. O exemplo de organizar a cooperativa. O assentamento enquanto organização. O Sindicato dos*

Trabalhadores rurais combativo. A eleição de uma administração popular e a eleição de um vereador assentado".

É visível a contribuição do assentamento no município, na participação política, econômica e social. Os assentados têm consciência de sua contribuição, como revela Jacir Strapassom, 38 anos: *"A história do município de Dionísio tem um corte. Antes do assentamento e depois do assentamento. É um marco histórico. Mudou a forma de organização política e econômica"*.

Opinião da sociedade quanto à contribuição do assentamento para o município

A maioria reconhece e valoriza a presença do assentamento no município, dizendo que Dionísio Cerqueira se tornou conhecido, nacional e internacionalmente, a partir do assentamento: *"são exemplos de organização e produção para a sociedade"*. Segundo Osmar de Souza, 50 anos, *a sociedade reconhece e elogia os trabalhos do assentamento, eles se destacam em nível de Brasil. É um exemplo de organização"*. Também destacaram a geração de impostos, a reforma agrária, a contribuição nos processos de eleição estadual e a possibilidade de novas perspectivas para a sociedade. Quanto à repercussão nacional, Angélica Dreyer, 20 anos, destaca *"a participação enquanto movimento. A cooperativa é referência nacional"*. No âmbito internacional, as visitas de estudantes e organizações de outros países propiciam intercâmbios, aprendizagem e fortalecimento da organização. Segundo Lurdes Gindani, 39 anos: *"o município se tornou conhecido a nível nacional e internacional. O povo vem ver e isso é bom pro município"*.

INFLUÊNCIA DO ASSENTAMENTO

No sindicato: Nas entrevistas ficou clara a participação dos assentados no sindicato do município. Todos(as) são sócios(as) do sindicato e marcam presença ativa nas reuniões, assem-

bleias, festas e outras atividades. Fermino Boiani, 57 anos, diz: *Homens e mulheres são sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os jovens a partir dos 18 anos participam das assembleias da organização.*



Festa dos agricultores de Dionísio Cerqueira no Assentamento.

A participação dos assentados tornou o sindicato mais voltado para a vida na roça, com suas necessidades, desafios, formação e organização em busca de direitos. Segundo o presidente do sindicato Alberto Hedert, 44 anos, *"todos os assentados são sócios do sindicato, desde a idade de 17, 18 anos, já se associam e são atuantes nas atividades, assembleias e direção do sindicato"*.

Na Câmara de Vereadores: Há participação efetiva do assentamento através da eleição de um assentado como vereador, já no terceiro mandato. Foi o primeiro vereador eleito pelo Partido dos Trabalhadores no município. As mulheres lembraram também a atuação da vereadora Marilene Limberger, pequena agricultora que tem desenvolvido um trabalho em defesa das mulheres. É importante a influência dos assentados na participação política.

Na Prefeitura: Há uma boa relação com o prefeito e um dos cargos de confiança é ocupado

por um assentado. Salientaram também que entre o corpo administrativo há uma preocupação por uma política voltada para os(as) agricultores(as) e um esforço de construir um projeto de sociedade mais justa e igualitária. Segundo Elio Daltoé, 56 anos: *"a gestão dos recursos públicos também se constrói a partir do exemplo deles"*.

Nos Conselhos: Há participação de lideranças do assentamento nos diferentes conselhos municipais como Saúde, Educação, Agricultura, Orçamento Participativo, CODER – Conselho de Desenvolvimento Rural, Associação dos Apicultores, Turismo, Fome Zero, Esporte. Carlos Sistherenn, 34 anos, lembra que lideranças do assentamento têm *"participação nos conselhos municipais de saúde, agricultura, educação, fome zero entre outros"*. Constatamos que eles conquistaram espaço para construir caminhos de melhor atendimento para a população. Segundo Élio Daltoé, 56 anos: *"o assentamento é um grupo que tem influência nas decisões do município"*.

PARTICIPAÇÃO DO ASSENTAMENTO NA SOCIEDADE

Nos eventos: O assentamento tem participação importante nas atividades do município, contribui na segurança e nos jogos municipais e campeonatos. Fornecem produtos de boa qualidade para a feira, participam de atividades de solidariedade, com doações de alimentos para hospitais, crianças carentes e acampamentos. Participam de atividades do sindicato, do Movimento de Mulheres Agricultoras, da igreja e em seminários e conferências sobre educação e saúde. Sempre marcam presença em atividades como mobilizações, ocupações, caminhadas, abaixo-assinados, contribuição com alimentação.

No partido político: A participação dos assentados no partido político é decidida internamente e se efetiva em três aspectos: 1º.) Formação e análise de conjuntura sobre o projeto que queremos para o país, estado e município. Em momentos eleitorais se analisa o partido e a proposta do candidato visando o que é melhor para o povo. No regimento interno do assentamento a opção partidária é pessoal e livre. 2º.) Nos momentos de campanha eleitoral são realizados debates e definidas candidaturas em assembleia. 3º.) Na participação direta como filiados em partidos podem assumir lideranças no Diretório, possíveis candidaturas e mandatos.

Nos órgãos públicos: Há presença de pessoas do assentamento nos órgãos públicos, como agentes comunitários de saúde, Programa de Saúde Familiar, professoras, merendeiras, nos conselhos municipais, na câmara de vereadores, em cargos de confiança, no conselho tutelar e em outras entidades. Esta atuação revela a amplitude de articulações construídas pelos assentados, ocupando diferentes espaços.

Em outras entidades: A participação que o grupo prioriza é o fortalecimento de seu movimento, o MST. Isso inclui crescimento pessoal e coletivo das famílias. O assentamento constrói articulações com outros movimentos como o Movimento de Mulheres Agricultoras. O assentamento tem uma líder que representa o grupo no Movimento de Mulheres. Da mesma forma, contribuem com lideranças no Sindicato e em mobilizações, na consolidação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, na Cooperativa de

Crédito e na cooperativa São Miguel – TERRA VIVA. O assentamento tem articulação com todas as entidades municipais com afinidade política. Jacir Strapassam, 38 anos, relata o bom relacionamento construído na consolidação do assentamento: *"desde o início, decidimos nos articular e somar forças. Fortalecer a luta pela Reforma Agrária como luta de todos.* Terezinha Vedovato, 35 anos, complementa: *a gente participa pela importância destes movimentos, envolvendo outras pessoas. Lá você ensina e aprende".*

INFLUÊNCIA DAS ENTIDADES NO ASSENTAMENTO

A influência do MST é forte. As pessoas do assentamento se identificam com o MST e reconhecem sua contribuição para o avanço político, econômico e social, ajudando a construir a proposta e os princípios básicos. Destacam a contribuição de lideranças do assentamento nas direções estaduais e nacionais do Movimento. O MST é referência para a organização da cooperativa. Alguns jovens estudam nos cursos técnicos na escola do Movimento. O assentamento também tem relação com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com assistência técnica ao gado de leite, à base de pasto e outras técnicas da agroecologia. Estudantes desenvolvem pesquisas no assentamento, o que tem ajudado na troca de conhecimentos. Jacir Strapassom, 38 anos, diz: *"Eu me formei na universidade federal e isso possibilitou o assentamento abrir canal de convênios".* Há também influência da igreja católica nos momentos de celebração de colheitas, plantio e outras datas específicas, como a catequese e os sacramentos.

O assentamento tem uma mística e uma espiritualidade específica, celebram a vida, fazem doações e partilhas. Pe. Florindo Canton, 60 anos, observa que, *"eles têm uma mística própria, uma espiritualidade própria. Eles celebram a partir de certas datas".* A agente de pastoral, Irmã Alice Follmann, 50 anos, conta que, *"algumas lideranças contribuem na paróquia e fazem Curso de Teologia Pastoral de Leigos/CTPL. Nossa participação está mais na ligação sacramental e nas festas comemorativas, como na festa dos quinze anos do assentamento. Eles trabalham a simbologia da vida. O assentamento contribui muito na pastoral da*

criança. A solidariedade deles é muito grande".

O sindicato tem pouca influência no assentamento, mas mantém uma boa relação e contribui com informações sobre os direitos dos agricultores. Na opinião de Alberto Hedert, 44 anos, *"o relacionamento se dá na luta de classe e na participação das atividades do sindicato"*.

COMENTÁRIOS FINAIS

Segundo Alice Follmann, 50 anos, *"o assentamento trabalha a solidariedade, a consciência sobre direitos"*. Flavio Rüschel, 45 anos, explica que, *"o assentamento trabalha a cooperação, o auto sustento familiar e a renda"*. Para Marilene Limberger, 39 anos, *"o assentamento é uma experiência local, estadual, nacional e internacional, além de possibilitar o crescimento de lideranças importantes"*.

Marcus Antonio Dreyer, 48 anos, fala da convivência tranqüila. Isto não significa a ausência de problemas, mas acima de tudo a capacidade de resolvê-los. *"Aqui estão os problemas e aqui estão as soluções, crescemos na capacidade de*

resolver os problemas. Sempre conseguimos resolver as dificuldades". As pessoas que fizeram parte da ocupação reconhecem a experiência da cooperativa, sentem orgulho de estar no assentamento, de ver os filhos com oportunidades de estudar, de fazer curso de técnico e faculdade: *"Eles investem muito na educação, desde crianças, adolescentes, jovens e adultos"*.

Além disso, as pessoas entrevistadas citaram a boa qualidade os produtos da Cooperunião/Terra Viva¹⁹: *"prefiro sempre os produtos deles. O assentamento é importante para o município porque eles investem aqui"*. Perguntamos sobre alguma dificuldade que o assentamento trouxe para o município e a resposta foi: *"nenhuma, só trouxe benefício"*. A sociedade também percebe que os assentados cultivam valores como alegria, seriedade, trabalho coletivo, estudo, unidade, participação. A prática do assentamento de unidade, trabalho coletivo, organização, participação social e partilha de produtos conquistou a população do município. Nas falas de Paulo Célio César e de Henrique Muller podemos compreender que *"o assentamento é uma alternativa de geração de emprego e renda. É uma experiência de Reforma Agrária e um exemplo para o Brasil"*.

¹⁹ Terra Viva é a marca dos produtos produzidos pelos assentados de Reforma Agrária do MST.

6. NOVAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO, MATO GROSSO

O assentamento Antônio Conselheiro está localizado no sudoeste do Mato Grosso, entre os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres. Frente ao modelo de agricultura praticado em Mato Grosso, o assentamento Antonio Conselheiro, com 37.258 hectares e 988 famílias, se destaca pela organização, diversificação da produção, processo coletivo de comercialização e geração de renda. A educação constitui uma das bases do fortalecimento das famílias assentadas, em conjunto com a mística, a formação política e a capacitação técnica. A implantação de técnicas agropecuárias em uma perspectiva agroecológica na grade curricular das escolas tem contribuído para a melhoria do assentamento.

O assentamento Antonio Conselheiro possui 998 famílias, sendo 60% integrantes do MST, 30 % das associações e 10% não participam de nenhuma organização. Foram entrevistadas 35 pessoas, sendo 5 na cidade de Tangará da Serra e 30 no assentamento, 20 do MST, 7 das associações e 3 que não participam de nenhuma organização.

MUNICÍPIOS DE TANGARÁ DA SERRA, BARRA DO BUGRES E NOVA OLÍMPIA

As regiões de Tangará da Serra, Barra do Bugres e Nova Olímpia eram habitadas por povos indígenas que se autodenominam *halíti* e falam a língua nu-aruaque. Durante o século XIX, a região presenciou a movimentação de *poaieiros*²⁰ e seringueiros. Nos tempos da Comissão do Marechal Rondon, foi montada uma oficina na Aldeia Queimada, base da construção da primeira linha telegráfica. O lugar onde hoje se localiza a sede do município, que posteriormente se chamaria Tangará da Serra, era um barracão de seringueiros. O povoamento do município ocorreu em 1959,

a partir do loteamento das glebas Santa Fé, Esmeralda e Justino. Em 1960, foi fundada a empresa Sociedade Imobiliária Tupã Agricultura Ltda para implantar um pólo agrícola.

Os primeiros povos do município de Nova Olímpia eram extrativistas da poaia e da borracha. Em 1911, Cândido Rondon passou por Barra do Bugres para levantar a linha telegráfica e dar início às obras de um posto para o povo indígena Umutina. Nos anos 1950, Barra do Bugres era o principal pólo regional, porém os recursos naturais da região foram diminuindo pela extração excessiva de poaia e borracha, e pelas queimadas. Os imigrantes vinham de São Paulo, Bahia, Alagoas e Ceará, e a existência de terras devolutas era o maior incentivo. Em 1970, o povoado de Nova Olímpia apresentava bom número de casas comerciais, serrarias e máquinas de beneficiamento de arroz. Em 1979, teve início o PROBOR III²¹, com a produção de mudas de seringueiras de alta qualidade. A partir de 1982, tiveram início as atividades do POLONOROESTE²² e da EMATER²³. O extrativismo vegetal da poaia e da madeira era a maior fonte de renda, sendo produto de exportação.

No Mato Grosso, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (1996), 60% dos proprietários possuem menos de 100 hectares e ocupam 8% da terra e 16% das propriedades com mais de 2.000 hectares ocupam 74% da terra. Antes da conquista do assentamento Antonio Conselheiro, nos municípios de Tangará da Serra, Barra do Bugres e Nova Olímpia, 16% dos proprietários maiores de 2000 hectares ocupavam 78% da terra e 62% dos proprietários com menos de 100 ha ocupavam 6% da terra. Tangará da Serra possuía um maior número de propriedades com menos de 100 hectares, em comparação com Barra do Bugres e Nova Olímpia (IBGE, 1996). Nesse total não estão incluídas as cerca de 1.000 famílias assentadas no Assentamento Antonio Conselheiro, em 1997.

²⁰ Poaiero – pessoas que extraíam a poaia, uma planta medicinal com grande relevância no mercado de fitoterápicos e que pela sua forte extração no Mato Grosso está quase que totalmente extinta da região.

²¹ Programa de incentivos à produção de Borracha Natural.

²² Programa integrado de desenvolvimento do Noroeste do Brasil, executado durante a década de oitenta, com recursos do governo brasileiro e do Banco Mundial, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

²³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995							
Municípios	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2.000	Mais de 2.000	Sem declaração
Tangará da Serra	681	1.145	273	294	252	152	-
Barra do Bugres	157	168	62	75	99	64	-
Nova Olímpia	31	74	24	32	20	16	-

Fonte: IBGE (1996).

Em 2000, a população dos municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres era de 58.341, 14.172 e 27.444 habitantes, respectivamente, de acordo com a SEPLAN (2000). Na região sudoeste do Mato Grosso, cerca de 76,5% da população está na zona urbana e 23,5% na zona rural. Esta relação ocorre com a concentração de terras e a oferta de trabalho no meio rural é baixa. No município de Tangará da Serra, 11,7% da população reside na zona rural, enquanto em Barra do Bugres, este percentual é de 30,1% e em Nova Olímpia 17,5%.

O município de Tangará da Serra limita-se com os municípios de Santo Afonso, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Pontes e Lacerda, Campos de Júlio, Sapezal, Campo Novo do Parecis, e Nova Marilândia. Tem como comarca Tangará da Serra e os distritos de Progresso, São Joaquim, São Jorge e Tapirapuã. Tem uma distância de 232 km da capital, com altitude média de 400m e extensão territorial de 14.367 km². O município de Nova Olímpia limita-se com os municípios de Santo Afonso, Denise, Barra do Bugres e Tangará de Serra. Pertence à comarca de Barra do Bugres, tem altitude de 220m, com distância de 198 km da capital e extensão territorial de 1.449,07 km². O município de Barra do Bugres tem como distritos a Sede e Assari, limitando-se com os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia, Porto Estrela, Lambari D'Oeste, Denise, Alto Paraguai, Cáceres, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Jaurú e Pontes e Lacerda. Tem distância de 159 km da capital, altitude de 129m e extensão territorial de 5.715,87 km². Tangará da Serra e Barra do Bugres são os principais pólos econômicos da região, seguidos por Nova Olímpia, Denise e Porto Estrela.

HISTÓRICO DO MST NO MATO GROSSO

A presença do MST no Mato Grosso resulta das articulações para expandir suas atividades. A crise brasileira dos anos de 1994 e 1995, principalmente no setor agrícola, faz aflorar as demandas sociais no estado. A crise verificada nos setores de produção primária agravou os problemas sociais. O Movimento se organizou a princípio na região de Rondonópolis e posteriormente na direção sudoeste, com melhores condições de acesso à infraestrutura e terra apropriada para a agricultura familiar.

Nas proximidades de Rondonópolis, maior cidade da região, acontece a primeira ocupação denominada Zumbi dos Palmares, depois transformada em assentamento. No dia 7 de abril de 1996, aproximadamente 1.500 famílias ocupam a fazenda Santa Amélia, no município de Cáceres. A realidade socioeconômica daquela região apresenta alguns elementos diferentes do sul do Mato Grosso, mas a degradação das condições de trabalho e de vida são basicamente as mesmas. Nova Olímpia é escolhida em função de muitos desempregados sazonais nas usinas de álcool e açúcar, que descartam a mão-de-obra. Além da crise na agricultura, a retração das atividades econômicas de comércio e serviços, a quase extinção da pequena propriedade, a redução de empregos no campo e o fluxo de migrantes fazem com que estes municípios se constituam em importante espaço para as articulações do MST.

Assim, na noite de 8 de outubro de 1996, Tangará da Serra e Nova Olímpia são surpreendi-

dos com a maior ocupação do estado e uma das maiores do país, pela quantidade de famílias e pela organização. O acampamento foi organizado em núcleos e coletivos de educação, segurança, alimentação, cultura, lazer e recreação. Após cinco dias de acampamento, os trabalhos são interrompidos.

"Foi horrível, nós acampamos no dia 8 de outubro de 1996, às margens da Rodovia MT – 358 no Município de Nova Olímpia, onde aconteceu aquele acidente em que morreram cinco companheiros. Aconteceu um imprevisto: a gente ia para a Estância Primavera e na véspera de fazer o acampamento, o Tuim chegou e falou que não daria para fazer o acampamento lá. Eram mais de quatro mil pessoas e, na véspera, não dava pra "desavisar" o pessoal. E aí, o único local que con-

seguimos achar foi à beira de um córrego, perto da cerâmica do Zé Elpídio. Com sete dias que estávamos ali, por volta das 23 horas, veio uma carreta e passou em cima de parte dos barracos no acampamento, matando cinco companheiros, um gravemente ferido e mais alguns machucados com menos gravidade. Foi um fato que abalou bastante o acampamento e, até hoje, quando falam no assunto as pessoas sentem. Ali, então, depois desse fato, trancamos a rodovia, por volta da meia noite, permanecendo quatro noites e três dias com a rodovia trancada, até que conseguimos outro local, uma área de cinco alqueires do Grupo Itamarati, onde a gente passou seis meses, quando então a gente veio para a Fazenda Itapirapuã". (Cláudio José Alves, 31 anos, membro da coordenação estadual do MST).



Bloqueio da Rodovia MT – 358: acidente em outubro de 1996 que vitimou cinco trabalhadores sem terra.

Após uma intensa negociação com o governo municipal, conseguiu-se acomodar as famílias em treze hectares das Usinas Itamarati, nas proximidades da sede municipal de Nova Olímpia. Era um local seguro e distante das margens da rodovia MT – 358. Em 19 de dezembro de 1996, dois meses e dez dias após o primeiro acampamento na região, os Sem Terra ocuparam a cidade de Tangará da Serra. Cerca de oitocentas pessoas chegaram em ônibus e caminhões e caminharam seis quilômetros rumo à cidade de Tangará da Serra. José Aparecido Rocha, 50 anos, lembra

que, "*viemos a Tangará para mostrar à sociedade que estamos acampados em Nova Olímpia, para chamar a atenção para as promessas do assentamento que não foram cumpridas e para cobrar do Executivo o cumprimento da promessa de doação de quatrocentos quilos de leite em pó e remédios*" (Jornal Diário da Serra, 20 de dezembro de 1996). Cinco meses após a formação do acampamento, eles negociam com o INCRA e conseguem um contrato de comodato de 4.208 hectares. As famílias foram para o novo acampamento no dia 4 de março de 1997.



Acampamento na fazenda Tapirapuã, 1997.

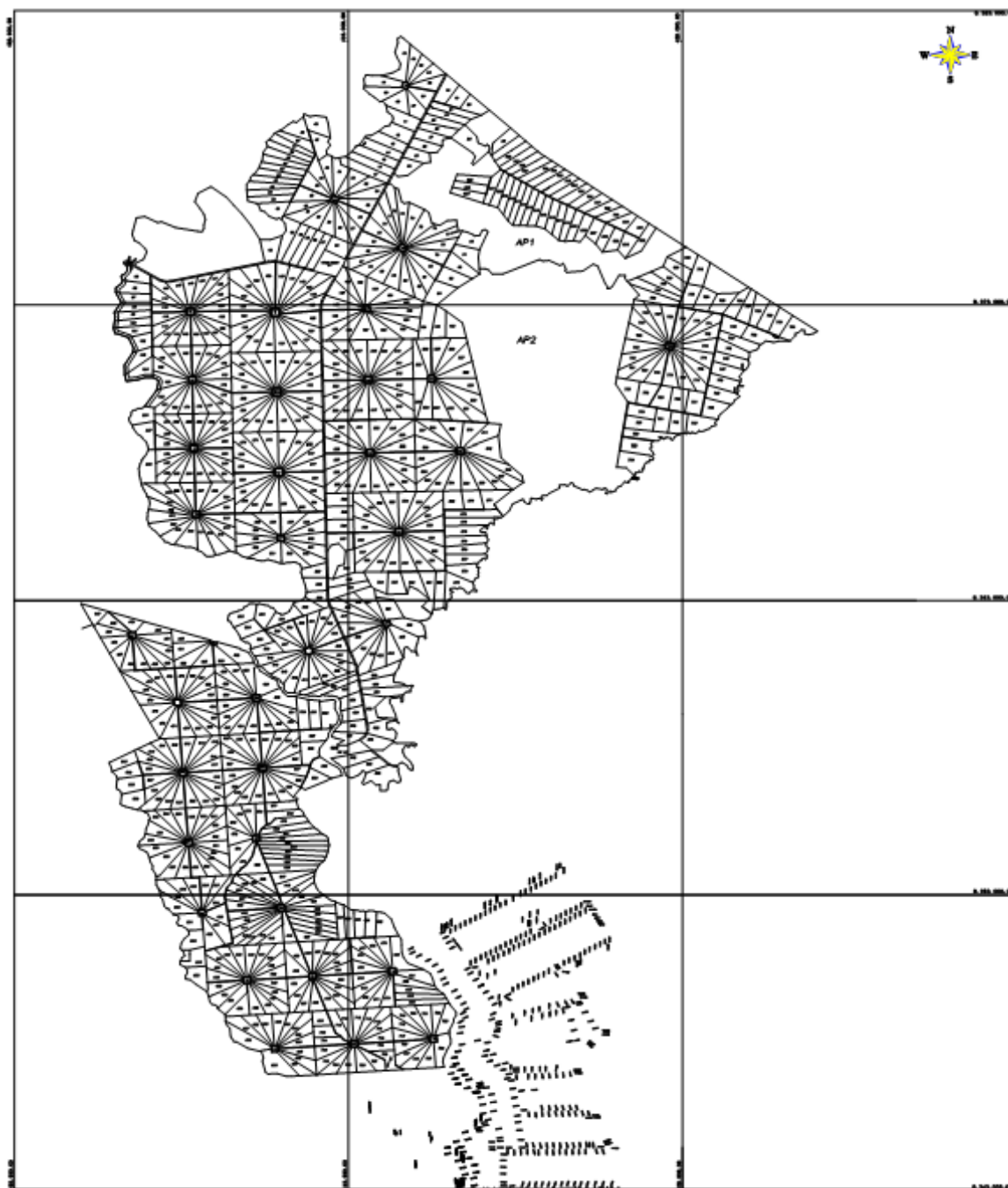
Os trabalhos da vistoria foram determinados pela Ordem de Serviço INCRA/SR-13/G/N. 404/96, em 29 de outubro de 1996. A fazenda Tapirapuã era um imóvel constituído de duas áreas contínuas: a Fazenda Dimba, da Tetramir, Transporte, Reflorestamento Ltda. e a Fazenda Tapirapuã, da Agropecuária Tapirapuã S. A. Ambas as fazendas tinham o mesmo sócio majoritário e, portanto, foi constituído um só processo de desapropriação, de número 1959/96. Essa comissão indicou estudos para desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de acordo com os artigos 184 e 185 da Constituição Federal.

A fazenda Tapirapuã foi desapropriada em 5 de maio de 1997, sendo sua imissão de posse lavrada em 1 e 2 de dezembro de 1997. Em 12 de dezembro de 1997, o Projeto de Assentamento Antônio Conselheiro foi criado pela Portaria 109 do INCRA. De uma área total de 37.258,81 hectares, 4.218,23 eram áreas aproveitáveis (pastagens e áreas ainda não utilizadas), 7.451,76

era área de reserva legal e 5.588,82 era área de infraestrutura. O Acampamento Antônio Conselheiro se transforma em assentamento após um longo período de luta pela desapropriação da parte restante da fazenda Tapirapuã (cerca de 30.000 hectares). Em abril de 1998, realiza-se o sonho de colocar o pé em um pedaço de terra, que varia de 25 a 38 hectares, dependendo do tipo de solo, da disponibilidade de água e do acesso à cidade. As famílias verificam que é necessário ter condições básicas de vida: financiamento, organização da produção, escola, saúde, energia elétrica, estradas e outras demandas.

Cláudio José Alves, 31 anos, membro da coordenação do MST, lembra: *Eu sempre quis um pedaço de terra e consegui. Com esse pedaço de terra eu percebi que só isso não era suficiente, que eu precisava plantar, colher, ter condições para sobreviver, ter educação e recursos. Hoje, eu tenho meu lote, minha casa, mas se eu não criar condições para viver, não vai adiantar.*

O ASSENTAMENTO ANTONIO CONSELHEIRO



O assentamento fica a 26 quilômetros de Tangará da Serra, a 50 quilômetros da cidade de Barra do Bugres e a 66 quilômetros de Nova Olímpia.

No acampamento há uma coordenação geral e núcleos de famílias. Cada núcleo tem em média, trinta famílias que definem a participação na coordenação local e na direção estadual do MST. O assentamento foi dividido em 36 agrovilas, cada uma correspondendo a um núcleo. No assentamento, a formação das agrovilas ocorreu de um modo diferente. O sorteio foi feito em grupos de famílias que se auto-organizaram na

época do acampamento. Esta escolha dos futuros vizinhos foi um importante passo na formação das novas comunidades, facilitando a organização e reduzindo os custos da instalação de energia e água encanada. Também facilitou a participação das famílias em atividades comunitárias.

Devido à topografia do assentamento, 62% dos lotes foram divididos em forma de núcleo de moradia, e 48 % em forma quadrada no chamado “travessão”, formando parte do núcleo. No projeto inicial do assentamento, para cada agrovila seria destinado um espaço para moradias, escolas, posto

de saúde, salão comunitário e toda estrutura necessária. O espaço físico foi reservado, mas a infraestrutura em 75% dos casos não saiu do papel.

As 19 associações estão distribuídas em toda a extensão do assentamento, cada uma com diretoria própria escolhida entre os associados. As

reuniões de cada Associação geralmente são mensais na sede própria ou na residência de alguma família associada. Na escolha para compor a direção, cada núcleo indica uma pessoa. Nos 36 núcleos, também são escolhidas pessoas para coordenar e compor os setores como saúde, educação, lazer, produção e esporte.



Reunião de coordenadores.

Cláudio José Alves, 31 anos, membro da coordenação do MST, relata: *"Hoje no assentamento as pessoas que estão vinculadas ao MST*

têm os núcleos e cada núcleo tem um coordenador e um representante de cada setor".



Assembleia realizada em 1999.

No assentamento há famílias de diversos estados brasileiros, a maioria filhos de agricultores, pessoas que sempre estiveram no campo e que migraram para o Mato Grosso em busca de melhores condições de vida. Muitos estavam trabalhando para fazendeiros, outros cortando cana e muitos desempregados. Hoje os assentados podem plantar, colher, e decidir como vão trabalhar. Como afirma Eva Rodrigues da Silva, 56 anos, integrante do MST: *"aqui eu sei que posso ficar, não recebo ordens de patrão, vou fazendo as coisas e sempre tenho o que comer"*.

Antes, a área do assentamento se constituía em pasto para pecuária extensiva, que estava abandonada. A forragem estava degradada e as margens dos rios estavam desmatadas pelo extrativismo. Na divisão dos lotes, a reserva legal corresponde a 20% da área do lote, ou seja, 6 hectares. Sua distribuição é mista, sendo uma parcela de reserva comum, de 15% da área do lote, e uma parcela individual, de 5% da área do lote. Esse tipo de distribuição possibilita formar uma reserva contínua, o que traz benefícios ecológicos. O Engenheiro Florestal Fernando Messias, 23 anos, contratado pelo MST, considera urgente, *"um trabalho de reflorestamento, pois o rio está assoreando, comprometendo a qualidade dos peixes, da água e do próprio ambiente. O pessoal sabe que tem que preservar, reflorestar e preservar para os filhos e netos"*.

Quase 20% do total do assentamento localiza-se em uma reserva florestal permanente (Ser-

ra dos Palmares) e 15% da área em reserva coletiva (Salto Maciel e Salto de Juba). Além disso, 50 metros na beira de cada córrego e rio estão destinados à reserva. O Salto Maciel está sendo preservado através da ação dos assentados. Este é um espaço de lazer, com balneário e área social, assim como local de biodiversidade de espécies da fauna e flora. O projeto de assentamento aumentou a biodiversidade através de sistemas agroflorestais.

O sistema produtivo do assentamento é misto, sendo a produção individual e a comercialização e o beneficiamento coletivos. Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola comenta: *"o sistema produtivo é individual, cada um produz o que quer e de acordo com o lote. A comercialização é coletiva"*. As produções utilizam o sistema convencional (trilhadeira) para "derriçar"²⁴ o arroz e encaminhá-lo à limpeza. No primeiro ano do assentamento foi instalada uma máquina de limpar arroz e beneficiar o produto.

Os principais produtos são arroz, milho, feijão, mandioca, verduras (jiló, quiabo, abóbora, pimenta e folhas diversas), cítricos (laranja, pocã, limão), banana (maçã, terra, nanica e outras), amendoim, batata doce, cana de açúcar, frutas (maracujá, mamão, abacaxi, carambola, pinha), além de frangos e porcos. Maria Zuleide Barbosa, 45 anos, comenta: *"nós plantamos abacaxi, mandioca, arroz e sempre colhemos bem. O que se come se planta e apenas o essencial é comprado"*.



Legenda: Cultivo de mandioca, 2004.

²⁴ Derriçar – ato de, após a colheita, bater a palha do arroz para retirar os grãos.

Os principais produtos comercializados são banana, abacaxi, leite, mandioca, farinha, garapa, rapadura, doces, derivados de leite (queijo, iogurte), galinha caipira e semicaipira, gado de corte e bezerros, além da produção em menor escala de soja, palmito, maná, inhame, gengibre silvestre e carvão.

A força de trabalho é essencialmente familiar. Cerca de 45 famílias integram um projeto do governo do Mato Grosso, o PADIC - Programa de Apoio Direto às Iniciativas Comunitárias. Estes grupos receberam materiais para instalar uma estufa, um sistema de irrigação e um galinheiro para produzir milho verde, verduras, galinha semi-caipira e outros produtos para as feiras de Tangará de Serra e Barra do Bugres. A horta localizada na agrovila está produzindo verduras, amendoim, milho verde e galinha semi-caipira. Marília Souza Alves, 21 anos, integrante do MST, conta que, *"na nossa agrovila temos um grupo que conseguiu financiamento para uma horta e uma granja, mas no nosso lote mesmo o trabalho é familiar"*. Santo Alves dos Santos, 59 anos, participante da associação, explica: *"aqui é agricultura familiar, apenas a família trabalha, não contratamos ninguém, cada família planta em seu lote"*.

Existem grupos coletivos no assentamento produzindo mandioca, banana e maracujá, e grupos de comercialização. Há presença marcante de troca de mão de obra ou troca de diárias entre vizinhos. Gumerindo Rocha, 50 anos, integrante do MST, relata: *"trocamos dias de serviço com a vizinhança, quando estou precisando eles trabalham aqui, depois eu dou uma ajuda no lote deles"*.

No plantio e criações, as famílias utilizam conhecimentos adquiridos dos pais e familiares próximos. Iraci Vieira Morim, 43 anos, lembra: *"eu aprendi a plantar com meus pais e sempre morei na roça, meu marido nasceu em São Paulo, mas ele se criou aqui no Mato Grosso, desde pequeno ele viveu na roça"*. Madalena Joceli Rocha, 45 anos, membro do setor de produção do MST afirma: *"desde pequena eu via meus pais na roça e eu ia junto, e foi ali que aprendi a mexer com a lavoura e com os animais"*.

Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola, afirma: *"utilizo sempre as caldas, principalmente na horta da escola, uso a calda bordaleza, calda de pimenta e outras. Com isso não precisa usar agrotóxicos"*. José Manoel, 54 anos, integrante do MST, opina: *"acho que todos nós tínhamos que buscar a agricultura agroecológica. No meu sítio quero que tudo seja natural, mais saudável, com mais saúde, com isso vamos melhorar o assentamento e nossa vida"*.

Quando compram as sementes, os assentados se preocupam em multiplicá-las para não comprar no próximo plantio, tornando seu sítio cada vez mais sustentável. Um exemplo são os moradores da Agrovila 34, que trouxeram sementes de feijão e milho crioulos. As famílias estão multiplicando e distribuindo as sementes para outros assentados. O MST incentiva a campanha de multiplicação de sementes e a agroecologia. Como afirma Maria de Brito, 55 anos, integrante do MST: *"as sementes são todas daqui e nós colhemos e guardamos para plantar no próximo ano"*. Nadir dos Santos Oliveira, 34 anos, integrante do MST, confirma: *"as sementes daqui são todas crioulas, nós não compramos, sempre guardamos"*.

No plantio são utilizados enxada, foice, facão e matraca²⁵. Eva Rodrigues da Silva, 56 anos, comenta: *"no meu lote só utilizamos a enxada e a foice, o resto é tudo no braço"*. Algumas famílias dispõem de tração animal, como conta Madalena Joice Rocha, 45 anos, membro do setor de produção do MST: *"usamos a enxada, foice, facão, matraca e um arado de boi que tem facilitado nosso trabalho"*. Outras utilizam equipamentos maiores, que são alugados (hora/máquina) de pessoas do próprio assentamento, como é o caso da Agrovila 02 onde adquiriram trator, aradora e niveladora através de financiamento coletivo. Marília Souza Alves, 21 anos, integrante do MST, diz: *"aqui nós usamos o trator, enxada, grade, lâmina, foice, facão, machado e matraca, mas antes era tudo manual"*.

O MST, através de cursos em colaboração com UFMT, UNEMAT e FASE capacitou produtores em técnicas agroecológicas. O programa "Técnico Pé

²⁵ Instrumento utilizado para fazer a semeadura.

no Chão” capacitou 40 assentados em produção agroecológica. A comercialização dos produtos é feita nas feiras de Tangará da Serra e de Barra do Bugres, através de um contrato entre as prefeituras e o MST. As famílias contam com dois cami-

nhões para o transporte dos produtos. O preço da venda é decidido no coletivo, através de reunião com todos os produtores. Há venda de alguns produtos para mercados da região, como é a banana, quando as famílias fazem as negociações.



Feira do Produtor em Tangará da Serra, 2003.

Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola, afirma: *"a comercialização é feita em coletivo nos municípios, nas feiras e nos mercados. A feira está indo bem, tem uma boa aceitação"*. A principal fonte de renda das famílias é com a comercialização nas feiras e com a venda da banana. Os assentados recebem recursos do PRONAF como crédito de investimento, de custeio e de comercialização. O financiamento é importante para o início da atividade agrícola. José Manoel, 54 anos, explica que, *"o financiamento é bom na hora que a gente tem que começar, mas depois o melhor é ser independente"*. Francisco José da Silva, 58 anos, tem a mesma opinião: *"graças a Deus eu não pego mais financiamento no banco. Hoje tenho minha roça e de lá consigo tirar o sustento para minha família e ainda plantar no outro ano"*. Para receber crédito, os assentados dependem do governo federal e do Banco do Brasil. A falta de regularização no período dos créditos é decisiva na aplicação do dinheiro, pois a época tem que estar adequada ao plantio.

Juventude e gênero

O setor de gênero desenvolve trabalhos permanentes no assentamento. As atividades de formação são compostas por 50% de mulheres e 50% de homens. Nos encontros, os trabalhos são feitos de forma coletiva em mutirão para limpeza, organização, mística e coordenação. Adilson Jesus Santos, 35 anos, diretor da escola Paulo Freire, comenta: *"nas reuniões temos a metade de homens e metade de mulheres. Vamos para os encontros com toda a família"*. Esta também é a experiência de Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola Che Guevara: *"as mulheres sempre estão presentes na coordenação, nas decisões, nas assembleias e participam da fonte de renda da família. É essencial na verdade esse resgate, sempre tentamos colocar essa questão de gênero nos encontros"*.

As discussões buscam romper o preconceito, por exemplo, de que educar crianças é tarefa

das mulheres, como relata Marília Souza Alves, 21 anos: *"nós não somos responsáveis em criar os filhos e educá-los, todos nós temos este dever, isto é tarefa da família, da escola, da comunidade e da organização do MST"*. A coordenação busca ampliar esta discussão com a garantia de cirandas nos cursos, eventos e reuniões, assim como nas dinâmicas sobre igualdade nos espaços de formação. Nas escolas este tema é reforçado através de atividades, místicas, cartazes, histórias e desenhos, como afirma Claudinei José Fernandes, 26 anos, diretor da escola Che Guevara: *"temos trabalhado a questão de gênero com nossos alunos, mostrando que homens e mulheres têm os mesmos direitos"*.

As mulheres trabalham na roça, capinam, plantam e colhem da mesma forma que os homens, porém a dupla jornada está presente. Os afazeres domésticos, em muitos casos são prioridade das mulheres, como afirma Maria Zuleide Barbosa, 45 anos: *"nós trabalhamos juntos na roça, mas em casa é só eu que faço, tenho uma dupla jornada"*. Eva Rodrigues da Silva, 56 anos, afirma que, *"as mulheres participam da mesma forma que os homens. Na minha casa, nós dois trabalhamos igual, e quando chego ainda tenho que fazer as coisas de casa"*.

A comunidade incentiva a participação dos jovens nas atividades, mobilizações, trabalhos do campo e decisões da organização. Os jovens possuem uma organização maior na regional Paulo Freire, onde avaliam o que acontece na sociedade e na comunidade, organizam atividades de lazer e de solidariedade. Os jovens também contribuem com a coordenação do MST. Nas dependências das escolas possuem campos de futebol, onde são realizados campeonatos. Os rios e cachoeiras se tornam alternativas de descontração para o fim de semana.

Há festas nas escolas com bandas do próprio assentamento, como comenta Adilson de Jesus Santos, 35 anos, diretor da escola Paulo Freire: *"a banda é daqui mesmo. Eles animam as festas, os encontros e as reuniões. Os integrantes estudam aqui na Paulo Freire, e é muito importante para nós"*. Alexandre Frank de Freitas, 25 anos, completa: *"aqui temos grupos de jovens, temos lazer, como o campo de futebol, temos a cachoeira. Sempre tem festas. Aqui tem uma banda no assentamento"*. Claudinei José Fernandes, 26 anos, diretor da escola Che Guevara ressalta: *"sempre temos alguma atividade aqui ou passamos o dia na cachoeira"*.



Integrantes da banda Filhos da Terra, Encontro Estadual de Educadores, 2003.

Educação e formação

O MST traz a importância da educação. Cláudio José Alves, 31 anos, lembra que, *"quando acampamos, entendemos que nossas crianças não podem ficar sem escola. No nosso caso, em Nova Olímpia, tinha a comissão responsável pela educação, a tarefa foi garantir que as crianças do acampamento tivessem acesso à escola"*. Além da escola, os assentados necessitam autonomia para ter um projeto pedagógico próprio e voltado às suas necessidades. Marília Souza

Alves, 21 anos e professora no acampamento, explica: *"além da conquista da escola no assentamento, queremos garantir a maneira diferente de ensinar e aprender. Essa maneira não está pronta, não tem receitas, nós construímos"*.

A primeira escola do assentamento foi ainda na fase de acampamento em barracões de lona, que posteriormente tiveram uma nova estrutura da escola Che Guevara (Tapirapuã)²⁶. Dada a extensão da Fazenda, surgiu a necessidade de construção de outra escola no município de Barra do Bugres, chamada Escola Paulo Freire.



Escola Paulo Freire.

A escola Paulo Freire foi construída a nove quilômetros da antiga sede da fazenda Tapirapuã. No local há um casarão construído na época da passagem de Marechal Rondon pela região de Tangará da Serra. Na época do corte dos lotes, aquele espaço passou a ser de uso comunitário.

Hoje funciona uma escola da rede municipal. As escolas Ernesto Che Guevara e Paulo Freire buscam refletir seus objetivos educacionais no contexto das atividades pedagógicas.

Neste processo, os educandos e educadores mostram algumas frases fixadas nos murais da escola:

²⁶ Che Guevara é o nome usual pelos assentados; Tapirapuã é o nome dado pela Secretaria de Educação, nome este, rejeitado pelos assentados.

Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a escola pode. É a chave para a transformação (Che Guevara).

Ensinar exige apreensão da realidade.

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.

Ensinar é alegria e esperança.

Ensinar exige curiosidade.

Não estamos perdidos. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender. (Rosa Luxemburgo).

Quem não ama seus educandos, não consegue educá-los (as).

O sonho pelo qual eu brigo exige que eu crie em mim a coragem de lutar ao lado da coragem de amar. (Paulo Freire).

A música e a mística também são ferramentas fundamentais no processo de aprendizagem, estimulando a comunidade a participar das atividades culturais e de recreação nas escolas e fortalecendo o projeto político pedagógico, como afirma Adilson de Jesus Santos, 35 anos, diretor da escola Paulo Freire:

"Adotamos alguns princípios para a prática educativa. Trocamos a palavra professor e alunos por educador e educandos, procuramos mudar a relação professor-aluno a partir de Paulo Freire, que nos ensina que o educador não sabe tudo e a cabeça do educando não é um depósito. A gente procura saber o que eles falam, quais as novidades e a partir das informações deles procuramos integrar com as nossas discussões em sala de aula, para que não fique uma discussão solta, evitando que fique um conteúdo sem sentido para os educandos".

Adilson de Jesus Santos comenta: *"para nós, a educação parte da realidade. Nós partimos da realidade para uma visão de mundo. O aluno precisa sair com uma visão crítica de mundo, precisa entender o processo lá fora. E cabe a nós, educadores, contribuir para esse processo".* José Jacobias da Silva, 23 anos, ex-professor das escolas Che Guevara e Paulo Freire lembra: *"a educação nas escolas do assentamento, além de formar*

crianças, é um meio de reflexão, onde as pessoas se encontram, discutem e tomam iniciativas. Então as escolas têm uma contribuição muito importante para o assentamento".

As escolas do assentamento pertencentes ao MST têm uma matéria diferenciada do currículo normal, de Técnicas Agropecuárias, da 5ª série do 1º grau ao 2º ano do 2º grau. A escolha da disciplina foi uma proposta do setor de educação. Na escola Paulo Freire foi construída uma estufa para produção de mudas arbóreas, frutíferas e ornamentais. Os alunos ajudam na construção e no manejo da estufa e podem plantar as mudas em seus lotes. Isso contribui com o reflorestamento do assentamento. Na escola Che Guevara há uma horta agroecológica comunitária. Os alunos trabalham no decorrer da disciplina e aprendem diferentes formas de manejo, sem a utilização de produtos sintéticos. Os produtos desta horta são utilizados na merenda escolar e são franqueadas aos alunos que quiserem levar para casa.

Os professores que atuam nas escolas do MST geralmente são do próprio assentamento. Marília Souza Alves, 21 anos, explica que, *eles têm compromisso político com o Movimento*. Os professores preparam o material didático e a elaboração programática como cartilhas, desenhos e brincadeiras. Serafina Ribeiro, 49 anos, professora da escola Che Guevara, diz: *"nós mesmos preparamos o material para dar aula, às vezes eu faço desenhos, material para colagem e rodo no mimeógrafo, preparo os materiais para atividades culturais, místicas e decoração"*. As bibliotecas das escolas são bastante modestas, mas contam com publicações do MST como revistas, jornais e livros. Os textos produzidos por alunos das escolas Che Guevara e Paulo Freire refletem a percepção dos jovens assentados.

O setor de educação do MST garante o bom funcionamento para que nenhum aluno fique fora da escola. Há participação da comunidade escolar nos encontros estaduais de educação e nas atividades organizadas pelo Movimento, como concursos de redação, poesia e desenho. Outra tarefa fundamental deste setor é proporcionar a formação de professores. A maioria dos professores do assentamento participou do curso Pedagogia da Terra, organizado pelo MST em parceria com a UNEMAT.

Os cursos realizados no assentamento são de formação política e técnica. A EMPAER oferece ca-

pacitação em pecuária, produção de café, mandioca, feijão, derivados de banana, leite, cana, hortaliças, entre outros. O curso "Técnicos Pé no Chão", realizado com a FASE, proporciona conhecimento sobre técnicas agroecológicas. Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola Che Guevara, diz: "sempre temos cursos, como de pecuária,

de inseminação, produção de café e piscicultura. Já tivemos cursos de formação política e foi muito importante. Você adquire novas experiências e novos conhecimentos. Marília Souza Alves, 21 anos, concorda: *Aqui sempre tem cursos pela EMPAER e eu sempre participo. Esses cursos sempre têm um bom aproveitamento*".



Encontro Estadual de Educadores na Escola Paulo Freire, 2003.

Qualidade de vida

No assentamento, a maioria dos entrevistados afirma que qualidade de vida é ter sossego, paz, saúde, estar bem com a família e consigo mesmo, como explica Lazara Severino Martins, 48 anos: *"qualidade de vida para mim é estar bem com você mesmo. Acho que não é a situação financeira, às vezes tem gente que tem tudo e ao mesmo tempo tem um vazio imenso, é a gente ter paz, ter a família unida. Eu já conquistei quase tudo na minha vida, a minha família, hoje estou com a minha filha do meu lado, sou feliz. Passei muita dificuldade e superei e agora olho para trás e vejo coisas impossíveis de conquistar e conquistei"*. Maria de Brito, 55 anos, diz: *"eu acho que qualidade de vida é ter saúde, paz, ter coragem de trabalhar"*. Para Rosemary Miranda 43 anos: *"qualidade de vida é estar aqui, ter paz, plantar, comer, ter saúde. Sou feliz, por isso tenho qualidade de vida. Aqui só está faltando um pouco mais de incentivo do governo"*.

Outros comentam que bastaria ter água em seu lote. É o caso de Eva Rodrigues da Silva, 56 anos: *"para mim é plantar, colher, levar e vender, mas para mim isso não está acontecendo, pois não tenho água. Para eu ter qualidade de vida, bastaria ter água em meu lote"*. Em uma visão mais ampla, os entrevistados mostram que é necessária uma mudança de valores, como afirma Claudinei José Fernandes, 26 anos, diretor da escola Che Guevara: *"para o país ter qualidade de vida é necessário que seja capaz de matar a fome do povo, sair do problema da monocultura, produzir aquilo que é necessário"*. José Jaconias da Silva, 23 anos, ex-professor das escolas, complementa: *"para que as pessoas possam ter qualidade de vida é necessário que a distribuição de renda seja feita em nosso país"*.

Para a maioria dos entrevistados a terra foi a principal conquista, assim como a casa própria e a educação. Nauri Vieira dos Santos, 41 anos, diz: *"acho que a coisa mais importante que conquisei"*.

tei foi a formação de meus filhos e temos a terra que foi o principal". Cristiane Maria dos Santos, 24 anos, lembra: "eu acho que o que nós conquistamos foi tranquilidade, estamos vendo nossos filhos crescer, com a terra". Jadir Gomes, 22 anos, professor da escola Che Guevara, afirma: "a confiança foi a principal conquista. Isso é uma coisa primordial para mim porque você tem a consideração das pessoas, tem o coletivo". Cláudio José Alves, 31 anos, destaca que, "o que a gente conseguiu foi a oportunidade de construirmos a nossa vida. E outra questão é o acesso a informações, e isso é em relação a terra, saúde e educação".

REPERCUSSÃO NO MUNICÍPIO E PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

O assentamento Antônio Conselheiro contribui com a economia municipal e local de várias maneiras. A agricultura praticada pelos assentados, empregando mão-de-obra familiar, é responsável pelo abastecimento de mercados municipais e feiras nos municípios de Tangará da Serra e Barra do Bugres. Algumas famílias também vendem seus produtos fora da região, como é o caso da banana e da mandioca que seguem para a capital, Cuiabá. Para José Rosa, 33 anos, presidente do PT de Tangará da Serra: *"A agricultura familiar faz o abastecimento de uma cidade, pois as indústrias, as grandes empresas, são responsáveis pela exportação. Quem fortalece a economia do município é a agricultura familiar como o assentamento Antônio Conselheiro, que manda os alimentos para os mercados e para a feira, sem que eles precisem trazer de fora".*

A organização do MST, além de seu significado econômico para os municípios, foi de extrema importância para o desenvolvimento da região. Na opinião de Fábio dos Santos, 20 anos, universitário: *"o assentamento empregou muita gente, ele gera renda e fornece produções para o município".* Eliane Dalla Bona, 29 anos, universitária, concorda que um dos principais benefícios é a geração de empregos: *"o assentamento é muito importante para a região porque tem muita gente ali cultivando a terra".*

Além do abastecimento urbano, do emprego e da renda, José Jaconias da Silva, 23 anos, ex-professor das escolas do MST, fala sobre a produção

de alimentos saudáveis: *"o assentamento é muito importante porque a agricultura é a base em nossa região e por isso que ele deve ser olhado com muito carinho, tanto pelas pessoas que governam os municípios e nosso estado, como pelas comunidades em geral. Os governos devem entender que investir em 1000 famílias significa ter mais qualidade e mais produtos para as pessoas da cidade".* José Manoel, 54 anos, integrante do MST, destaca a mudança no modelo de agricultura: *"o assentamento contribui com a diversificação de produtos nas cidades, estamos rompendo com o modelo praticado pelos monocultores".*

Os assentados mantêm contato com as sedes municipais, participam dos conselhos, da câmara, dos partidos políticos, estudam e cursam a faculdade. Estão presentes na Câmara Municipal com um representante e suplente de Vereador pelo Partido dos Trabalhadores. Fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e são membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A Igreja Católica também contribuiu com os assentados na luta pela reforma agrária. Adilson de Jesus Santos, 35 anos, diretor da escola Paulo Freire, afirma que, *"a relação entre o MST e os partidos se dá em defesa dos menos favorecidos, por uma sociedade mais justa".* A UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso contribui com o assentamento através de cursos de biologia e agronomia, além de organizar palestras, seminários e estágios. O contato com a sociedade na Feira do Produtor é outro espaço de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assentamento Antônio Conselheiro se destaca na região sudoeste do Mato Grosso por suas atividades produtivas, geração de renda para os municípios vizinhos e pela fixação das famílias no campo, com 988 famílias. O assentamento demonstra seu potencial de diversas formas:

- Na educação, formação, qualificação e criação de oportunidades para as famílias.
- Na agroecologia e no cuidado com a saúde e o meio ambiente.
- Com a comercialização de forma coletiva, como importante fonte de renda para as famílias e que abastece a população dos municípios com produtos diversificados.

7. DEMARCAÇÃO DE TERRAS QUILOMBOLAS EM ORIXIMINÁ, PARÁ

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada nas terras quilombolas de Oriximiná, no Pará, incluiu a Biblioteca Pública Municipal, documentos da paróquia, entrevista com moradores, professores, líderes comunitários, diretores da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) e da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Área Rio Trombetas (ACORQART), além do pároco, prefeito municipal, engenheiro agrônomo da EMATER, gerente da usina de beneficiamento de castanha “Florenzano” e um advogado, também missionário, residente na cidade vizinha de Santarém.

Esta experiência foi considerada bem-sucedida por três motivos principais:

1. A forma horizontal e participativa. No processo de demarcação era preciso decidir pela forma coletiva ou individual da titulação. Todos opinaram. Foi levada em consideração a opinião das mulheres e crianças, que normalmente ficam excluídas destas discussões.
2. A titulação coletiva. A maioria das famílias, cerca de 95%, preferiram receber o título em nome da comunidade ou da área (agrupamento de cinco ou mais comunidades). Estavam cientes de que não possuíam a terra como um bem comercial, transferível e nominal.
3. A melhoria da qualidade de vida com projetos próprios da região. As famílias possuem bens comunitários como embarcações, centros comunitários de lazer, postos de saúde, comércio coletivo da castanha, agricultura para o próprio sustento e para venda. Destaca-se também a formação das crianças, jovens e adultos. Tudo isto foi fundamental para o crescimento da autoestima.

Um aspecto que marca a diferença é o respeito aos quilombolas por parte da população do município. Isto se deve à forma criativa de organização e sua relação de respeito com a terra e o meio ambiente.

A AMAZÔNIA

O Brasil é um dos maiores e mais ricos países do mundo. Na Amazônia se encontra a maior floresta tropical e a maior extensão de água doce do planeta.

A terra e o povo

Antes da colonização portuguesa a Amazônia era a casa comum de povos indígenas. Com a colonização a “Lei das Sesmarias”, que já era aplicada em Portugal, foi imposta no Brasil como um favor do Rei que concedia terras a alguns fidalgos, os quais deviam produzir o que os colonizadores exigiam, por exemplo, gado na Ilha de Marajó e cana-de-açúcar em Cametá. A economia da colônia se baseou principalmente na coleta das chamadas “drogas do sertão” como salsaparrilha, baunilha, óleos vegetais e plantas medicinais. Este trabalho era feito por indígenas escravizados. Este tipo de opressão desencadeou a “Cabanagem”, uma revolta popular muito importante entre 1835 e 1840.

O chamado “ciclo da borracha” (1870-1912) também gerou conflitos por terra, pois muitos “barões do barranco”, nome popular para os seringalistas do interior, começaram a dividir entre si enormes territórios para extração do látex. Eles exerciam poder sobre os seringueiros, que em sua maioria eram migrantes do Nordeste. A abolição da escravatura fez surgir novos “coronéis”, que controlavam a terra e a política. Com o fim da República Velha no início dos anos 20, houve avanço de projetos agropecuários, com grilagem de terras e exploração do trabalho.

Em 1966 o regime militar estabelece a chamada “Operação Amazônia”, que criou a Zona Franca de Manaus, a estrada Transamazônica, e gerou aumento dos desmatamentos e violações de direitos humanos. O lema na época era “terra sem homens para homens sem-terra.” Essa propaganda sobre a Amazônia atraiu milhares de famílias principal-

mente do Nordeste e do Sul. Sem assistência, a vida dos colonos era extremamente difícil. Muitos morreram de doenças ou acidentes. Mesmo com a democratização e a regulamentação da função social da terra na Constituição de 1988, a reforma agrária não foi realizada.

De acordo com Aluísio Lins, professor da Universidade Federal do Pará: *"A ditadura militar permitiu dois movimentos estratégicos, feitos pelos latifundiários e pelas mineradoras. Os militares tomaram as providências para que as multinacionais controlassem os recursos naturais e minerais, criaram a infraestrutura das hidrelétricas, investiram nas rodovias com o objetivo de escoamento da produção mineral e vegetal. O povo amazônida fica sem desenvolvimento voltado para si próprio, e fica sem a pesca, caça, agricultura, que sempre foi a subsistência dessa população. O governo brasileiro construiu hidrelétricas a fundo perdido e a custo zero para multinacionais. A Vale do Rio Doce recebeu dinheiro do Banco Mundial, SUDAM e outros. Com isso criou-se uma dívida externa e cada brasileiro que nasce já deve 1.200 dólares."*²⁷

Entre as empresas privadas e estatais que instalaram estes projetos nos anos 1970 estavam JARI, PETROBRÁS, Andrade Gutiérrez, Mineração Rio do Norte, IBDF (IBAMA), BEC, ENGERIO e ALCOA. *"Dispondo de vultosos financiamentos do governo e de isenções fiscais, essas empresas apresentam-se diante da sociedade regional com a face mais conservadora e autoritária, movidas pela exclusividade dos seus interesses econômi-*

*cos."*²⁸ A empresa que causou maior impacto para as comunidades quilombolas foi a MRN: *"A MRN contribuirá com a desestruturação da vida econômica e social dos moradores próximos, caso de Boa Vista, onde experimentaram uma situação configurada como segregação. Essa comunidade de remanescentes de quilombos encontra-se cercada pela empresa. Obteve em 1995, a demarcação de uma superfície reduzida em relação às necessidades de desenvolvimento do seu sistema agro-extrativo. Os atos de maior violência física foram cometidos por dois empresários provenientes de São Paulo que compraram terras de comerciantes e donos de castanhais. Grileiros, funcionários da polícia e do próprio IBDF atuaram no despejo de dezenas de famílias. Os momentos de maior agressão atingiram um grupo de 50 famílias, dos lagos Jacaré, Abuí e Tapagem que ganharam notoriedade na imprensa nacional."*²⁹

A atuação desta empresa começa a partir de 1967, com a descoberta das jazidas de bauxita na região do igarapé Saracá, no município de Oriximiná. A empresa obteve a concessão de 65.552 hectares de terra para lavra do minério (bauxita). Porém, solicitou mais 87.258 hectares ao INCRA e cercou essa área. Quando do embarque de seu primeiro carregamento de bauxita, havia feito "acordos" com todos os "posseiros" para que desocupassem a área. A MRN estabeleceu a maior mina a céu aberto do mundo. A Mineração Rio do Norte tem 8 acionistas. A maior delas é a Vale Rio do Doce, seguida da canadense ALCAN e de outras multinacionais. O quadro abaixo mostra o destino do minério brasileiro:

ACIONISTAS DA MRN³⁰ ATÉ 31/12/2000.

Vale do Rio Doce Alumínio S. A. (Aluvale)	40,00%
Alcan Alumínio do Brasil Ltda.	12,00%
Companhia Brasileira de Alumínio	10,00%
Billiton Metais	14,80%
Alcoa Alumínio S. A.	8,58%
Reynolds Alumínio do Brasil Ltda.	5,00%
Norsk Hydro Comércio e Indústria Ltda.	5,00%
Abalco S. A.	4,62%

²⁷ Prof. Aluísio Lins, durante o Seminário sobre Meio Ambiente do Baixo Amazonas, Óbidos, 17-06-04.

²⁸ Edna CASTRO & Rosa ACEVEDO. Negros do Trombetas. p.208

²⁹ ACEVEDO & CASTRO. p. 206

³⁰ O. P. Siqueira. MINERAÇÃO RIO DO NORTE. Uma empresa que faz e conta. Anexos

Outro problema na região é a atuação de empresas madeireiras e pecuaristas. O mogno, a sucupira, o cedro e a maçaranduba são as árvores mais cobiçadas, além da extração de palmito e de açaí. Grandes serrarias exportam toneladas de madeira de lei na região do Baixo Amazonas, muitas sem nenhuma fiscalização.

A expansão do monocultivo de soja também causa impactos ecológicos. Entre os municípios mais afetados pela expansão da soja se encontra Oriximiná. Uma das empresas multinacionais que comercializa soja é a Cargill. A empresa causou expulsão de famílias, poluição por agrotóxicos,

concentração de terras, êxodo rural, desmatamento, falsa promessa de emprego, desaparecimento das frutas e do arroz sem agrotóxico produzido por pequenos agricultores.

O MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ

O Município dispõe de vários rios que ligam a cidade sede a outras localidades, além de lagos, ilhas, furos (paranás) e cachoeiras, que formam a beleza natural da região.



Vista de Oriximiná às margens do Rio Trombetas.

No extremo oeste do Pará, na extensa faixa de terra que margeia o rio Trombetas, desde o ponto em que derrama suas águas sobre o leito do Amazonas, até a parte mais alta das cabeceiras que marcam o rumo do seu encontro com os rios Cachorro e Mapuera habitavam os índios *Pianacotós, Katwenas, Hixkaranas, Tiriós, Cikyanas, Mowoyanass, Wapxanas, Kaxiiwyanas, Parikwotos, Wai-Wais e os Tanayanas*.

O primeiro nome do povoado fundado à margem esquerda do rio Trombetas, URUÁ-TAPERA, significa: “URUÁ” – molusco gastrópode

da família dos ampularídeos, espécie de caramujo (levando em conta a facilidade com que esses moluscos são apanhados); “TAPERA” – aldeia indígena abandonada, habitação em ruínas (do Tupi “taba” + “puera” - “que foi”). Assim, fica claro que URUÁ-TAPERA significa um lugar outrora habitado. Oriximiná também é topônimo indígena, de procedência Tupi.

O extrativismo é uma das mais antigas atividades econômicas da região. A produção da castanha é abundante, apesar do desmatamento causado pela pecuária, pela soja e por empresas madeirei-

ras. Todos os anos o Castanheiro deixa sua casa em janeiro e viaja várias horas, dependendo da distância do castanhal. Deixa o barco na margem, caminha mais algumas horas mato adentro. Quando chega ao castanhal monta o acampamento e coleta a castanha. A princípio a coleta é feita individualmente, depois são transportadas em paneiros ou por animais. O transporte e o comércio

são feitos de forma comunitária. Muitas conquistas ocorreram ao longo dos anos, principalmente após a titulação das terras e a criação da Associação dos Remanescentes de Quilombos.

A agricultura camponesa em Oriximiná produz principalmente arroz, feijão, milho, mandioca e macaxeira.



Principais produtos cultivados típicos da região.

Há uma variedade de frutas como cupuaçu, muruci, mangas (rosa, espada, periquito, cipó, roxa, grande, mangarita, breu), pequiá, uixi, maracujá, melancia, melão, abacate, abacaxi, bacaba, taperebá, patauá, laranja, lima, limão, mamão, goiaba, araçá, abiu, ingá, tangerina, caju, tucumã, coco, ata, açai, jenipapo, marimari, pupunha, graviola, carambola, saputilha, castanha-do-pará, mucajá, biribá, e uma grande variedade de bananas (grande, branca, prata, roxa, degenerada, inajá, nanica). Há também criação de patos, galinhas, gado bovino (nelore, búfalo, holandês), caprinos, suínos e ovinos. A Feira de produtos regionais é bastante variada, com castanha-do-

-pará, tucumã, bacaba, patauá, açai, pequiá e inajá. Encontramos também raízes como macaxeira, cará e batata-doce. Da raiz da mandioca são feitos vários produtos como farinha d'água, farinha de tapioca, tapioca, tucupi, carimã, crueira, polvilho, beiju peteca, beiju cica e beijú d'água.

Em Oriximiná encontramos praias de rios, revoadas de pássaros, vegetação exuberante, santuários ecológicos, cachoeiras, lagos, rapés e o encantos mágicos dos botos. Com esse enorme potencial, Oriximiná tem planos para investir em ecoturismo.

HISTÓRICO DA DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS

Áreas Tituladas no Médio Amazonas							
Denominação	Data de Titulação	Município	Área (há)	Nº. de Famílias	Tipo de Título	Natureza do Título	Instância Fundiária
Área Boa Vista	20/11/95	Oriximiná	1.125,03	112	Reconhecimento de Domínio	Coletivo	INCRA
Área Pacoval	20/11/96	Alenquer	7.472,87	115	Reconhecimento de Domínio	Coletivo	INCRA
Área água Fria	20/11/96	Oriximiná	557,11	15	Reconhecimento de Domínio	Coletivo	INCRA
Área Trombetas	24/11/97	Oriximiná	80.887,09	138	Reconhecimento de Domínio	Coletivo	INCRA

Fonte: INCRA – Superintendência Regional do Pará. Divisão de Assentamento.

A área Trombetas inclui sete comunidades: Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II e Jarauacá, que receberam o título coletivo correspondendo a uma área comum.

Estevam Bentes Pereira, 62 anos e morador da comunidade de Aracuan, conta que tinham muitos conflitos com as empresas, mas os quilombolas conseguiram se organizar: *Em 1989 nós criamos a associação dos remanescentes de Quilombos do município de Oriximiná que hoje é a ARQMO.* Esta luta nasceu de um problema comum que era a construção da barragem da Cachoeira Porteira, que iria inundar 1.014 km. Também a barragem do Chuvisco, no Rio Erepecurú, um braço do rio Trombetas, que previa a inundação de 80 km.

Nilton Luiz Batista, 60 anos, líder comunitário, fala sobre a perseguição do governo contra comuni-

dades ribeirinhas e sobre a expulsão das comunidades quilombolas em Tapagem, Abuí, Paraná do Abuí e Sagrado Coração de Jesus: *Nesse momento de sofrimento e de luta foi criada uma organização que se chama ARQMO, que é a Associação dos Remanescentes Quilombos de Oriximiná. Essa associação veio lutar pela permanência na terra, pela reforma agrária e pelo resgate da cultura.*

Ana Maria Tavares de 40 anos, moradora da comunidade, explica que, *depois de ter esta associação e a terra demarcada, melhorou porque é o coletivo. No coletivo a gente respeita e não pode vender a terra.*



Sede da ARQMO, Associação dos Remanescentes Quilombos de Oriximiná.

ÁREAS PESQUISADAS

BACABAL, ARANCUÃ DE BAIXO E VARRE VENTO

A área denominada Trombetas é formada por sete comunidades: Bacabal, Varre Vento (Arancuã do meio), Arancuã de Baixo, Arancuã de Cima, Acapú, Terra preta II e Jarauacá. Estas comunidades receberam o título coletivo em 1997, com 80.887,09

hectares. Praticamente todas as comunidades do município têm o mesmo processo de formação. As famílias viviam nos lagos e nas beiras de rios.

ARANCUÃ DE BAIXO

É uma comunidade com 48 famílias ao longo do rio Trombetas e em torno do lago Arancuã. Possui motor de luz e uma rede elétrica, Possui posto de saúde e escola.



Famílias de Arancuã de Baixo.

A principal atividade econômica é a extração da castanha. De janeiro a maio, a maioria das famílias vai para a região do castanhal, cerca de 50 km de distância ou 3 horas e meia de barco. Também cultivam a maniva, da qual fazem a farinha e outros derivados; banana, abacaxi, cará e batata. A principal fonte de alimentação é o peixe.

À noite, os moradores até sentem frio, o que é incomum no município de Oriximiná. Porém, em épocas de chuva, o vento pode se transformar em vendaval, muitas vezes varrendo a cobertura da capela e das casas. Até mesmo as folhas de eternit da escola já foram varridas.

VARRE VENTO

A comunidade é assim chamada porque fica em um alto campo, em volta de um lago e próxima à margem principal do rio Trombetas. Por não ter árvores na praia e na encosta, sempre há ventos, tornando a comunidade a mais arejada da região. Mesmo durante o calor, o clima nesta comunidade se torna agradável.



Comunidade de Varre Vento.

Esta é a mais carente das três comunidades pesquisadas. Possui cerca de 22 famílias e somente duas moram em torno do centro comunitário, que fica na chamada Ilha do Bambu. A maioria das famílias é de parentes de dona Benedita, uma senhora de 70 anos que é considerada a matriarca. As casas são rústicas e a subsistência depende da coleta da castanha, da fabricação da farinha, da caça e pesca. É uma comunidade muito descontraída e as pessoas se relacionam bem. Há um número maior de mulheres do que de homens. O que diferencia esta comunidade das outras é o grau de consciência que as mulheres têm sobre a relação de gênero. Uma das entrevistadas, Ana Maria, participa da associação das mulheres e é muito respeitada na comunidade. A comunidade ainda não possui uma embarcação própria, nem um barracão comunitário no padrão das outras. A escola também precisa de reforma e a capela ainda é de barro.

BACABAL

É uma comunidade que fica no lago do Bacabal. A palavra Bacabal significa um lugar de muitas bacabas, que é um fruto que produz suco em forma de creme e pode ser comparado ao açaí só que de cor diferente. É uma comunidade bem estruturada, apesar de somente duas famílias morarem em torno da capela e das benfeitorias. No Bacabal moram três diretores da associação. A comunidade possui uma capela de alvenaria, um salão, uma cozinha, um rádio amador da associação e um armazém para o depósito da castanha. O povo do Bacabal é politizado e há um grande número de jovens na comunidade. Há poucos analfabetos e a escola funciona bem. Nesta comunidade moram cerca de 20 famílias. Percebe-se a vida comunitária assim como sua organização. A principal fonte de renda é a coleta da castanha. Devido à proximidade com Porto Trombetas também comercializam produtos na feira, como castanha, banana, melancia e farinha.



Rua de casas da comunidade de Bacabal.

PERFIL DAS COMUNIDADES

Praticamente todos os moradores são nativos da região e remanescentes de quilombos. Conservam a tradição dos antepassados no jeito de viver, trabalhar e educar os filhos. O município tem favorecido a educação básica nas comunidades e estruturado a alfabetização de adultos com o projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos). Há também outro projeto de alfabetização conhecido como Projeto Gavião.

A maioria dos moradores sobrevive da atividade extrativista, da pesca e da fabricação da farinha. Suas habitações são rústicas. As casas tradicionais consistem em quatro paredes, com muitas redes. Como bens duráveis, normalmente uma família possui a casa e uma canoa. Ter um barco a motor equivale a ter um automóvel em outras regiões do Brasil. É cada vez maior o número de famílias que possuem uma embarcação. Outra característica é a tomada de consciência sobre a afirmação da cultura negra:

“Hoje eu me emociono porque vejo que nós crescemos, os negros cresceram. Eu lembro que passei dois anos estudando com a mamãe, porque ela descobriu: olha, você tem que ao menos assinar o nome, pelo menos isso você tem que aprender, porque vocês têm que aprender a ler e escrever. E eu consegui. Nos anos de 1968 e 1969 eu aprendi a fazer meu nome e descobri depois que a gente consegue também ir pra luta, defender o povo. Eu descobri isso na luta aqui na ARQMO. Eu consegui e hoje a gente faz certas coisas que admiram muita gente, dando palestra na universidade. Hoje mesmo eu estava dando uma palestra para 11 estudantes universitários dos Estados Unidos.

Uns da Índia estavam aqui querendo saber da história dos quilombos e eu dei uma palestra de uma hora e trinta minutos falando da história dos quilombos. Isso me orgulha muito. Então minha vida é essa, é uma vida feliz.”

A consciência da negritude fez parte da Campanha da Fraternidade de 1988. A partir daquele ano foram criados vários grupos de consciência negra por todo o Brasil. Eram grupos de partilha de vida, de resgate dos valores culturais e da autoestima. Em Oriximiná foram organizados os encontros de Raízes Negras com debates, palestras, músicas e danças afro-brasileiras.



Remanescentes de Quilombos.

Educação e capacitação

Enivaldo Aguiar Vieira, professor, 26 anos, da comunidade Bacabal, fala sobre o sistema de educação nas comunidades tituladas. A escola possui duas salas onde ele trabalha da 1ª a 4ª série. O material didático vem da Secretaria de Educação do Município de Oriximiná. Muitas barreiras foram superadas, principalmente devido à recuperação da autoestima dos quilombolas. Nas comunidades encontramos muitos artistas, músicos, poetas e compositores.

Muitos cursos foram ministrados na Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná, como aproveitamento da castanha, da

banana, das frutas típicas do Pará, cursos de informática, entre outros. Silvano da Silva Andrade, 26 anos, da comunidade Bacabal e um dos diretores da ARQMO, afirma que, *“A gente costuma dar curso de educação ambiental, oficinas de gênero, de políticas públicas. O curso sobre desenvolvimento sustentável reuniu lideranças de quilombos de todo o estado.”*

Ele destaca também a capacitação para o Projeto Castanha, que consiste em um armazém (paiol) de controle da coleta e armazenamento da castanha. Vários castanheiros coletam de forma individual e juntam no paiol da comunidade para fazer a venda de forma coletiva. Nesse sentido, é ministrado um curso de contabilidade. Silvano conta que, *“haverá uma oficina com os castanhei-*

ros da área do Trombetas e da área do Erepecurú, estarão todos reunidos aqui. Virá um economista para falar sobre o rendimento da castanha, quanto eles vão produzir, quanto eles vão gastar, quanto eles vão precisar. A parte burocrática do projeto vai ser em forma de curso para todo mundo estar informado e até um curso de informática porque fica mais fácil contabilizar na máquina.”

Irmão Celestino, de 28 anos, da comunidade Bacabal e um dos diretores da ARQMO, também destaca os cursos: “Já participamos de cursos de mecânica e de projeto agroflorestal.”

Relação de gênero

As mulheres têm participado de muitos cursos. Edilena Viana Pinheiro, professora na comunidade Boa Vista, 40 anos, relembra: “Antes da ARQMO a gente vivia diferente. Por exemplo, quando eu casei achava que deveria fazer tudo, principalmente as coisas da casa: lavar roupa, passar, fazer almoço, cuidar dos meninos. Quando eu me casei já trabalhava na escola. Depois comecei a trabalhar na igreja e a me engajar fora da comunidade.”

Ana Maria dos Santos, 47 anos, tem 10 filhos e é moradora da Comunidade Varre Vento. Ela fala sobre a luta pela igualdade de gênero: “Desde o início que eu comecei a trabalhar, eu sempre lutava, sempre dizia para o povo: Acho um pecado as mulheres serem discriminadas, serem maltratadas. Essa era a ideia que eu tinha desde o início e agora com este trabalho eu vou estudando.” A consciência crítica sobre igualdade e superação de preconceitos faz parte da formação nas comunidades.

Qualidade de vida

Todos os entrevistados reconhecem que a vida melhorou com a demarcação das terras e com a criação da ARQMO. A referência é sempre a comparação entre o antes e o depois. Foram mencionadas as melhorias em relação ao transporte, saúde, educação, sistema de produção e comércio dos produtos. Gilberto Rodrigues, 40 anos, da comunidade Bacabal, afirma que, “O

Projeto Castanha dá segurança para nós porque conseguimos vender nosso produto com mais firmeza e aumentou o valor. Antes tinha exclusão e tinha o patrão. Isso mudou.”

Para Enivaldo, professor da comunidade do Bacabal: “Não adianta ter um freezer, TV, geladeira, e não ter vida boa com a família, com a comunidade. O mais importante é viver bem com a comunidade e com a família.”. Para Paulo e Ana Maria Tavares, da comunidade Arancuã, a qualidade de vida também depende do coletivo. Paulo afirma: “precisa ter um bom relacionamento com a família porque sem isso nada do que você faz vale a pena.” Para Ana Maria, “O mais importante não é ter uma geladeira, um motor e mais coisas, e sim o amor dos meus filhos, da minha família, da nossa comunidade. Essas coisas não têm mais valor do que o amor.”

Lenilton, 19 anos, da comunidade do Moura, desde cedo assumiu funções de responsabilidade na comunidade, coordenou grupos comunitários e com 17 anos já era secretário de uma cooperativa de prestação de serviços para a MRN. Ele explica que, “Para ter qualidade de vida é necessário estudar mais, ter mais conhecimento, tanto técnico quanto prático para alcançar objetivos”.

Maria Janete, 54 anos, liderança da comunidade do Bacabal, revela que, “Tenho vontade de viver uma vida feliz com toda minha família. Então eu penso que para ter uma boa qualidade, melhor e tranquila, minha família está em primeiro lugar.” Seu filho Silvano se preocupa com a renda familiar e com a ampliação da agricultura: “Uma boa educação é necessária para informar sobre nutrição, água tratada. É preciso um técnico para orientar sobre novas alternativas, sobre a industrialização da castanha, com um bom mercado para vender os produtos. Se tivesse investimento na produção agrícola, tanto para o mercado quanto para a alimentação da comunidade, acho que elevaria a qualidade de vida.”

A preocupação com a agricultura, com a coletividade e com o futuro são temas frequentes quando se fala em qualidade de vida. Celestino explica que, “Além do estudo, o coletivo trabalha para o bem-estar comum. O que já conquistamos colaborou para nossa melhoria da qualidade de vida. Gostaríamos de conquistar a titulação das outras comunidades que ainda não foram tituladas. Nós temos três armazéns com rádios trans-

missores que os interligam, facilitando o desenvolvimento da castanha e temos embarcações para o transporte de nossos produtos, o que nos livrou dos atravessadores. Outra melhoria foi o

Projeto Pé-de-Pincha, para que os ovos de tartarugas, tracajás e outros quelônios da Amazônia sejam preservados em reservas florestais. O projeto combate invasões dos grileiros que são predadores dos quelônios.”



Crianças quilombolas.

Formas de resistência

Os povos quilombolas e indígenas sempre resistiram. Uma das formas de resistência é a literatura e a arte. Os quilombolas preservam muitas riquezas culturais, como na culinária e na literatura. Têm também inúmeras formas de protesto, de

memória e de estratégia para manter o grupo coeso e não sucumbir diante da opressão. Um modo central que revela a resistência popular é a música. Manoel Viana é conhecido por suas composições sobre a consciência do ser quilombola e ribeirinho. Suas músicas são cantadas nas comunidades e em celebrações litúrgicas.



Manoel Viana, músico.

Rafael Colé é um dos poetas mais conhecidos nas comunidades quilombolas. Com 84 anos, ele está sempre presente nos eventos. A preservação e o amor pela Amazônia também aparecem nos versos, por exemplo, sobre as cachoeiras que são como entidades sagradas. A poesia é uma maneira de trabalhar as experiências, de expressar os sonhos e a autoestima conquistada. A juventude aprende a valorizar a arte e a natureza. Josenildo de Jesus Marinho, 12 anos, da comunidade do lago do Moura, participou de um concurso de poesia “Escrevendo o futuro” e foi premiado. Participou de seminários com outros estudantes, visitou museus, escolas e centros históricos. Sua poesia revela a consciência do ser quilombola ribeirinho.

AQUI CHEGUEI

*Sei que aqui cheguei
não sei até quando ficarei
nem tão pouco para onde irei.
Valeu a pena eu chegar,
saber por que me apaixonei
por viver e sentir de perto
a beleza deste lugar.*

*Céu, sol, selva, água e calor,
água e solo
uma beleza sem fim...
tudo isso faz parte de mim.*

*Até me encho de vaidades,
tudo isso me faz esquecer as falsas belezas
das grandes cidades.
Sempre observei o Rio Trombetas,
meu rio maravilha
origem de minha família.*

*Natureza amena,
rio de águas doces e serenas
que transformam peles brancas em morenas.
Peixes de todas as espécies,
cores amarelas, pretas, acinzentadas,
rios que alimentam.*

*Conhecendo o lago do Moura,
que guarda segredos de montão
até dizem as lendas que o boto,
apaixonou o coração.*

*Sereias são sedutoras em suas belas canções
O curupira defende a fauna e a flora*

que é bela e brilhante.

*Neste momento eu me encho de felicidade
eu amo o povo da minha comunidade.*

*O Moura é um lago muito importante.
Existe arqueologia do povo que viveu antes
visitas de todo lado
querem saber das nossas lendas
principalmente do boto apaixonado.*

*Existe a dança da quadrilha, a dança do canoeiro.
Se você quer conhecer
a minha região no município de Oriximiná,
situado na margem esquerda, no oeste do Pará.
É com muito orgulho e alegria
fazer parte desse concurso em forma de poesia.*

REPERCUSSÃO NO MUNICÍPIO

Graças à força e determinação das comunidades quilombolas, foi possível superar o preconceito e conquistar espaço. Edilena relembra o início como professora em sua comunidade: *a gente sofreu muita discriminação na vida. Isto foi muito forte pra nós. Mas a gente resistiu todos esses anos. E hoje nosso maior orgulho é ter alunas formadas. Hoje são professoras e a gente ficou muito feliz de ter contribuído.*

Para os quilombolas e ribeirinhos, a titulação gerou respeito e admiração pela forma de organizar e preservar o meio ambiente. Com o surgimento da ARQMO, a autoestima aumentou. A titulação da terra mostrou a força da organização, com reconhecimento nacional e internacional. José Cortes, um dos pioneiros na criação da ARQMO, explica que, *“A ARQMO teve uma influência muito grande no município, principalmente porque é uma entidade projetada, pensada, refletida pelas comunidades, para unir as forças. Então, ela cria esta imagem de projetar um futuro melhor. Esse foi um avanço fabuloso na luta pela terra, a demarcação das terras, a organização das comunidades. A ARQMO mudou a face do município. A partir da ARQMO e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais há uma nova correlação de forças contra as elites do município.”*

O prefeito Luiz Gonzaga Viana Filho também reconhece a importância da Associação para o município a mudança significativa após a demar-

cação: *“Melhorou bastante com a titulação. Hoje as pessoas estão saudáveis e também melhorou na parte educacional. As comunidades preservam a floresta.”*

DESAFIOS

Um dos maiores problemas na região é o avanço do monocultivo da soja. Os fazendeiros usam o falso discurso do progresso que seduz políticos locais para beneficiar empresas do agronegócio. O engenheiro agrônomo José Luiz expressa preocupação com a destruição do solo pela soja: *“o solo vai desgastar com a adubação pesada.”* Estevam Bentes Pereira, morador da comunidade de Aracuan, alerta que, *“a soja é um perigo pra desapropriar até os quilombolas que têm terras tituladas, porque os sojeiros estão grilando terra. Também o agrotóxico que eles vão jogar vai contaminar os igarapés, matando animais, peixes, até o pessoal vai adoecer.”*

CONCLUSÃO

“A libertação aconteceu para nós somente agora com a criação da Associação, a ARQMO. Porque agora nós somos donos da nossa castanha. Nós coletamos, nós podemos vender para quem

quisermos e podemos comprar a mercadoria do nosso rancho, do nosso próprio barco e não dos regatões. Antes tudo o que nós coletávamos ia para o atravessador. Hoje isso aqui é nosso.” Esta citação é de Lourival Almeida, 58 anos, da comunidade São Joaquim. Poderia ser de outros membros das comunidades porque é o sentimento que todos experimentaram como uma forma de libertação.

A Constituição de 1988 afirma que: *“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”* A garantia de direitos contribuiu com a economia do município e melhorou a qualidade de vida das comunidades quilombolas e ribeirinhas. Essas comunidades se organizaram de forma coletiva para conquistar melhorias no transporte, na comunicação, na saúde, na educação e na informática. Mas a principal conquista foi a recuperação da autoestima e da consciência crítica, debater questões raciais e de gênero, ter orgulho de ser ribeirinho e ser exemplo na preservação do meio ambiente.

Esta experiência deve ser multiplicada em outras regiões do país, principalmente em um contexto de crise climática causada por projetos destrutivos de empresas madeireiras, mineradoras, hidrelétricas e do agronegócio. Os povos da Amazônia precisam ser exemplo para a preservação da floresta, como disse Chico Mendes: *“A Amazônia só tem sentido com a árvore em pé.”*

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo busca sistematizar algumas reflexões a partir da pesquisa realizada nos assentamentos de Santana, Conquista na Fronteira e Antonio Conselheiro, e nas comunidades quilombolas de Oriximiná. As experiências de reforma agrária representam referências de organização e resistência contra o modelo do agronegócio e do latifúndio. Também servem como exemplo para a economia dos municípios. Tudo isso representa um aprendizado baseado no coletivo, na igualdade e na participação social para organizar diferentes espaços: a terra, a floresta, o rio, a agrovi-
la, a escola, a cooperativa, o sindicato, o partido político, entre outros.

Essa organização foi fundamental para superar dificuldades e para desenvolver novas capacidades e habilidades. Essas comunidades recuperaram fazendas degradadas e hoje garantem a sobrevivência de centenas de pessoas. A despeito das precárias condições em que recebem as terras no momento da desapropriação ou demarcação, as comunidades desenvolveram cultivos de alimentos e outras alternativas econômicas. Contrastando com a situação anterior, observa-se o crescimento dos bens individuais e coletivos das comunidades e da melhoria na qualidade de vida.

Outras elementos importantes são a cooperação agrícola, as práticas agroecológicas, a diversificação de atividades produtivas, o trabalho fundamentado em princípios coletivos e na posse e uso de bens indivisíveis (terra, máquinas, animais, etc). A organização coletiva também conquistou importantes avanços na infraestrutura social comunitária, como sistemas de saneamento básico, escolas, creches e postos de saúde. Outros aspectos relevantes foram o crescimento da autoestima e a afirmação das identidades de gênero, racial e da juventude. Essas mudanças incluem características comuns como:

- Respeito ao meio-ambiente e preservação da biodiversidade.
- Gestão coletiva da terra, do trabalho e da produção.

- Clareza de objetivos, unidade política e visibilidade das ações.
- Direção democrática responsável pelo planejamento, execução e avaliação de atividades estratégicas.
- Diversificação econômica e adoção de novas tecnologias para produzir alimentos e gerar renda.
- Acesso à educação como fator imprescindível para o conhecimento de direitos e para o engajamento político.
- Estímulo à produção cultural e divulgação nas escolas e em veículos alternativos de comunicação.
- Formação de quadros com capacitação técnica e política, combinando teoria e prática.
- Incentivo à liderança de mulheres e jovens, e afirmação da igualdade racial e de gênero.
- Estabelecer alianças com sindicatos, movimentos urbanos, igrejas e partidos políticos.
- Contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional.
- Visão de mundo baseada em valores de solidariedade e cooperação.

Estas comunidades tornaram-se referência de organização e resistência no âmbito municipal, junto aos movimentos populares, entidades sindicais, instâncias políticas, nas universidades e nos ambientes artísticos. Para elas a propriedade é primordialmente um bem comum, pois a produção de bens resulta da cooperação e da pluralidade de atores sociais:

SANTANA: O assentamento é exemplo de luta e organização camponesa para os territórios de reforma agrária da região e do estado. A maior lição está na gestão coletiva do espaço e na divisão equitativa dos frutos do trabalho. Para construir uma vida digna no campo, o caminho trilhado por

Santana foi a formação política, a construção da identidade do *Sem Terra*, a garantia da educação e a cooperação. As conquistas sociais, políticas e econômicas do assentamento beneficiam o conjunto dos camponeses do município. Dentre as contribuições, cabe destacar: as escolas de ensino fundamental e médio; o posto de saúde; a produção de mel e feijão para o mercado; a liderança das mulheres; a ação sindical e política; o envolvimento da juventude; a representação direta na coordenação do MST e da CPT; e a participação nas mobilizações. Em um espaço no qual predomina o latifúndio, a seca e o analfabetismo, o assentamento Santana constitui um pólo irradiador de novas relações sociais, na vida econômica e política do município e na formação de quadros para os movimentos sociais do Ceará.

CONQUISTA NA FRONTEIRA: A organização do assentamento transformou o latifúndio em terra que produz alimentos e garante melhores condições de vida. É uma área planejada com base no respeito à natureza, na produção para o consumo interno e na geração de excedentes para os mercados regionais. A propriedade e o uso da terra são organizados de forma coletiva, o que propiciou às pessoas pensar conjuntamente o rumo de suas vidas. A cooperativa mudou o jeito de ser e de trabalhar dos/as assentados/as. As mulheres e jovens participam de forma igualitária. A escola é organizada como uma cooperativa-mirim. A experiência coletiva contribui para uma vida mais feliz, o que envolve condições materiais, novos valores e relações dignas. O assentamento é referência de organização baseada em princípios coletivos com contribuição econômica e política no âmbito municipal, estadual e nacional.

ANTONIO CONSELHEIRO: O assentamento construiu um novo espaço socioambiental em uma área de fronteira, através de práticas como capacitação em manejo ambiental e agroecologia, conservação de reservas florestais e recursos hídricos, formação de grupos coletivos e agrovilas, produção para a subsistência e para os mercados locais e regionais. A educação é uma das bases do fortalecimento e da resistência das famílias assentadas, em conjunto com a mística, a formação política e a capacitação técnica. A formação nas escolas de técnicas agroecológicas contribuiu para a melhoria dos fatores sociais e ambientais do assentamento. Localizado em uma região de monocultivos de soja e de cana-de-açúcar, o assentamento Antonio Conselheiro se destaca por sua organização em núcleos de famílias, agricultura diversificada, práticas agroecológicas, comercialização coletiva e contribuição para o abastecimento de alimentos nas cidades vizinhas.

ORIXIMINÁ: A forma participativa do processo de demarcação, a titulação coletiva da terra, a posse de bens comunitários, a formação intelectual das crianças, jovens e adultos, a relação respeitosa com a natureza, o crescimento da autoestima e a consciência da negritude, e a melhoria da qualidade de vida com base em projetos próprios da região foram fundamentais para essa comunidade quilombola. Esse é um importante exemplo de organização contra a destruição causada por empresas madeireiras, mineradoras, hidrelétricas e do agronegócio na Amazônia. A experiência das comunidades quilombolas se destaca pela forma criativa de organização e por sua defesa do meio ambiente e da biodiversidade na região.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco Amaro. Gestão dos segredos íntimos – a gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza, EUFC, 2000.
- _____. Francisco Amaro e BARREIRA, César, Os impactos regionais dos assentamentos de reforma agrária: o caso do Ceará. Fortaleza, 2001. (Relatório Final, digitado).
- BARQUETE, Paulo R. F. Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria e prosperidade: o caso Santana. Fortaleza, UFC, 1995. (Tese de Mestrado).
- BORGES, Maria Stela Lemos. Terra – ponto de partida, ponto de chegada: identidade e luta pela terra. São Paulo, Ed. Anita, 1997.
- INCRA. Plano preliminar do projeto de assentamento Santana. Fortaleza, 987 (Digitado).
- _____. Diagnóstico técnico do assentamento Santana. Fortaleza, 1993. (Digitado).
- IPEA. Índice de Desenvolvimento Humano (Fonte: www.ipea.gov.br).
- IPECE. Anuário Estatístico do Ceará. Fortaleza, 2002/2003.
- IPLANCE. Perfil Básico Municipal – Monsenhor Tabosa. Fortaleza, 2002.
- _____. Anuário Estatístico do Ceará – Atividades Econômicas. Fortaleza, 2001.
- MARTINS, Mônica Dias. Os desafios da cooperação nos assentamentos rurais de reforma agrária no Ceará. Fortaleza, BNB, 1994.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. A resistência e o desperdício no espaço rural cearense. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral. V.2/3 – nº1. Sobral – CE, UVA, 2000/2001.
- SEARA. Projeto de desenvolvimento técnico e econômico da área do assentamento Santana. Fortaleza, 1999. (Mimeografado).
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – cidade de Dionísio Cerqueira/SC.
- MATT, Luiz Adilson. *Os desafios enfrentados pelo frigorífico de aves Terra Viva*.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA www.sc.gov.br/portalturismo
- Jornal “A Fronteira”, Março de 2004.
- BEZERRA, N. **Sem Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- LUDKE, M; NADRE, M. E. D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- IBGE. **Censo Agropecuário**. 1995 – 1996.
- SEPLAN- MT. TÍTULO DO DOCUMENTO? 2000.
- FERNANDES, B. M. **Negociações Tapirapuã**. Diário da Serra: 20 de dezembro de 1996.

Revistas

- Brasil, quantos anos você tem? 500 anos de desgosto e abandono, 2001.
- Desenhando o Brasil, 1999.
- Feliz Aniversário MST!, 2000
- ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2ª. ed. – Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1988.
- AZEVEDO, Idaliana Marinho de. **Puxirum, memória dos negros do Oeste do Pará**. Belém: IAP, 2002
- O. P. Siqueira. **Mineração Rio do Norte. Uma Empresa Que Faz e Conta**. Ed. Laborprint. Porto Trombetas, 2002.
- MISSIONÁRIOS DO VERBO DIVINO - BRA – “*Calce as sandálias*”. Santarém: 2000. Gráfica e Editora Tiagão. - BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
- ARQUIVOS DA ARQMO
- JORNAL “O ESTADO DO TAPAJÓS”
- JORNAL DE SANTARÉM E DO BAIXO AMAZONAS

